



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

**MERCADORIA E TRABALHO SOB A FORMA DO VALOR
DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO**

**FORTALEZA
2014**

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

**MERCADORIA E TRABALHO SOB A FORMA DO VALOR
DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo

**FORTALEZA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A446m Almeida, Emanuel Rodrigues.
Mercadoria e trabalho sob a forma do valor desdobramentos para a educação / Emanuel Rodrigues Almeida. – 2014.
120f. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.
Área de concentração: Educação.
Orientação: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.

1.Marx,karl,1818-1883 – Crítica e interpretação. 2.Valor(Economia). 3.Mercadorias. 4.Trabalho. 5.Educação. I. Título.

CDD 335.412

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

**MERCADORIA E TRABALHO SOB A FORMA DO VALOR
DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo

Aprovada em: 01/04/2014.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (orientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará – (UECE)

Prof. Dr. Valdemarin Gomes Coelho
Universidade Federal do Ceará – (UFC)

À amável Karla Érika Ferreira Ferro

AGRADECIMENTOS

Ao Cristo histórico que me ensinou a lutar por uma vida plena e em abundância.

À minha mãe Ruth Rodrigues dos Santos Almeida

À minha noiva Karla Érika Ferreira Ferro, apoio e compreensão constantes em todo o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas irmãs: Cleuda, Cleide, Cleia e Martha.

Aos meus amigos e amigas: Júlio, Rafaela, Beto, Bete, Marco Antônio, Priscila, Michel, Karoline.

Aos colegas de turma da linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, em especial à Helena Freres, Daniele e Fabiano.

À minha orientadora Maria das Dores Mendes Segundo e aos (às) professores (as) que participaram da banca de defesa de minha dissertação: Mário, Osterne e Rute.

Aos demais professores(as) da Linha Marxismo, Educação e luta de Classes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.

“Ouro! Ouro vermelho, fulgurante, precioso!
Uma porção dele faz do preto, branco; do feio,
bonito:
Do ruim, bom, do velho, jovem, do covarde,
valente, do vilão, nobre.
[...] Ó deuses! Por que isso? Por que isso,
deuses;
Ah, isso vos afasta do sacerdote e do altar;
E arranca o travesseiro do que nele repousa;
Sim, esse escravo vermelho ata e desata
vínculos sagrados;
abençoa o amaldiçoado;
Faz a lepra adorável; honra o ladrão,
Dá-lhe títulos, genuflexões e influência,
No conselho dos senadores;
Trás à viúva carregada de anos pretendentes;
[...] Metal maldito,
És da humanidade a comum prostituta.”

(SHAKESPEARE, em *Timão de Atenas*¹).

¹ SHAKESPEARE, William. *Timão de Atenas*. In: **Obra Completa, v. 1**: Tragédias. Tradução de F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.

RESUMO

Este trabalho dissertativo tem como problemática central apresentar, em linhas gerais, o processo pelo qual Karl Marx, a partir do estudo da *natureza do valor*, elaborou sua crítica à Economia Política Clássica. Dito de outra forma: compreender como Karl Marx, ao analisar o processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, desvendou a Economia Política Clássica como uma ideologia da propriedade privada e do enriquecimento sem limite no capitalismo. Diante dessa questão, o presente trabalho dissertativo tem como objetivo geral apresentar a análise que Karl Marx fez da *natureza do valor*; demonstrar o processo de desenvolvimento do valor, ao mesmo tempo, como o processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade mercantil. Ou seja, apresentar a análise da mercadoria, sua estrutura, seu desenvolvimento e seus desdobramentos, como parte do processo de desenvolvimento da sociedade mercantil. Os objetivos específicos são: 1) compreender a teoria do valor, a partir dos clássicos da Economia Política: Smith e Ricardo; 2) apresentar o materialismo histórico como instrumento para compreensão e para a análise da teoria do valor; 3) demonstrar a crítica à Economia Política elaborada por Karl Marx, a partir de sua teoria do valor. Nessa perspectiva, ao analisar a origem e a processualidade da teoria do *valor-trabalho*, apresentaremos os fundamentos da sociedade mercantil, que ocultam as relações de exploração do trabalhador. Na construção deste trabalho, lançamos mão do pensamento de Smith (1983), Ricardo (1982) e Marx (1985), interpretados por Rubin (1980), Carcanholo (2011), Rodolsky (2001), Rumiántsev (1980), Mészáros (2004), entre outros. Utilizaremos os pressupostos onto-metodológicos no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Valor. Mercadoria. Trabalho. Educação.

ABSTRACT

This dissertation presents, in general lines, the problem related to the issue by which Karl Marx, from the study of the nature of value, elaborated his critique of classical political economy. In other words: to understand how Karl Marx, in analyzing the process of developing the relationship between the productive forces and the relations of production, unveiled Classical Political Economy as an ideology of private property and no limit on enrichment in capitalism. Faced with this question, this dissertation has as main objective to present the analysis of Karl Marx regarding the nature of value; to demonstrate the process of value development at the same time as the process of developing the relationship between the productive forces and the relations of production in commercial society. In other words, the main objective is to present the analysis of the commodity, its structure, its development and its consequences, as part of the process of development of commercial society. The specific objectives are : 1) to understand the theory of value from the classics of political economy : Smith and Ricardo ; 2) to present historical materialism as a tool for understanding and analyzing the theory of value ; 3) to demonstrate the critique of political economy developed by Karl Marx's theory of value. From this perspective, to analyze the origin and process of the labor theory of value, we present the foundations of commercial society, which conceal the relations of workers' exploration. In designing this study, we used the thought of Smith (1983), Ricardo (1982) and Marx (1985), interpreted by Rubin (1980), Carcanholo (2011), Rodolsky (2001), Romyantsev (1980), Mészáros (2004), among others. We will use the onto-methodological assumptions in the development of literature.

Keywords : Value . Goods . Labor . Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A TEORIA DO VALOR E OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA POLÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	24
2.1	Os fisiocratas: a terra como fonte única de valor.....	25
2.2	Adam Smith e a teoria do valor.....	29
2.3	David Ricardo e a distribuição da riqueza.....	38
3	AS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: PRINCÍPIO ONTOLÓGICO DO TRABALHO EM MARX.....	44
3.1	Contexto histórico de Karl Marx.....	44
3.2	Karl Marx: vida e obra.....	51
3.3	Materialismo onto-histórico: premissa de Marx.....	57
3.3.1	<i>A produção da riqueza.....</i>	<i>59</i>
3.3.2	<i>As forças produtivas.....</i>	<i>62</i>
3.3.3	<i>As relações de produção.....</i>	<i>63</i>
3.3.4	<i>A relação entre as forças produtivas e as relações de produção.....</i>	<i>64</i>
4	MARX E A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA.....	66
4.1	Marx e o Fetichismo da mercadoria.....	67
4.2	A teoria do valor: conteúdo e forma.....	73
4.3	Mercadoria como generalidade do capital: desdobramentos.....	79
4.3.1	<i>Valor de uso e de troca da mercadoria.....</i>	<i>81</i>
4.3.2	<i>As formas do valor.....</i>	<i>86</i>
4.3.2.1	<i>A forma simples do valor.....</i>	<i>87</i>
4.3.2.2	<i>A forma desdobrada do valor.....</i>	<i>90</i>
4.3.2.3	<i>A forma geral do valor.....</i>	<i>91</i>
4.3.2.4	<i>A forma dinheiro do valor.....</i>	<i>91</i>
4.4	Trabalho.....	94
4.4.1	<i>O Processo do trabalho e produção da mais valia.....</i>	<i>94</i>
4.4.2	<i>Trabalho concreto e abstrato: principais aspectos.....</i>	<i>95</i>
4.4.4	<i>A teoria do valor-trabalho e a Composição Orgânica do Capital.....</i>	<i>98</i>
4.5	Desmaterialização do valor.....	100
4.6	O valor-capital em crise estrutural e a educação.....	104

4.7	Valor e a Emancipação Humana.....	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um estudo da categoria *valor* no âmbito da Economia Política; em especial, pretende apresentar a crítica efetivada por Karl Marx à Economia Política burguesa, a partir de sua investigação do *valor*, enquanto *conteúdo e forma*.

A problemática do *valor* está estritamente relacionada ao nascimento da Economia Política e ao seu objeto de estudo: a origem e a produção da riqueza capitalista.

Em saltos largos, destacamos que a Economia, como ciência, nasce com a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, de 1776. Todavia, desde a Idade Antiga, a Economia já era observada como algo categorial na construção das civilizações.

A origem da Economia Política está inserida no contexto dos séculos XVIII e XIX, que foram marcados por profundas transformações socioeconômicas decorrentes da *dupla revolução* (HOBSBAWN, 2001): a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra.

Os principais resultados da *dupla revolução* foram: a transformação da terra em propriedade privada, o surgimento do mundo industrial e, como consequência, o surgimento da classe trabalhadora. Dessas implicações, a mais catastrófica foi o impacto da *dupla revolução* sobre a propriedade e o aluguel da terra: “ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro”. (HOBSBAWN, 2001, p. 168). Tratou-se de um processo de privatização da terra, tornando-a uma mercadoria.

O triunfo do capitalismo foi resultado do grande crescimento industrial, motivado pelas implicações decorrentes do processo histórico da *dupla revolução*.

Outro resultado inevitável da *dupla revolução* foi a consolidação do mundo burguês, na medida em que criou o mundo industrial, marcando o nascimento de grandes áreas industriais, de famosos centros e de firmas industriais, que passaram a produzir mercadorias em larga escala.

A burguesia, classe originária dos burgos, comerciantes provenientes de feudos, dos quais foram expulsos, estabelece-se ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, tornando-se uma classe que almejava as bases do poder concentrado pelos senhores feudais.

Em meados do século XVIII, os burgueses se juntam à classe proletária e se tornam revolucionários no combate à chamada classe parasitária dos nobres senhores de feudos. Essa classe, uma vez no poder, torna-se conservadora, tratando de negar todos os temas revolucionários da cultura ilustrada: liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse âmbito, localiza-se a teoria do *valor-trabalho*, que servia de fundamento para demonstrar o caráter do valor do trabalho e a dimensão da exploração, ainda considerada natural para os economistas clássicos que a defendiam: Adam Smith e David Ricardo.

A gênese da Economia Política está relacionada com o surgimento do mundo burguês, contextualizado na *dupla revolução*, na qual a Economia Política torna-se a teoria para explicar a origem e o desenvolvimento da riqueza capitalista, o mundo das mercadorias. Decorre daí seu objetivo específico: “a responsabilidade de desvendar a lei natural que cimentava uma sociedade econômica dilacerada pela busca permanente do ganho privado”. (RUBIN, 1980, p. 10).

Assim, a Economia Política se define como uma ciência que procurava investigar as relações econômicas entre os homens na sociedade, em particular no modo de produção capitalista: “a Economia Política teórica trata de uma formação socioeconômica determinada, especificamente, da economia mercantil-capitalista”. (RUBIN, 1980, p. 14).

A partir da origem e do objeto da Economia Política, o *valor* foi posto como uma categoria fundamental para a compreensão do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade mercantil. Surgiu como uma tentativa de explicar a natureza e o desenvolvimento da riqueza capitalista. O *valor* é, portanto, “uma teoria sobre a natureza da riqueza capitalista, e particularmente, sobre a produção desta riqueza”. (CARCANHOLO, 2011, p. 13).

A riqueza do mundo burguês, representada pela imensa produção de mercadorias, constitui-se no objeto de investigação da Economia Política Clássica, inaugurada por Adam Smith e David Ricardo, considerados os economistas clássicos. Eles descobriram que, por trás da riqueza do mundo burguês, representada pelas mercadorias, havia trabalho humano. Assim sendo, descobriram a *substância do valor*: o trabalho humano. Em outras palavras,

perceberam que, na troca das mercadorias, uma substância comum a elas era expressa pelo tempo de trabalho do homem gasto na produção da mesma.

Em função da dependência entre os economistas clássicos e a burguesia, a investigação que fizeram do *valor* limitou-se apenas à *dimensão da substância ou à quantidade do valor*, ao investigá-lo como um *fato natural*, desconectado de um contexto histórico determinado. Ou seja, foi naturalizado o fator quantitativo do trabalho como processo natural de troca.

Todavia, na concepção de Marx, que fará a crítica à Economia Política, a compreensão do *valor* como um processo de desenvolvimento da sociedade mercantil implicava em investigá-lo em suas duas dimensões: *conteúdo e forma*.

Marx parte da premissa que, em função da dependência da Economia Política Clássica com o mundo burguês, ela priorizou o *conteúdo do valor*, não investigando, devidamente, a *forma do valor*, ao passo em que não analisou o processo de desenvolvimento histórico pelo qual a *forma valor* passou em diferentes momentos da história, desde a forma simples até a mais complexa, *o capital*. Coube, nessa via, aos economistas clássicos identificar a propriedade privada como um direito natural do homem:

Los hombres de ciencia burgueses suelen reducir las relaciones de propiedad a las relaciones jurídicas [...] castrando el contenido socioeconómico de la propiedad, y proclaman que um tipo de propiedad, precisamente la privada, es um derecho natural del hombre e la estiman sagrada e inviolable.² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 8).

Na perspectiva marxiana, a Economia Política Clássica ao priorizar a dimensão *conteúdo do valor*, desconsiderou, por completo, a relação entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade mercantil. Ao tomar a dimensão *conteúdo do valor*, fizeram uma investigação da origem e da produção da mercadoria, a partir de uma perspectiva natural, não fazendo as devidas relações entre produção, distribuição, circulação e consumo.

Os primeiros a investigar a origem e a produção da riqueza foram os fisiocratas franceses que partiam da concepção de que a terra era a única fonte de riqueza ou de valor: “a terra é a mãe de todos os bens”. (BELLUZZO, 1980, p. 23). Interpretaram as estruturas

² Os homens da ciência burguesa costumam reduzir as relações de propriedade às relações jurídicas [...] castrando o conteúdo socioeconômico da propriedade, e proclamam que um tipo de propriedade, precisamente a privada, é um direito do homem e a estimam sagrada e inviolável. (Tradução livre do autor).

econômicas como se fosse um fenômeno natural, concebendo as formas de produção como formas fisiológicas, como um organismo vivo.

Os clássicos da Economia Política, em particular, Adam Smith e David Ricardo, deram um passo adiante no estudo da *teoria do valor*, superando a compreensão fisiocrática, embora se mantendo, ainda, profundamente ligados à concepção da *lei natural*.

Como representantes principais da Economia Política Clássica, Adam Smith e David Ricardo afirmaram em suas obras que o trabalho é a medida real do valor de troca.

Smith e Ricardo, ao sustentarem que o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as classes de bens, estão afirmando que o trabalho é, na verdade, o conteúdo natural das relações sociais fundadas na troca. E que estas relações só podem ser explicadas a partir de uma equivalência estabelecida em termos de quantidade de trabalho. A ordem natural reaparece na análise de Smith e Ricardo metamorfoseada no valor de troca. (RUBIN, 1980, p. 11).

Adam Smith, considerado um dos grandes expoentes da Economia Política Clássica, na sua obra *A riqueza das Nações*, afirmou que o trabalho é a fonte da riqueza ou do *valor*, quer seja ele realizado na agricultura, na manufatura ou na indústria. Toda riqueza do mundo burguês foi comprada através do trabalho: “não foi por ouro ou prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo”. (SMITH, 1983, p. 63).

A teoria do *valor* foi melhor desenvolvida por Ricardo em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817. Nela, Ricardo analisa como a riqueza é distribuída na sociedade capitalista entre as classes sociais. Para Ricardo, o *valor* de uma mercadoria depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção.

Seja como for, tanto Adam Smith quanto David Ricardo, representantes da economia clássica, desenvolveram a teoria do *valor* a partir de uma *ordem natural*. Não identificaram, no *valor*, seu aspecto sócio-histórico. A troca ou o acúmulo da riqueza na concepção deles é parte da natureza humana, não diz respeito a um processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

Nessa direção, fizeram uma análise do *valor* considerando apenas sua dimensão quantitativa, ou seja, a *magnitude do valor*: a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Faltou-lhes fazer a análise da *natureza do valor*, isto é,

Entender o valor em sua natureza mais íntima (como processo de desenvolvimento e mais do que simples propriedade dos produtos do trabalho, como expressão objetivada das relações sociais mercantis) é fundamental para que se entenda o conceito de capital, como consequência, o capitalismo contemporâneo, passando pelo capital fictício, pelo capital financeiro. (CARCANHOLO, 2011, p. 18).

A partir dessa perspectiva *natural do valor*, os clássicos da Economia Política transformaram-na numa ideologia burguesa: como ideologia da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento sem limite.

Sendo a Economia Política uma ideologia da burguesia, faltava-lhe a devida cientificidade para explicar o desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade mercantil-capitalista, bem como explicar os desdobramentos desse desenvolvimento para o homem.

Os séculos XVIII e XIX, período histórico da teoria da Economia Política, foram marcados, também, por profundas contradições do capitalismo nascente. Uma das implicações da *dupla revolução* foi o surgimento da classe operária e, como consequência, a manifestação de diversos movimentos de resistência ao mundo burguês.

As revoluções de 1848, denominadas por Hobsbawn (2001) como a *primavera dos povos*, foram uma expressão das contradições entre classes que surgiram como decorrência da *dupla revolução*. Diante da miséria e do descontentamento decorrentes do mundo burguês, as revoluções dos trabalhadores de 1848 refletiam o tropeço da economia capitalista que se expressava numa acentuada desaceleração no crescimento.

O pensamento de Karl Marx foi elaborado em correspondência com as lutas dos trabalhadores, uma vez que a emancipação social anunciada pela *dupla revolução* não foi efetivada na vida dos trabalhadores, pois se deu apenas no âmbito da política, quando deveria ter se efetivado, de verdade, na vida do trabalhador. Em outras palavras, a emancipação humana, almejada pela classe revolucionária, tornara-se apenas uma emancipação política. A burguesia, uma vez no poder, passara a negar os princípios revolucionários. Nesse contexto, a teoria do *valor-trabalho*, fundamento econômico na explicação da exploração, é substituído pela teoria do *valor utilidade*. A classe burguesa, agora dominante, não tinha mais interesse numa teoria que explicasse a origem da exploração do trabalhador.

Marx vive nesse contexto histórico permeado de conflitos entre classes, daí seu interesse antes no campo da filosofia, depois na economia política para desvelar as leis do movimento do capital.

A relação de Marx com o movimento operário francês, a influência que recebeu da tradição filosófica alemã e o contato com a economia Política Clássica lhe ofereceram as devidas condições para a reelaboração da *teoria do valor*. Marx procurou investigar o valor, a partir do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção na sociedade mercantil. Estava interessado em investigar a origem e a distribuição da riqueza como um processo histórico. Tratou do valor como uma categoria histórica e determinada. Essa perspectiva abriu-lhe as portas para investigar além da dimensão quantitativa do valor, a *forma valor*, ou seja, a *natureza do valor* enquanto fato histórico social decorrente da sociedade mercantil.

Em oposição aos Clássicos da Economia Política, Marx investiga a origem e a produção da riqueza a partir da unidade e contradições entre produção, distribuição, circulação e consumo no modo de produção capitalista, enquanto sociabilidade historicamente determinada.

Marx puso el descubierto la falsidad científica de las afirmaciones de los economistas burgueses y mostró que todos ellos, a la vez veían las diferencias entre la producción, la distribución, el cambio e el consumo, no veían y no querían ver su unidade y concatenación, su interpretación y, lo que es más importante, el papel determinante de la producción.³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 13).

Superando os clássicos da economia política, Karl Marx faz uma investigação da riqueza capitalista a partir da *natureza do valor*. Ou seja, investiga a *forma do valor*:

Antes de Marx, a atenção dos economistas clássicos e de seus epígonos se concentrou no conteúdo do valor, principalmente em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), ou no valor de troca relativo, quer dizer, nas proporções quantitativas da troca. Submeteram à análise os dois extremos da teoria do valor: o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a técnica como causa interna da variação do valor, e as mudanças relativas do valor das mercadorias. Mas faltava-lhes a vinculação direta entre estes dois fatos: a forma do valor, isto é, o valor como a forma que se caracteriza pela coisificação das relações de produção e a transformação do trabalho social em uma propriedade dos produtos do trabalho. (RUBIN, 1980, p. 11).

³ Marx descobriu a falsidade científica das afirmações dos economistas burgueses e mostrou que todos eles uma vez que viam diferenças entre a produção, a distribuição, a troca e o consumo, não viam e não queriam ver sua unidade e conexão, sua interpretação e, o que é mais importante, o papel determinante da produção. (Tradução livre do autor).

Karl Marx, com o objetivo de desvendar a Economia Política como ciência social, até então constituída e ricamente desenvolvida pelo pensamento burguês, toma como investigação a teoria do *valor-trabalho* dos economistas clássicos, entendendo-o como um processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, caracterizado, sobretudo, pelas relações mercantis de troca:

Marx, ao contrário dos clássicos não toma o valor como uma essência da *naturalidade* da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. (RUBIN, 1980, p. 11).

Compreendendo a sociedade capitalista como *lócus* de mercadorias, em que as relações sociais de produção são coisificadas, Marx desenvolveu sua teoria do valor, tendo como base a categoria *fetichismo*: “a teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor”. (RUBIN, 1980, p. 19). O estudo da teoria do valor em Marx inicia-se, portanto, com a compreensão da categoria *fetichismo*:

Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas. Marx descobriu as bases econômicas reificadas em formas objetivas das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil. (RUBIN, 1980, p. 20).

Nos termos de uma sociedade fetichizada, Marx elaborou sua teoria do valor, tendo como ponto de partida o trabalho humano desprendido na produção de mercadorias.

Karl Marx fez uma análise da questão do valor no contexto do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção que se expressava nas relações de troca e relações de poder.

Feito o constructo da teoria do valor, Karl Marx esboça sua crítica à Economia Política Clássica, denunciando-a como uma ciência da burguesia: da propriedade privada e do enriquecimento sem limite; decorre daí, também, a sua teoria da *mais valia*, que demonstra a exploração do homem pelo homem, ou seja, do trabalho explorado e apropriado pelo capitalista, expressão do lucro e do processo de acúmulo do capital.

Diante do exposto, este trabalho dissertativo tem como *problema* central apresentar o processo pelo qual Marx, a partir do estudo da *natureza do valor*, elaborou sua crítica à

Economia Política Clássica, subsídio necessário para a compreensão da mercantilização dos complexos sociais, com destaque para a educação. Dito de outra forma: como Marx, ao apresentar o processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, desvendou a Economia Política como uma ideologia da propriedade privada e do enriquecimento sem limite.

Nossa preocupação é descrever o caminho científico que Marx fez para analisar o *valor* enquanto *conteúdo e forma*; de onde ele partiu, qual a processualidade e os desdobramentos de sua investigação, reiterando a atualidade de seu pensamento na crise estrutural, aprofundada pelo capitalismo contemporâneo.

Diante desse *problema*, este trabalho tem como objetivo geral apresentar o caminho que Marx tomou para analisar o valor enquanto *conteúdo e forma*, considerando o desenvolvimento do valor, ao mesmo tempo, como o processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtiva e as relações de produção na sociedade mercantil. Ou seja, apresentar a análise da mercadoria, sua estrutura e seu desenvolvimento, como o processo de desenvolvimento da sociedade mercantil, marcada pela fetichização da totalidade social.

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, definimos os seguintes objetivos específicos: 1) apresentar a teoria do valor a partir dos clássicos da Economia Política, Smith e Ricardo; 2) demonstrar o materialismo histórico como instrumento de compreensão e de análise da teoria do valor; 3) apresentar a crítica à Economia Política, efetivada por Karl Marx, a partir de sua teoria do *valor*; 4) relacionar, em linhas gerais, a teoria do *valor* com o complexo da educação.

Para apresentação desse estudo, dividimos o trabalho em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado **A teoria do valor e os clássicos da economia política: primeiras aproximações**, descreveremos a categoria *valor* a partir dos clássicos da Economia Política: Adam Smith e David Ricardo, considerados os principais representantes da Economia Política Clássica, sobre os quais Karl Marx elabora a sua crítica à Economia Política. A primeira parte do capítulo se ocupa em situar o contexto histórico do liberalismo clássico e as contribuições dos fisiocratas franceses para a compreensão da teoria do *valor*. Em seguida, faremos um estudo da teoria do *valor* fundado nas contribuições de Adam Smith, em sua obra *A riqueza das Nações*. A terceira parte do capítulo procura recuperar as

contribuições de David Ricardo para a compreensão da teoria do valor, em especial em sua obra *Princípios da Economia Política e Tributação*.

No segundo capítulo, denominado **As forças produtivas e as relações de produção: princípio ontológico do trabalho em Marx**, iremos apresentar o materialismo como um princípio ontológico decorrente da vida e da obra de Karl Marx. A primeira parte do capítulo trata do contexto histórico que marca a vida e a obra de Karl Marx, a *dupla revolução*: a Revolução Francesa, de 1789, e a Revolução Industrial; as revoluções de 1848, denominadas por Hobsbawn (2001), como a *primavera dos povos*; e a *grande depressão* de 1873. Um período marcado por profundas contradições e desequilíbrios. A segunda parte do capítulo trata da vida e da obra de Karl Marx que nós dividimos em três “movimentos”: o primeiro nós denominamos de “democratismo radical”, marcado pela influência que sofreu nos círculos hegelianos; o segundo é “Fundação do materialismo histórico”, que é marcado pela forte relação de Marx com o movimento socialista dos operários franceses; o terceiro é “Construção do sistema econômico de Marx ou marxismo científico”, marcado pelo seu contato com a Economia Política Clássica. A última parte do capítulo trata do materialismo histórico: seus pressupostos, o trabalho como categoria fundante do ser social, o desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

No terceiro capítulo, **Karl Marx e a crítica à Economia Política**, iremos apresentar o caminho que Marx percorreu para, através da análise da estrutura e do desenvolvimento da mercadoria, elaborar sua crítica à Economia Política Clássica. Esse capítulo é a parte mais essencial do trabalho e objetiva descrever a gênese e a processualidade do *valor*. Iniciamos com a análise do fetichismo da mercadoria, requisito imprescindível à compreensão da teoria do *valor* em Karl Marx. Da análise do fetichismo, segue a apresentação da teoria do *valor* em Marx: o seu encontro com a teoria do *valor*; as versões da teoria do valor em sua obra; as características e a concepção da teoria do *valor* em Marx. Continuamos apresentando a análise da mercadoria e do trabalho, logo descreveremos as cinco formas do *valor*; como consequência do desenvolvimento do *valor*, apresentamos a desmaterialização do valor. Como decorrência do desenvolvimento da sociedade mercantil chegaremos à *mais valia*, desvelada por Marx, constituindo a categoria preciosa da Economia Política Marxiana. Por último, descreveremos o *valor capital* em estado de crise estrutural e seu desdobramento no complexo da educação.

Propomo-nos realizar uma pesquisa orientada pelo método do materialismo histórico-dialético, perspectivado na ontologia marxiana. Fizemos uma opção por esse método, por entendermos que ele dá conta de apreender o *ser social* e suas determinações. Um método que nos possibilita, enquanto trabalhadores, a compreensão que articula a crítica radical com a transformação radical das relações mercantis, que explica a origem do ser social, demonstrando sua totalidade. Fizemos isso, sobretudo, como uma tentativa de resgatar os fundamentos desenvolvidos por Karl Marx para investigar a sociabilidade capitalista.

Entendemos que nosso estudo tem como base esses fundamentos metodológicos na medida em que apresenta o percurso da vida e da obra de Karl Marx, revelando seu movimento de ruptura e de superação em relação ao hegelianismo, ao materialismo utópico até chegar no que denominamos de *comunismo científico*. Esse percurso deixou-nos claro que o pensamento de Karl Marx não se instaurou tendo por base uma perspectiva gnosiológica – com a primazia do pensamento sobre o real - mas teve por base uma perspectiva *ontológica*.

Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. Essa ontologia do ser social, cujos lineamentos fundamentais podem ser encontrados nas obras de juventude – especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *Para a questão judaica*, em *A Sagrada Família* e em *A Ideologia Alemã* – está suposta em toda a obra posterior de Marx, que terá um cunho mais acentuadamente científico. (TONET, 2013, p. 71).

Nosso trabalho retoma o percurso feito por Karl Marx. Iniciaremos com a apresentação da crítica que Karl Marx efetivou à Economia Política pela categoria *Mercadoria*. Essa foi uma opção consciente nossa como uma tentativa de expressar o caminho, o método que Marx percorreu na sua crítica à Economia Política.

Igualmente, na economia política, Marx começa sua investigação com o mundo das mercadorias, como se este existisse cabalmente por si mesmo e como se a relação entre valor de uso e valor de troca representasse um movimento completamente fechado em si mesmo. Mas, qualquer pessoa que conheça a dialética marxista sabe que Marx procede assim porque já dispõe de um conhecimento abrangente do processo total. A orientação concreta do pensamento em direção à conexão total dos fenômenos está presente mesmo ali onde a exposição não a explica. (KOFLER, 2010, p. 57).

Este trabalho expressa o método onto-histórico de Karl Marx, principalmente na exposição do seu percurso de vida e de obra. Nesse percurso, apresentaremos três movimentos que revelam a direção que Marx optou: do liberalismo burguês ao marxismo científico.

Movimentos que revelam, sobremaneira, o lugar do sujeito na vida e na obra de Karl Marx, enquanto militante e cientista social.

Dessa forma, reafirmamos que “Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. É na análise desse ato que ele descobrirá a origem, a natureza e a função social essenciais do conhecimento científico”. (TONET, 2013, p. 74).

Decorre daí sua ruptura com o idealismo como método e sua opção pelo materialismo histórico. Interessa a Marx saber o *que é o ser social* e suas determinações sociais. A base material, ou seja, a relação entre as forças produtivas e as relações de produção são os pressupostos de seu método:

Da resposta a esta questão – o que é o ser social – dependerão as respostas às quais relativas ao conhecimento: a possibilidade do conhecimento, o que é o objeto (a realidade externa), quem é o sujeito, como se dá a relação entre o sujeito e o objeto, o que é a verdade, quais os critérios da verdade, como deve proceder o sujeito para conhecer o objeto, qual a relação entre ciência e ideologia, etc. (TONET, 2013, p.74).

Nesses termos, resgataremos as ideias dos Economistas Clássicos: Smith (1983), Ricardo (1982) e, fundamentalmente, as ideias de Marx (1985), interpretadas por Rubin (1980), Carcanholo (2011), Rosdolsky (2001), Rumiántsev (1980), Mandel (1980), Mészáros (2004), entre outros. Utilizaremos os pressupostos onto-metodológicos no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica.

Para apresentarmos a investigação do valor enquanto *conteúdo e forma* processada por Marx, tínhamos a clareza, no início de nossa pesquisa, que a estrutura deste trabalho deveria seguir uma ordem básica: 1) compreender os elementos básicos do pensamento dos economistas clássicos; 2) entender as condições objetivas, em especial o materialismo histórico, que contribuíram para formação de Karl Marx e, assim, 3) apresentar o caminho que ele fez para desenvolver a categoria valor historicamente: seu ponto de partida, sua processualidade e seus desdobramentos. Essa estrutura do trabalho exigiria de nós uma opção por um referencial teórico que nos oferecesse as devidas condições de atender nossos objetivos.

A parte mais essencial de nossa pesquisa está no capítulo três. Evidentemente, o capítulo um e dois foram fundamentais para reunir os elementos necessários de nossa pesquisa e, assim, apresentarmos o caminho teórico de Marx em sua investigação histórica do

valor, enquanto *conteúdo e forma*. O primeiro contato com a análise do valor que tivemos foi com Carcanholo (2011), em seu texto *Capital: essência e aparência*. Nele, entramos em contato com a natureza do *valor*. Rubin (1980) desenvolve a categoria *forma valor* ou a *forma-mercadoria*. Os elementos objetivos fundamentais da sociedade mercantil: trabalhadores privados, processo de troca, trabalho concreto e abstrato, entre outros, são desenvolvidos, profunda e cuidadosamente, por esse autor. Em nossa pesquisa, a categoria *sociedade mercantil* expressa os diferentes estágios em que a sociedade, desde a *forma simples do valor* até a forma mais desenvolvida do valor, o *capital*, é estabelecida tendo como base os produtores privados, o trabalho concreto e o abstrato, o processo de troca, etc. Nós partimos do pressuposto que é nesta forma de sociabilidade que o trabalho assume o duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. O ponto de partida do caminho teórico de Marx, portanto, são as condições objetivas da sociedade mercantil. Nesses termos, o trabalho de Rubin foi essencial em nossa pesquisa, pois nos ofereceu as devidas condições de entendermos como é a estrutura e o funcionamento da sociedade mercantil.

A processualidade do caminho teórico de Marx é desenvolvida por Mendel (1980) em sua obra *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Nessa obra, percebemos o movimento de Marx em relação à teoria do valor: recusa, aceitação e aperfeiçoamento da teoria do valor. Essa obra nos permitiu compreender a processualidade de sua investigação da teoria do valor. No entanto, foi com Rumiántsev (1980) que tomamos contato com o desenvolvimento histórico da forma valor: forma simples, forma desdobrada, forma geral, forma dinheiro e forma capital.

No capítulo três, apresentaremos essas diferentes formas que o valor assume como expressão do desenvolvimento da sociedade mercantil. Apresentaremos a história do desenvolvimento do *valor* em Marx como a história do desenvolvimento da sociedade mercantil. Em outras palavras, a história do desenvolvimento do valor corresponde à história do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, na sociedade mercantil. Max foi o primeiro a proceder com a investigação histórica do *valor*. Para apresentar a estrutura da mercadoria, seu valor de uso e de troca, recorreremos aos estudos de Rosdolsky (2001). Nesse texto, o autor faz uma análise do lugar do valor de uso na teoria do *valor* em Marx. Além de Rosdolsky contaremos com o referencial teórico de Carcanholo (2011), Rumiántsev (1980) e Mendes Segundo e Rabelo (2004) para compreender a estrutura

e desenvolvimento da *forma mercadoria*. Para demonstrar os desdobramentos da investigação de Marx, retomaremos a obra de Rubin, *A teoria marxista do valor*, de 1980.

A partir dela, identificaremos os dois principais desdobramentos da investigação de Marx: 1) o modo de produção capitalista, fundado sob a propriedade privada e sob o trabalho concreto e abstrato, é uma forma de sociabilidade histórica e transitória; 2) a Economia Política é a ideologia da burguesia: da propriedade privada, da concorrência e do ganho sem limite. Evidentemente, o capítulo três de nosso trabalho dissertativo é uma demonstração do percurso teórico de Karl Marx (1985) interpretado por diferentes autores.

Dentro da perspectiva marxiana, queremos deixar claro que este trabalho dissertativo, apresenta, em linhas gerais, com base na Economia Política Clássica, em especial Adam Smith e David Ricardo, as categorias: *valor*, *valor-trabalho*, *valor de uso e de troca da mercadoria*, *trabalho concreto e abstrato*, como premissas da sociedade regida pelo capital, em que a educação está subsumida.

Finalmente, desejamos registrar a relevância deste estudo para a compreensão das raízes do trabalho explorado e precário no desdobramento do valor de troca no complexo da educação. Particularmente, vislumbramos que esta pesquisa tem um grande significado na medida em que, como professor substituto, desde 2009, na Universidade Estadual do Ceará, conheço e vivo sob as condições objetivas do trabalho precário. Na condição de professor, tenho procurado investigar a relação da educação com o processo de valorização do *valor*, em particular nas condições do modo de produção capitalista. Entendo que esta pesquisa me ofereceu elementos para uma melhor compreensão da educação como um desdobramento do *valor capital* em estado de *crise estrutural* (MÉSZÁROS, 2004).

O interesse pela temática do valor das mercadorias, *conteúdo e forma*, deu-se através da disciplina da linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, em que os aspectos da crise do capital e os fundamentos marxianos constituem o fio condutor para a compreensão do real e de suas contradições. No aspecto prático, conforme já foi dito, sentia na pele a condição de precariedade do trabalho docente, procurando, desse modo, entender a razão do empobrecimento da classe trabalhadora, uma vez que a sociabilidade do capital havia alcançado um acentuado desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse contexto, a educação, setor em que atuo, está profundamente desviada de sua função genuína de formação humana, limitando-se a atender as necessidades demandadas

pelo capital. Outrossim, a educação se torna uma mercadoria de troca, produzindo um ensino descartável, como qualquer outra mercadoria.

Entendemos também que este estudo alcança sua relevância junto à classe trabalhadora e aos profissionais da educação, em geral, na medida em que se coloca como um instrumento de compreensão que possibilita a crítica e a transformação radical das condições desumanas de trabalho sob as quais se encontram a maioria de nossos irmãos trabalhadores. Diante deles, cuja única “alucinação é suportar o dia-a-dia” (Belchior, em *Alucinação*⁴), a relevância pessoal desse estudo se torna indiferente.

Esta pesquisa, na medida em que investiga a história do desenvolvimento do *valor*, fundada na estrutura e desenvolvimento da mercadoria enquanto *valor de uso* e *valor de troca* desemboca no estudo da categoria trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato; *categoria fundante* da sociabilidade humana. Decorre daí, então, que se trata de uma pesquisa que se articula com a linha de pesquisa *Marxismo, educação e luta de classes*.

⁴ BELCHIOR, A. C. G. Alucinação. In: BELCHIOR, A. C. G. **Auto-retrato**. [S.I.]: BMG, 1999. CD 2. Faixa 1.

2. A TEORIA DO VALOR E OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA POLÍTICA: primeiras aproximações

Neste capítulo, apresentaremos, em linhas gerais, as principais ideias dos clássicos da Economia Política no que diz respeito à teoria do *valor*.

No século XVIII, sob o contexto das revoluções Industrial e Francesa, nasce a Economia Política com a “responsabilidade de desvendar a lei natural que cimentava uma sociedade econômica dilacerada pela busca permanente do ganho privado”. (RUBIN, 1980, p. 10).

Nesses termos, podemos dizer que a Economia Política é resultado das revoluções burguesas:

O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido com as transformações ocorridas na Europa Ocidental que culminaram com a revolução Industrial na Inglaterra, e a revolução Francesa, no Continente. (RUBIN, 1980, p. 9).

As profundas transformações socioeconômicas que levaram a cabo a desestruturação do feudalismo culminaram no que Hobsbawn (2001) denominou de *dupla revolução*: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. As revoluções, particularmente a Revolução Industrial, criaram um *mundo industrial*:

O panorama industrial era, assim, muito semelhante a uma série de lagos cobertos de ilhas. Se tomarmos o campo em geral como o lago, as ilhas representam as cidades industriais, os complexos rurais ou as áreas industrializadas [...] Se tomarmos como lago a massa de artesãos independentes, os camponeses produzindo mercadorias para vendê-las. (HOBSBAWN, 2001, p. 194).

É nesse contexto industrial que a Economia Política “surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias”. (BELLUZZO, 1980, p. 18).

Nesse cenário, o debate da Economia Política girava em torno do problema de definir qual era a fonte de valor e de riqueza da sociedade capitalista que estava se constituindo. A categoria *valor* passa, portanto, a assumir lugar de destaque na investigação da Economia Política, tanto para legitimar a revolução burguesa quanto para questionar a ordem burguesa.

Os economistas políticos clássicos se apropriaram da categoria *valor* para justificar a *dupla revolução* e a consequente riqueza burguesa, ao passo que a Economia Política

Marxiana (HARVEY, 2013), questionava a ordem burguesa, na medida em que esta tomou o *valor* como uma categoria sócio histórica em suas duas dimensões: *conteúdo e forma*.

Pretendemos, portanto, neste capítulo descrever a categoria *valor* a partir das contribuições dos clássicos da Economia Política: Adam Smith e David Ricardo.

A primeira parte do capítulo se ocupa em situar o contexto histórico do liberalismo clássico, em particular as contribuições dos fisiocratas franceses para a compreensão da *teoria do valor*. Em seguida, faremos um estudo da teoria do valor baseado nas contribuições de Adam Smith, a partir de sua obra *A riqueza das Nações*. A terceira parte do capítulo procura recuperar as contribuições de David Ricardo para a evolução da *teoria do valor*, em especial, em sua obra *Princípios da Economia Política e Tributação*.

2.1 Os fisiocratas: a terra como fonte única de valor

Inicialmente, iremos descrever, brevemente, o contexto histórico no qual surge o pensamento econômico, em particular, a concepção de valor dos fisiocratas. Além disso, descreveremos a concepção de *valor* dos fisiocratas franceses.

O contexto socioeconômico no qual nasce o pensamento econômico fisiocrata situa-se na crise do Feudalismo. Um processo que é decorrente

de uma revolução - econômica e política –cujos contornos se esboçaram séculos antes. O renascimento do comércio comprometera a base econômica do feudalismo, já desgastada desde as Cruzadas pelo depauperamento e até mesmo pelo extermínio físico da mão-de-obra. O processo de formação dos Estados nacionais solapara o poder político dos senhores feudais, cada vez mais centralizado nas mãos do soberano; as monarquias nacionais cimentavam pouco a pouco o mosaico inarticulado do poder feudal. (BELLUZZO, 1980, p. 17).

Como consequência dessa revolução, nasce um novo cenário mundial marcado por forte desenvolvimento econômico, social e demográfico; crescimento das cidades; disseminação do comércio de curtas e longas distâncias; intensificação das relações socioeconômicas. Trata-se de um momento no qual as relações comerciais passam a tomar proporções mundiais.

A desintegração do feudalismo está, portanto, associada ao surgimento da economia mercantil simples dos artesãos e camponeses: “La economía mercantil simple de los artesanos

y los campesinos constituía en las entrañas del Feudalismo la base sobre la que, en ciertas condiciones, brotaban las relaciones capitalistas de producción”.⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 92).

Conforme afirmamos acima, a Economia Política surgiu na tentativa de explicar a origem e a produção da riqueza. Ela tinha a responsabilidade de desvendar e de anunciar os mecanismos que regiam o novo modo de produção de mercadoria: o capitalismo.

A Economia Política nasce com a responsabilidade de desvendar e anunciar a lei natural que regia a nova sociedade econômica. Essa preocupação com a lei natural pressupunha a identificação de um princípio unificador que reduzisse todos os fenômenos da vida econômica a um sistema inteligível e coerente. (BELLUZZO, 1980, p. 18).

Sob a liderança de Quesnay (1772), os fisiocratas franceses foram os primeiros a preocupar-se em explicar como se dá o funcionamento da economia. Ou seja, eles foram os primeiros a desenhar um embrião de um sistema inteligível e coerente que procurava explicar a origem e a produção da riqueza.

O contexto em que vivem os fisiocratas é marcado por uma crise econômica, caracterizada por problemas nos mecanismos de tributação; ou seja, há a presença de um Estado que tributa de maneira bastante intensa. O Estado tem um papel extremamente regulador sobre as relações mercantis; a agricultura era baseada em tecnologia própria do feudalismo e cultivada em pequena escala. Portanto, trata-se de um desenvolvimento tecnológico bastante perpassado pelas relações feudais: demanda crescente por alimentos, decorrente do crescimento das cidades e da população; restrições governamentais ao comércio, etc.

Os fisiocratas franceses compreendiam que os homens deveriam dominar a natureza. Focaram-se, então, na agricultura e não no comércio ou na indústria. O que predominava, na concepção econômica dos fisiocratas, era o mercado baseado na produção agrícola. Diante da crise do velho regime, em particular da falta de alimentos, os fisiocratas acreditavam que a solução estava na terra e em sua fertilidade.

Somente a terra tinha a capacidade de gerar e multiplicar a riqueza. Assim sendo, o *valor* para os fisiocratas franceses estava na fertilidade da terra, algo externo ao homem, que

⁵ “A economia mercantil simples dos artesãos e os camponeses constituía nas entranhas do feudalismo a base sobre a qual, em certas condições, brotavam as relações capitalistas de produção.” (Tradução livre do autor).

não dizia respeito às relações de produção e às forças produtivas. A produtividade estava associada à fertilidade natural da terra e não era decorrente de relações de produção.

A terra é a mãe de todos os bens. O trabalho era apenas um instrumento capaz de tornar esta fertilidade disponível, sob a forma de bens indispensáveis à vida humana, e o excedente, aparecia, portanto, como um dom da natureza. (BELLUZZO, 1980, p. 23).

A manufatura era vista pelos fisiocratas como um segmento estéril nas relações de produção, expressando apenas um papel transformador da matéria-prima produzida pela agricultura.

Considerados pela teoria econômica como a Primeira Escola de Pensamento Econômico, os fisiocratas franceses

achavam que as sociedades eram governadas pela lei natural e que os problemas da França eram devidos à incapacidade de seus dirigentes compreenderem essa lei natural e ordenarem a produção e o comércio de acordo com ela. Quesnay formulou um modelo simples de como uma sociedade deveria ser estruturada, a fim de refletir a lei natural e com base nesse modelo, os fisiocratas advogavam a reforma política. [...] Propuseram a substituição da agricultura em pequena escala e ineficiente, então vigente, pela agricultura capitalista em grande escala. (HUNT, 2005, p. 33).

Na tentativa de construir um sistema que explicasse o funcionamento econômico, a partir de uma concepção da *lei natural*, eles

conceberam as formas de produção como formas fisiológicas da sociedade imposta pela necessidade natural da produção, independente da política, da vontade. A sociedade econômica era um sistema de circulação de riquezas à semelhança do sistema circulatório dos organismos vivos. (BELLUZZO, 1980, p. 19).

A sociedade econômica, enquanto organismo vivo, era constituída por três classes sociais, a saber: a classe produtiva de agricultores; a classe estéril e a classe dos latifundiários. Classes estas divididas seguindo o critério do excedente.

A classe produtiva de agricultores era representada pelos donos da terra e pelos trabalhadores que trabalhavam na agricultura. Se a agricultura é a fonte da riqueza, logo a classe produtora da riqueza são os donos da terra e os trabalhadores destas terras. A classe de agricultores era a única produtiva, pois era a única capaz de produzir excedente, mesmo diante das trocas que precisa efetivar com a manufatura.

A agricultura, por outro lado, troca uma fração de seus produtos pelas manufaturas de que necessita para o sustento da população agrícola (vestuário, etc.) e uma outra parte por utensílios indispensáveis ao prosseguimento da produção, no período seguinte (arados, pás, enxadas, etc.). Mas o que troca pelo conjunto de manufaturas (implementos+ vestuário), mais o que reserva como sementes, para a subsistência de seus próprios trabalhadores, não esgota o total produzido pela terra. (BELLUZZO, 1980, p. 20).

A classe estéril era composta pelos donos das manufaturas e pelos trabalhadores que trabalhavam nelas. Eles eram estéreis por não produzirem riqueza, apenas transformarem a matéria-prima da agricultura:

A classe estéril trocava suas manufaturas por alimentos para seus trabalhadores e matérias-primas requeridas pela produção. A indústria, por esse ato de intercâmbio, nada mais fazia que entregar um equivalente por um equivalente recebido, isto é, cobria apenas o custo de produção das manufaturas. (BELLUZZO, 1980, p. 20).

A classe de latifundiários era constituída por todos os segmentos sociais que, de alguma forma, apropriavam-se do excedente, nela se incluíam a Igreja, o Estado, e os proprietários de terras. Estes viviam principalmente do aluguel das terras.

Ao tentar explicar o funcionamento da sociedade econômica, a origem e a produção da riqueza, os fisiocratas deixaram grande relevância para a Economia Política, em especial quanto à noção de equivalência e à distinção entre excedente e custo: “a relevância da contribuição dos fisiocratas está na introdução da noção de equivalência e na distinção entre excedente e custo”. (BELLUZZO, 1980, p. 21).

Os conceitos de equivalência, distinção entre excedente e custo, a caracterização da sociedade econômica, como um sistema de atividades interdependentes, e a introdução da ideia de circulação constituem-se nas principais contribuições que os fisiocratas franceses deram para a Economia Política. Todavia, esses conceitos estão profundamente marcados por uma concepção de *ordem natural*, “na qual o trabalho era constrangido a assumir sua naturalidade mais imediata e mais restrita: trabalho direto sobre a natureza”. (BELLUZZO, 1980, p. 23).

Faltava-lhes, todavia, definir a existência de um “invariante capaz de responder pela formação do custo real”. (BELLUZZO, 1980, p. 21).

A responsabilidade de definir tal invariante ficou a cargo dos economistas clássicos: Adam Smith e David Ricardo. Ambos foram conduzidos a definir o trabalho como a fonte de

toda a riqueza e, ao mesmo tempo, a base segura para a análise do processo de troca e para a definição do custo real das mercadorias:

O custo real para a humanidade, que ganhava sua vida trabalhando, consistia na quantidade de trabalho que era necessário inverter e parecia natural que as diversas mercadorias fossem estimadas ou avaliadas em proporção ao trabalho que requeria sua produção. (DOBB, 1959, p. 24).

Embora os clássicos da Economia Política deslocassem a origem e a produção da riqueza para o trabalho, independente de sua forma (agricultura, indústria, fábrica), permaneceram fortemente ligados à concepção de *ordem natural*, sendo incapazes de oferecer relevância teórica e, sobretudo, histórica, ao processo de enriquecimento na sociedade capitalista.

2.2 Adam Smith e a teoria do valor

Pretendemos apresentar as contribuições de Adam Smith para o desenvolvimento da *teoria do valor*. Iniciaremos descrevendo o contexto histórico e filosófico que influenciou sua vida e sua obra. Em seguida, destacaremos alguns aspectos de sua obra *A Riqueza das Nações*, relacionando-os com a *teoria do valor*: o trabalho como fonte de riqueza, a divisão do trabalho como raiz do aumento da produtividade e o valor de troca de uma mercadoria. Concluiremos, apontando alguns limites de sua teoria para a compreensão do *valor*.

Superando os limites do pensamento fisiocrata, mas ainda ligado à tradição deste pela concepção de *ordem natural*, Adam Smith nasce na Escócia no século XVIII, cresce no contexto de uma família da classe alta e torna-se o fundador do que hoje chamamos de ciência econômica.

Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, Fifeshire, Escócia, em 1723, filho de uma típica família da classe alta não nobre da época. Seu pai, Adam Smith, era funcionário público que chegou a ocupar postos de certa importância na administração escocesa e sua mãe, Margareth Douglas Smith, descendia de proprietários de terras do condado de Fife. (FRITSCH, 1983, *apud* SMITH, 1983, p. 7).

Em sua formação, Smith recebe duas fortes influências que estão presentes em suas obras. A primeira forte influência, presente em *A Riqueza das Nações*, recebe do jusnaturalismo:

A influência original e mais marcante sobre Smith foi a de seu mestre Hutcheson, herdeiro em linha direta de sucessão dos filósofos protestantes, como Grotius e Pufendorf, da Filosofia do Direito Natural. Para os propósitos da presente discussão, o jusnaturalismo pode ser definido como uma teologia racionalista que afirma existir uma ordem natural e harmônica do universo. (FRITSCH, 1983, *apud* SMITH, 1983, p. 17).

Essa influência do jusnaturalismo conduz Smith a interpretar os fenômenos “econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações casuais”. (FRITSCH, 1983, *apud* SMITH, 1983, p. 17).

A segunda forte influência que marca a vida e a obra de Smith é o acelerado processo do crescimento econômico, que deve ser compreendido no contexto de transformação econômica da Inglaterra e da Escócia no século XVIII:

Smith não ficou alheio a essa transformação. Grande parte de seu círculo de amizade em Glasgow era composta de homens de negócios da região e não é difícil, portanto, de identificar na percepção direta dos fenômenos que acompanharam o processo acelerado de crescimento econômico britânico – aumento de produtividade, acumulação de capital, melhoria dos padrões de vida e crescimento populacional – a fonte de inspiração empírica de sua obra. Seu toque genial decorre, entretanto, de percepção das consequências analíticas da paralela e acelerada generalização dos métodos capitalistas de organização da produção, do progressivo aumento da competição e da maior mobilidade de capital entre as diferentes ocupações: surgimento do lucro na agricultura e na transformação industrial como forma estável e quantitativamente significativa do excedente e teoricamente distinta das outras parcelas distributivas no que concerne a sua formação, e o papel da taxa de lucro na orientação dos investimentos como peça essencial do ajustamento dinâmico nesse novo contexto. (FRITSCH, 1983, *apud* SMITH, 1983, p. 20).

Essas duas influências tornaram *A Riqueza das Nações* um produto tanto do iluminismo francês quanto do desenvolvimento histórico do capitalismo.

O ambiente de transição do feudalismo ao capitalismo torna-se ideal para Smith entender as relações de produção. Desse modo, testemunhou os principais desenvolvimentos históricos que produziram a *dupla revolução* (HOBSBAWN, 2001) e o tipo de sociedade decorrente dela: privatização das terras, nascimento do mundo industrial, surgimento da classe trabalhadora e todos os problemas sociais decorrentes.

Esses fatos histórico-econômicos incorporados à sua concepção de lucro e de acúmulo de capital irão dar maior cientificidade à Economia Política.

Em tempos de crescimento industrial, que provocou uma revolução no modo de produção da riqueza na Inglaterra, Adam Smith supera os fisiocratas quando defende o trabalho como fonte da riqueza: “O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo”. (SMITH, 1983, p. 63).

A *Riqueza das Nações*, publicada em 1776, elabora um modelo teórico sobre a natureza, a estrutura e o funcionamento do capitalismo. Nessa obra, Smith se recusa a admitir a concepção fisiocrata de que só a agricultura é produtora de riqueza e defende a tese de que a única fonte de valor, a partir da qual se constitui toda a riqueza, é o trabalho humano, esteja ele situado na indústria, na agricultura ou em qualquer outra atividade.

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. (SMITH, 1983, p. 35).

Decorrem dessa afirmação dois aspectos fundamentais da obra:

A riqueza de uma nação consiste nas coisas necessárias e úteis de que ela dispõe; o trabalho é o fundo de provisão dessas coisas, seja pela possibilidade de fruição direta de seu produto, seja pela possibilidade de troca por mercadorias de outras nações. (MONTELLA, 2010, p. 4).

Ao produzir mercadorias, estas têm valor de uso e de troca. Trocam-se coisas por valores equivalentes. O valor da mercadoria é o trabalho empregado nela. Quando se troca uma determinada mercadoria, troca-se, na verdade, trabalho humano. Para Smith, a essência da mercadoria é o trabalho humano, portanto, o pré-requisito para ser mercadoria é ser produto de trabalho humano.

Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1983, p. 63).

A essência da mercadoria está no trabalho como medida real do valor de troca. A troca, diante da divisão do trabalho, tornou-se uma condição fundamental para o homem realizar suas necessidades. Assim, grande parte das necessidades humanas é realizada mediante a troca do excedente do trabalho:

Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho. [...] Ao contrário, entre os homens, os caracteres e habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade de propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades. (SMITH, 1983, p. 50).

Com o desenvolvimento da sociedade mercantil, diante da divisão do trabalho, a troca passou a ser uma condição para a subsistência dos homens:

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial. (SMITH, 1983, p. 57).

Na sociedade mercantil, muitas necessidades são realizadas através de negociações, como o escambo e a troca, que implicam num processo de compra do trabalho alheio.

Conforme Smith, a base da riqueza é o uso do trabalho alheio e a apropriação deste é decorrente da natureza egoísta do homem; ou seja, o indivíduo, por sua natureza, é egoísta e desenvolve, através do seu esforço pessoal, as suas funções laborais em prol do seu próprio enriquecimento. Assim sendo, o ser humano nasce com uma propensão à troca e a realiza como parte de sua natureza humana, sempre motivada pelo princípio de obter algo que ele próprio não produz, para atendimento de suas necessidades, o que é possível, somente, através da divisão do trabalho e do comércio.

De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos. (SMITH, 1983, p. 49).

Acrescenta ainda que o processo de divisão do trabalho representa a força motora da riqueza, em que o capitalista, na sua ganância por acumulação, passa a utilizar o trabalho do outro com o propósito de acumular renda ou capital.

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar destas coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho

(esforço pessoal). A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. (SMITH, 1983, p. 63).

Sendo assim, a riqueza se mede pela capacidade de se dispor do trabalho do outro; quanto mais trabalho uma nação tiver condições de comprar, mais rica ela será.

Partindo da compreensão que só terá valor o que tem trabalho humano, Smith entende que o aumento da produtividade do trabalho é condição para o aumento da riqueza e para o progresso do homem. Em contrapartida, o aumento da produtividade do trabalho resulta, em primeira instância, da divisão do trabalho.

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho. (SMITH, 1983, p. 41).

Nessa direção, o pensamento smithiano afirma que a divisão do trabalho vai gerar, conseqüentemente, maior produtividade, barateamento dos preços, especialização do trabalhador, aumento de salário dos trabalhadores e condições vantajosas de um país sobre o outro.

Versando sobre o aumento da produtividade, Smith em seu exemplo clássico para demonstrar a importância da divisão do trabalho no processo de acumulação de riqueza, compara a produção de alfinetes feita por uma única pessoa com a mesma produção que envolve a divisão das diferentes tarefas entre os diversos trabalhadores:

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim, a importante atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam 2 ou 3 operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, e portanto não estivessem particularmente treinados para o uso das máquinas, conseguiam, quando se esforçavam, fabricar em torno de 12 libras de alfinetes por dia. Ora, 1 libra contém mais do que 4 mil alfinetes de tamanho médio. Por conseguinte, essas 10 pessoas conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, e sem que nenhum deles tivesse sido treinado para esse ramo de atividade, certamente cada

um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e talvez nem mesmo 1, ou seja: com certeza não conseguiria produzir a 240ª parte, e talvez nem mesmo a 4 800ª parte daquilo que hoje são capazes de produzir, em virtude de uma adequada divisão do trabalho e combinação de suas diferentes operações. (SMITH, 1983, p. 42).

Com a divisão do trabalho, um trabalhador é capaz de produzir, em um mesmo intervalo de tempo, 240 vezes mais, potencializando o aumento da produtividade, principalmente, quando agregado às inovações tecnológicas. Essa divisão implicou, sobretudo, em um grande aumento da quantidade de trabalho, motivada por três circunstâncias distintas:

Em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas. (SMITH, 1983, p. 43).

Nesse contexto, as manufaturas constituiriam o lugar por excelência do aumento da produtividade e do conseqüente aumento da produção da riqueza, pois são nelas que a divisão do trabalho vai efetivar-se verdadeiramente, algo que não ocorria na produção baseada na agricultura. Ou seja, é na manufatura que o trabalho se potencializa, criando condições para que o país se torne mais rico, em dimensão maior do que aqueles que exerciam somente a produção agrícola.

As nações mais opulentas geralmente superam todos os seus vizinhos tanto na agricultura como nas manufaturas; geralmente, porém, distinguem-se mais pela superioridade da manufatura do que pela superioridade na agricultura. (SMITH, 1983, p. 43).

Destarte, a riqueza das nações está estritamente ligada à manufatura que, com o fortalecimento da indústria, formaliza o lugar, por excelência, da divisão do trabalho, uma condição potencializadora da geração de riquezas.

No tocante ao Estado, Smith compreende ainda que o aumento da produtividade depende da presença de um Estado menos regulador e de um mercado mais livre e concorrente. Nessa concepção liberal, o aumento da produtividade do trabalho está relacionado a uma economia de mercado concorrencial, sem intervenção do Estado.

Na concepção smithiana de economia, o memorável Princípio da “Mão Invisível” do Mercado é o instrumento regulador da produção, distribuição e consumo, sem a necessidade de atividade interventora do Estado.

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele [o capitalista] tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p. 438).

O Princípio da “Mão Invisível” é fundamentado no egoísmo e na propensão natural à troca, características inerentes ao ser humano, desencadeando, assim, um processo na sociedade que extrapola a intencionalidade desses indivíduos, colaborando para o crescimento da sociedade como um todo. Essa concepção de Smith é decorrente das influências que sofreu do jusnaturalismo, em particular das ideias relacionada à *ordem natural*:

Essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação do capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo. (FRITSCH, 1983, *apud* SMITH, 1983, p. 18).

A *ordem natural* é a base de sua concepção acerca da origem da riqueza, aumento da produtividade e, em particular, da sua compreensão a respeito da divisão do trabalho:

Esta divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana. (SMITH, 1983, p. 49).

Para o pai da Economia Política, a sociedade capitalista é o momento privilegiado da vida humana, alcançando através dela, um desenvolvimento nunca presenciado na história dos homens.

Assim sendo, defende a sociedade capitalista por excelência, pelo fato de produzir mercadorias num processo amplo de produção e de troca. A sociedade capitalista na concepção smithiana é o momento da realização plena da natureza humana.

Los economistas burgueses definen los procesos y fenómenos fundamentales del sombrío medievo como anomalía y fracaso en el desarrollo histórico de la sociedad humana. Y el capitalismo lo califican de régimen social natural, propio de la naturaleza del hombre.⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 99).

O capitalismo surge, desse modo, como um processo natural, no qual o trabalho, a divisão do trabalho e a troca são expressões da natureza humana e não decorrentes de um processo histórico. É a partir dessa perspectiva natural que a questão do valor deve ser compreendida em Adam Smith, já que ela é posta a partir das implicações da divisão do trabalho e da troca como fenômenos naturais.

Diante do processo de troca cada vez mais generalizado, os clássicos da economia política tinham uma questão a resolver: como encontrar uma unidade de medida independente capaz de quantificar o valor das mercadorias? Descobriram que o trabalho é a substância, a medida do valor de uma mercadoria. É o trabalho que dá a medida da riqueza de uma nação:

Não foi por ouro ou prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar. (SMITH, 1983, p. 63).

Numa sociedade mercantil, marcada pela divisão do trabalho e pelas consequentes relações de troca, os bens ou mercadorias necessários à provisão de uma pessoa, advêm cada vez mais do trabalho dos outros. A riqueza ou pobreza de uma pessoa dependerá da quantidade de serviço alheio que poderá comprar ou comandar.

A riqueza de uma pessoa é seu poder de compra; é sua capacidade de comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho disponível no mercado. O valor de troca de uma mercadoria, por sua vez, é igual à extensão do poder de compra conferido a seu proprietário. (MONTELLA, 2010, p.7).

Decorre daí que o trabalho comandado é a medida real do valor de troca das mercadorias. A ideia do trabalho comandado pressupõe a equivalência entre trabalho e produto do trabalho.

Segundo Montella (2010), a teoria do *valor-trabalho comandado* apresenta duas inconsistências. A primeira inconsistência diz respeito à falta de equivalência entre o trabalho e o resultado do trabalho numa sociedade baseada na forma mais desenvolvida do *valor*, a *forma capital*.

⁶ “Os economistas burgueses definem os processos e fenômenos fundamentais do mundo medieval sombrio como anomalia e fracasso no desenvolvimento histórico da sociedade humana. E o capitalismo os qualifica de regime natural, próprio da natureza humana.” (Tradução livre do autor).

Numa sociedade baseada na *forma simples do valor*, a troca acontece de forma rude e primitiva e os produtores são independentes, logo, donos dos meios de produção, detendo todo o produto de seu trabalho. Nessas circunstâncias, a teoria do *valor-trabalho comandado* de Adam Smith encontra coerência, havendo equivalência entre trabalho e produto do trabalho ($A=B$).

Todavia, numa sociedade fundada sob a forma do *valor capital*, os trabalhadores não são donos dos meios de produção. A força de trabalho é a única mercadoria que possuem e, uma vez vendida ao capitalista, recebem em troca apenas uma parte do produto de seu trabalho. Nestas condições, não há equivalência entre o trabalho e o produto do trabalho.

A teoria do *valor-trabalho comandado* é, portanto, incompatível com a forma *valor capital*, logo, com o capitalismo, pois não explica o processo de exploração em que está envolvido o trabalhador. Na tentativa de explicar esta incompatibilidade, Smith recorre à teoria dos custos da produção, segundo a qual o valor de uma mercadoria era resultado da soma dos salários, do lucro e da renda da terra ($D - M - D$).

A segunda inconsistência diz respeito ao *princípio ordenador das quantidades trocadas*: “não sendo o valor de troca uma relação qualitativa entre mercadorias, mas, sim, uma relação quantitativa, seria preciso encontrar um princípio ordenador das quantidades trocadas”. (MONTELLA, 2010, p. 8).

Para Smith, o princípio ordenador que permite a efetivação das trocas é o trabalho. Quando trocamos uma mercadoria por outra estamos efetivamente trocando trabalho, cambiando sacrifícios equivalentes:

Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1981, p. 63).

Essa teoria encontra coerência na sociedade mercantil simples, onde os produtores livres e diretos são donos do produto de seus trabalhos. No entanto, na sociedade fundamentada no *valor capital*, marcada profundamente pela generalização da troca, o trabalhador não é livre e não usufrui, por completo, do produto de seu trabalho. Nessas condições, “o trabalho contido em uma mercadoria diverge do trabalho comandado por uma mercadoria”. (MONTELLA, 2010, p. 9). Há, portanto, uma divergência entre o trabalho contido e o trabalho comandado nas condições do modo de produção capitalista:

Porque deixam de ser iguais a quantidade de trabalho invertida na produção de uma mercadoria e a que com esta se pode comprar ou comandar, assim que aparece na sociedade a acumulação de capital? Como é possível, a partir de tal época, comprar com a mercadoria uma quantidade de trabalho igual à que custou produzi-la [...] e outra adicional que pode ser trocada pelo lucro? Smith não explica; se limita a insistir diversas vezes nesta característica específica do capitalismo (de que o trabalho contido diverge do trabalho comandado) e a repetir que o valor do lucro – e também da renda – mede-se deste então pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar. (ZAMORA, 1984, p. 36).

Diante dessa incoerência, mais uma vez, Smith abandona a teoria do *valor-trabalho comandado* e recorre à teoria dos *custos da produção*, afirmando que o *valor* de uma mercadoria é resultado da soma dos três elementos que compõem o seu preço de custo: salário, lucro e renda da terra.

A origem da incoerência está na manutenção da igualdade entre o valor do trabalho (salário) e o valor do produto do trabalho, a qual, como vimos, é correta para a análise da troca em uma sociedade de produtores independentes, mas errônea quando se trata da sociedade capitalista. (BELLUZZO, 1980, p. 27).

Dessas incoerências decorrem três questões fundamentais: a teoria do *valor-trabalho* de Smith é incompatível com a forma *valor capital*, ou seja, com o modo de produção capitalista; o trabalho contido nas mercadorias no modo de produção capitalista diverge do trabalho comandado; a teoria dos custos da produção no modo de produção capitalista foi criada para velar o processo de exploração e de expropriação que envolve o trabalhador.

A teoria do valor-trabalho na forma em que Smith a propôs acaba se reduzindo a uma ingênua e inaceitável teoria do custo de produção. E, dessa forma, é possível afirmar-se, como Blaug, que uma teoria do valor baseada no custo de produção de um produto se acha claramente desprovida de significado se não inclui alguma explicação acerca da maneira como se determina os preços dos serviços produtivos. (BELLUZZO, 1980, p. 28).

Mesmo diante dessas inconsistências, podemos afirmar que a teoria de Smith ofereceu grandes avanços à Economia Política Clássica. Como supracitado, Smith viveu nos primórdios da Revolução Industrial, e sua obra é um reflexo do período de surgimento do capitalismo mundial. Sua teoria do *valor-trabalho* foi melhor articulada e desenvolvida posteriormente por David Ricardo.

2.3 David Ricardo: a defesa do rigor teórico na teoria do valor

Nessa parte do trabalho, pretendemos apresentar a concepção Ricardiana de distribuição da riqueza e sua contribuição para a teoria do *valor-trabalho*.

David Ricardo foi, ao lado de Adam Smith, o principal representante da escola clássica da Economia Política. É difícil exagerar sua importância para a Economia Política hodierna. Basta dizer que os adeptos das duas principais escolas atuais de pensamento econômico – a marxista e marginalista-keynesiana – se consideram herdeiros da tradição ricardiana. Quase não há problema teórico atualmente debatido pelos economistas, como o da teoria do valor, da repartição da renda, do comércio internacional, do sistema monetário, que não tenha como ponto de partida as formulações expostas, no começo do século passado, por David Ricardo. (SINGER, 1982 *apud* RICARDO, 1982, p. 7)

David Ricardo nasceu em Londres, em 1772, filho de um negociante holandês de religião judaica, tornou-se, logo cedo, um operador da bolsa de Valores de Londres. Presente no processo de transição dos séculos XVIII e XIX, contemporâneo *da dupla revolução*,

Testemunhou duas das mais importantes revoluções da época moderna: a Revolução Industrial na Grã-Bretanha e a Revolução Francesa. Dificilmente terá havido outro período em que transformações tão amplas ocorreram simultaneamente no plano econômico, social, político e ideológico. (SINGER, 1982 *apud* RICARDO, 1982, p. 10).

Nesse contexto de profundas transformações sociais e políticas, emerge um complexo social novo, objeto da investigação de Ricardo.

A revolução industrial e agrícola arruinou e, em grande parte, eliminou as classes pré-capitalistas: o camponês e o artesão independentes; em seu lugar fez surgir o proprietário capitalista da terra, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Destruiu a produção doméstica e a divisão familiar do trabalho, incorporando homens, mulheres e crianças no exército industrial, todos inseridos na divisão social do trabalho. (SINGER, 1982 *apud* RICARDO, 1982, p. 12).

Enquanto Smith se preocupou com a origem da riqueza, Ricardo se empenhou em investigar quais leis regiam a distribuição da riqueza entre as três classes sociais: trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras.

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide em três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. (RICARDO, 1982, p. 39).

Dessa forma, procurou explicar como a riqueza produzida pela economia era distribuída entre a remuneração dos salários, o lucro transferido aos capitalistas e a renda da terra: “determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia

Política”. (RICARDO, 1982, p. 39). Na empreitada de responder essa questão, em 1817, David Ricardo escreve o livro *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Com a publicação dos *Princípios*, Ricardo torna-se o legítimo sucessor de Adam Smith como o grande mestre da Economia Política. A chamada escola ricardiana dominou o pensamento da matéria tanto na Europa como nos demais países de cultura ocidental durante as décadas seguintes. Apenas no último terço do século passado, a publicação de *O Capital* de Marx e das obras dos fundadores do marginalismo fez surgir novas escolas de pensamento que substituíram a ortodoxia clássica, representada por Smith, Ricardo e seus discípulos. (SINGER, 1982 *apud* RICARDO, 1982, p.10).

Em sua obra, Ricardo oferece sua principal contribuição à teoria do *valor-trabalho* e à análise da distribuição da riqueza entre trabalhadores, capitalistas investidores e proprietários de terras, explicitando os mecanismos de crescimento do capitalismo:

Ricardo desenha toda a arquitetura teórica de sua obra com o propósito de descrever os mecanismos de crescimento de uma economia capitalista, procurando demonstrar como durante o processo de crescimento são alteradas as participações das classes sociais (trabalhadores, proprietários do capital e proprietários de terras) na renda total. (BELUZZO, 1980, p. 31).

O texto trata, sobretudo, do processo de evolução da taxa de lucro numa economia capitalista:

Nesta perspectiva, sua preocupação maior está fixada na evolução da taxa de lucro (que define como a proporção entre a produção e o consumo indispensável para se obter essa produção), porquanto esta é a grandeza econômica fundamental da qual depende a maior ou menor intensidade do processo capitalista de crescimento. (BELUZZO, 1980, p. 31).

Ricardo vive um momento em que a sociedade se complexifica devido a um crescimento demográfico significativo e a um conseqüente aumento da procura de alimentos. Seu foco, então, volta-se para a agricultura, como esfera de produção, na qual procura investigar a distribuição da riqueza. Assim, atribui à agricultura, agora revolucionada pela transformação de áreas de uso comum em propriedades privadas, a força motora do desenvolvimento de um país.

A agricultura também era revolucionada pelas *enclosures*, ou seja, pela transformação de áreas de uso comum em propriedades privadas. Esse tipo de transformação já vinha ocorrendo na Grã-Bretanha há séculos, mas parece ter atingido seu auge entre 1760 e 1815, quando milhões de acres de terras comunais foram repartidas e cercadas. No plano social, as *enclosures* praticamente extinguíram a agricultura camponesa na Inglaterra, e em seu lugar, fizeram surgir uma agricultura capitalista, na qual a terra pertencia a um número limitado de

proprietários, os quais a arrendavam a empresários que cultivavam com mão-de-obra assalariada. (SINGER, 1982 *apud* RICARDO, 1982, p. 12).

Tendo por base a agricultura como esfera de produção, Ricardo inverte a análise tradicional. Para ele, a renda da terra era o fruto do efeito da elevação dos preços agrícolas, em função da expansão da demanda.

O aumento da renda da terra decorre sempre do aumento da riqueza de um país e da dificuldade de produzir alimentos para uma população crescente. É um sintoma, uma causa da riqueza, pois esta frequentemente cresce com maior rapidez, enquanto a renda permanece estacionária ou mesmo decresce. A renda cresce mais rapidamente quando as terras disponíveis se empobrecem em capacidade produtiva. A riqueza aumenta mais depressa nos países em que a terra disponível é mais fértil, onde as importações sofrem menos restrições, onde, graças aos aperfeiçoamentos na quantidade proporcional de trabalho; onde, conseqüentemente, o progresso da renda é lento. (RICARDO, 1982, p. 70).

Quanto maior for a demanda por alimentos, maior será a necessidade de aumento da produção agrícola, em decorrência disso, maior a necessidade de se buscar novas terras para essa produção, o que elevará seus custos, acarretando em um aumento nos preços dos produtos.

Nessas circunstâncias, David Ricardo encontrou na intensificação da importação a saída para a queda na taxa de lucro dos capitalistas investidores.

Tenho tentado mostrar, ao longo desta obra, que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em consequência de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos. Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. Se, ao invés de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrimos um novo mercado do qual possamos abastecer-nos de todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão e os lucros aumentarão. (RICARDO, 1982, p.103).

A teoria ricardiana inaugura o conceito de divisão internacional do trabalho que surge em decorrência da intensificação das importações entre os países industrializados e os países produtores de matéria-prima.

A teoria do valor em Ricardo está relacionada com a agricultura enquanto esfera de produção e conseqüente elevação do custo de produção, decorrente do aumento da demanda por terras produtivas. Para ele, no processo de troca de mercadorias, há uma troca de quantidades iguais de trabalho utilizado em sua produção:

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho. (RICARDO, 1982, p. 43).

A teoria do valor em Ricardo apresenta alguns questionamentos. Partindo do pressuposto de que só o trabalho gera riqueza, como explicar o fato de um setor social que não atua diretamente no processo do trabalho participar da distribuição da riqueza? Na medida em que o valor é produzido unicamente pelo trabalho, qual o motivo de haver uma remuneração do Capital, sob a forma de lucros dos capitalistas?

Ricardo explica a remuneração do capital de duas formas: 1) tenta explicar a remuneração do Capital caracterizando-o como trabalho passado acumulado; 2) tenta caracterizar o capital como elemento que participa da produção, ao lado do trabalho, e por isso recebe uma remuneração sob a forma de lucros.

Acrescenta que o valor das mercadorias passa a depender não só do tempo de trabalho requerido pela sua produção, mas também do valor do capital total aplicado e do seu tempo de rotação.

Depois da introdução desses instrumentos dispendiosos e duráveis, as mercadorias produzidas com o emprego de capitais iguais terão valores desiguais e, embora umas em relação às outras ainda possam aumentar ou diminuir na medida em que maior ou menos trabalho seja necessário para sua produção, elas estarão também sujeitas a uma outra variação, embora menor, causada pelo aumento ou pela diminuição dos salários e dos lucros. (RICARDO, 1982, p. 58).

Essa explicação o deixa numa encruzilhada: o capital como elemento participante da produção entra em contradição com o trabalho, enquanto única fonte de valor. Ricardo adotou a fórmula de que o *valor* de cada mercadoria se compõe de soma de salários, lucro e renda. Essa fórmula, a rigor, não é compatível com a teoria do *valor* em Marx, que considera o lucro como uma expropriação da força do trabalhador.

Adam Smith e David Ricardo, independente de suas diferenças, são articulados por duas características comuns em relação à Economia Política:

À economia política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime [...] eles entenderam como categorias e instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental. (NETO & BRAZ, 2010, p. 18).

Essas características apontam para o compromisso sócio-político da Economia Política com a burguesia: “A Economia Política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o antigo regime”. (NETO & BRAZ, 2010, p. 18).

Conforme Neto & Braz (2010), entre os anos 1830-1848, a Economia Política Clássica entra em crise. Essa crise foi motivada pela alteração da relação da burguesia com a cultura ilustrada. O domínio de classe da burguesia transformou-a em classe conservadora, o que a levou a abandonar os seus ideais emancipadores. Inicia-se um novo antagonismo social, marcado pela luta entre a burguesia e os trabalhadores.

É nesse contexto de crise da Economia Política Clássica que Marx vai desenvolver sua crítica à Economia Política, a partir da teoria do *valor* em suas duas dimensões: *conteúdo e forma do valor*.

3. AS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: princípio ontológico do trabalho em Marx

No capítulo anterior, lançamos as bases do pensamento da Economia Política Clássica ao resgatarmos as contribuições dos economistas Adam Smith e David Ricardo, que, perspectivados pela *ordem natural*, fizeram uma análise do *valor*, enquanto *substância*. Tomaram o valor como um fato natural desvinculado das determinações históricas.

Neste capítulo, pretendemos apresentar as condições objetivas que influenciaram Karl Marx na construção de seu caminho científico e, a partir daí, demonstrar sua crítica à Economia Política Clássica. A teoria marxiana é resultado da conjugação de diferentes elementos, que apresentaremos em seguida.

Organizamos este capítulo em três partes. Na primeira, apresentamos o contexto histórico que influenciou a vida e a obra de Karl Marx. A partir das contribuições de Hobsbawn (1977, 2001), iremos oferecer uma visão panorâmica do contexto histórico marcado por três elementos: a *dupla revolução*; a *primavera dos povos* e a *grande depressão*. Na segunda parte, propomo-nos a apresentar a vida e a obra de Karl Marx em três movimentos, os quais denominamos: **Democratismo radical; Fundação do materialismo histórico e Construção do sistema econômico de Karl Marx ou marxismo científico**. Na última parte do capítulo, trataremos do materialismo histórico e dialético e dos seus pressupostos.

3.1 O Contexto Histórico de Karl Marx

O contexto histórico que marca a vida de Karl Marx é oriundo de um processo que vem desde a metade do século XVIII e se estende até a *grande depressão* de 1873; compreende a *dupla revolução*, as revoluções de 1848 e o *capitalismo industrial*.

Inicialmente, descreveremos o significado e os resultados da *dupla revolução*. Segundo Hobsbawn (2001), os anos de 1789 a 1848 foram dominados por uma *dupla revolução*, de um lado a Revolução Industrial, iniciada e amplamente desenvolvida na Inglaterra e de outro, a transformação política associada e largamente vinculada à França.

Ambas revoluções implicaram no triunfo do capitalismo liberal burguês e, sobretudo, no surgimento de forças contraditórias à ordem burguesa:

E ainda assim a história da dupla revolução não é meramente a história do triunfo da nova sociedade burguesa. É também a história do aparecimento das forças que, um século depois de 1844, viriam transformar a expansão em contradição. E mais ainda, por volta de 1848, esta extraordinária mudança de destinos já era até certo ponto visível. Naturalmente, a revolta mundial contra o Ocidente, que dominou a metade do século XX, era então apenas escassamente discernível. Somente no mundo islâmico podemos observar os primeiros estágios do processo pelo qual os que foram conquistados pelo Ocidente adotaram suas ideias e técnicas para se virar contra ele. (HOBSBAWN, 2001, p. 17).

A *dupla revolução* transformou expansão em contradição na medida em que fortaleceu e consolidou a burguesia no poder e, conseqüentemente, gerou desajustes sociais que motivaram revolta e resistência da classe dos trabalhadores.

Sobre a Revolução Industrial, podemos dizer que a economia do mundo foi constituída fortemente sob a influência dessa revolução, que tem sua gênese na Inglaterra, em função de suas favoráveis condições objetivas:

A Grã-Bretanha possuía uma economia bastante forte e um Estado suficientemente agressivo para conquistar os mercados de seus competidores. De fato, as guerras de 1738-1815, a última e decisiva fase do secular duelo anglo-francês, virtualmente eliminaram do mundo não europeu todos os rivais dos britânicos, exceto até certo ponto os jovens EUA. Além do mais a Grã-Bretanha possuía uma indústria admiravelmente ajustada à revolução econômica que permitia que se lançasse à indústria algodoeira e à expansão colonial. (HOBSBAWN, 2001, p. 49).

A despeito da forte expansão da Grã-Bretanha, seu progresso estava longe de ser tranquilo e, já entre os anos de 1830 e 1840, mostrava sinais de graves problemas sociais, como a miséria e o descontentamento. As revoluções de 1848 revelaram os levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e, não somente destes, mas também dos pequenos comerciantes e de outros setores da economia que foram afetados pela Revolução Industrial.

Esses problemas sociais refletiam o tropeço da economia capitalista que se expressava numa acentuada desaceleração do crescimento. Sua falha estrutural sinalizava contradições e dificuldades, como o ciclo comercial de *boom*, a depressão e a tendência de diminuição da taxa de lucro.

Se a Grã-Bretanha forneceu ao mundo o modelo para as ferrovias, fábricas e indústrias, a França forneceu à Revolução Industrial sua ideologia política.

A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria das nações. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Essa foi a obra da Revolução Francesa. (HOBSBAWN, 2001, p. 71).

A força ideológica da França se deu em função de ser ela o mais populoso e poderoso Estado da Europa. As origens da Revolução Francesa são encontradas na situação específica da França:

Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes. (HOBSBAWN, 2001, p. 73).

A *dupla revolução* motivou vários resultados, entre eles destacamos: a terra enquanto propriedade privada, o mundo industrial e o surgimento da classe proletária.

O mais catastrófico fenômeno do período de 1789-1848 foi o impacto que a *dupla revolução* causou sobre a propriedade e o aluguel da terra: “ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro”. (HOBSBAWN, 2001, p. 168). Esse processo transformou a terra em mercadoria pertencente a proprietários privados; a terra passou às mãos de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos; e, para isso, a população rural deveria ser transformada em trabalhadores assalariados.

Essa transformação da terra em mercadoria teve que enfrentar dois grandes obstáculos: os proprietários de terra e o campesinato tradicional, já que ambos dependiam da terra como fonte de riqueza e de subsistência, respectivamente. Desse modo, através de uma ação articulada, que combinava política e economia, criou-se uma clássica solução, a chamada fazenda comercial.

Os mais radicais foram os britânicos e os americanos, pois ambos eliminaram o campesinato e um deles eliminou também o proprietário. A clássica solução britânica produziu um país em que talvez 4 mil proprietários possuíssem cerca de quatro-sétimos da terra cultivada. (HOBSBAWN, 2001, p. 168).

Esse processo de transformação da terra em mercadoria quebrou os vínculos e outras proibições, como a venda da terra; as terras eclesiásticas deveriam estar abertas ao mercado e

à exploração racional. Dessa forma, a libertação do camponês da servidão e da escravidão era, portanto, uma necessidade. Era o fim do feudalismo:

Na maior parte da Europa latina, nos Países Baixos, na Suíça e na Alemanha Ocidental a abolição do feudalismo foi obra dos exércitos conquistadores franceses, determinados a proclamar imediatamente em nome da nação francesa a abolição dos dízimos, do feudalismo e dos direitos senhoriais. (HOBSBAWN, 2001, p. 173).

O liberalismo, que influenciou o processo de privatização da terra, combinado à ganância e ao individualismo legal produziram uma tamanha catástrofe como jamais antes fora visto sobre a terra.

A *dupla revolução* consistiu, inicialmente, numa revolução acerca da propriedade da terra, mas acabou provocando o rompimento da tradicional sociedade agrária. O mercado mundial e a nova economia rural, esta estimulada pelas fazendas comerciais, alteraram decisivamente o significado da posse da terra.

Além da propriedade privada da terra, a *dupla revolução* criou também *um mundo industrial*. No século XIX, as mudanças sociais e econômicas se aceleraram visivelmente. Os avanços compreendidos entre 1830 e 1848 marcaram o nascimento de grandes áreas industriais, de famosos centros e de firmas industriais.

A produção industrial atingia cifras astronômicas: na década de 1840. Cerca de 640 milhões de toneladas de carvão foram arrancadas do interior da terra. Essas cifras só foram suplantadas ainda mais extraordinárias do comércio internacional, que se multiplicara quatro vezes desde 1780 até atingir cerca de 800 milhões de libras esterlinas. (HOBSBAWN, 2001, p. 321).

Em decorrência do surgimento do mundo industrial, nasce uma das profundas contradições da *dupla revolução*: a *classe trabalhadora pobre*, em que é possível verificar a lógica de funcionamento da sociedade burguesa, de caráter profundamente cruel, injusto, explorador e desumano:

Mas, de fato, a miséria – a miséria crescente, como pensavam muitos – que chamavam tanto a atenção, tão próxima da catástrofe total como a miséria irlandesa, era das cidades e zonas industriais onde os pobres morriam de fome de uma maneira menos passiva e menos oculta. (HOBSBAWN, 2001, p. 49).

Os trabalhadores pobres, cujo núcleo era o proletariado industrial, viviam dias tão difíceis que a rebelião, além de ser possível, era compulsória. O triunfo da sociedade burguesa foi acompanhado, como já se disse, do aparecimento dos movimentos trabalhistas e

socialistas. A revolução de 1848, denominada de *primavera dos povos* (HOBSBAWN, 2001), é consequência direta da situação socioeconômica da classe trabalhadora.

Vale ressaltar que os movimentos trabalhistas não foram exclusivos do proletariado, nem no que se refere à sua composição, nem tampouco em sua ideologia e seu programa. Os movimentos trabalhistas consistiam numa frente comum de todas as frentes e as forças que representavam o trabalhador pobre.

Esses movimentos consistiram numa organização de autodefesa, de protesto e de revolução. Mas, para os trabalhadores pobres, esses movimentos eram mais do que um instrumento de luta, eram também um modo de vida.

A *dupla revolução* criou uma situação de extrema dificuldade para a classe trabalhadora, porque a burguesia liberal nada lhes oferecia, e a história os extraiu da vida tradicional que antes levavam; vida esta que os conservadores, em vão, ofereciam-se para manter ou para restaurar. Nada podiam esperar do tipo de vida para o qual eles eram crescentemente arrastados (HOBSBAWN, 2001).

Todo o contexto histórico acima descrito foi objeto das investigações intelectuais de Marx e foi marcado, sobremaneira, pela Revolução dos trabalhadores no ano de 1848. Se por um lado, a *dupla revolução* foi marcada por grandes conquistas, em especial no âmbito econômico, por outro, criou também tamanhos constrangimentos históricos.

As incongruências decorrentes do triunfo da sociedade burguesa criaram os movimentos de resistência e de insurreição de trabalhadores, pois a situação destes, no século XIX, era de extrema dificuldade. Esse triunfo burguês tropeça no ano de 1848 quando o movimento dos trabalhadores pobres, nucleado pelo proletariado da grande indústria, inicia um levante contra a ordem social existente. Tal movimento foi o que Hobsbawn (2001) denominou de *Primavera dos Povos*.

A revolução de 1848 foi a que se espalhou mais rápida e largamente. Em um único ano, através da insurreição dos trabalhadores, a monarquia francesa foi derrubada, a república foi proclamada e a revolução europeia foi iniciada. “De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras. 1848 na Europa foi a única revolução a afetar tanto as partes desenvolvidas quanto as atrasadas do continente.” (HOBSBAWN, 1977, p. 30).

Um profundo sentimento de esperança e de libertação tomou conta da Europa. Uma atmosfera curiosamente romântico-utópica. “Era a *primavera dos povos* e como a primavera, não durou.” (HOBSBAWN, 1977, p. 31, grifo do autor). Em pouco mais de um ano da explosão da revolução, veio a sua derrota: todos os regimes que derrubara foram restaurados, com exceção da república francesa.

A revolução de 1848 fracassou. O principal fator do insucesso dessa revolução foi o de ser ela uma revolução social de trabalhadores pobres.

Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos opositoristas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliarem-se aos flancos do partido conservador. (HOBSBAWN, 1977, p. 35).

Inquestionavelmente, a revolução de 1848 foi liderada pelos trabalhadores pobres, que se confrontavam, não com os velhos regimes, mas com a nova ordem burguesa: “1848 fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era com os velhos regimes e as forças do progresso unidas, mas entre ordem e revolução social”. (HOBSBAWN, 1977, p. 37). A burguesia não apoiou a revolução de 1848, tornando-se, então, uma classe reacionária:

Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa Ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária. (HOBSBAWN, 1977, p. 40).

Isolados, destituídos de maturidade político-ideológica e, naturalmente, sem contar com o apoio da classe burguesa, a revolução dos trabalhadores foi suprimida no ano seguinte à sua explosão.

O que mantinha este movimento unido era a fome, a miséria, o ódio e a esperança e o que o derrotou na Grã-Bretanha cartista e no revolucionário continente europeu de 1848 foi que os pobres – famintos, bastantes numerosos e suficientemente desesperados para se insurgirem – careciam da organização e maturidade capazes de fazer de sua rebelião mais do que um perigo momentâneo para a ordem social. (HOBSBAWN, 2001, p. 237).

A época em que vive Karl Marx é marcada por profundas contradições e desequilíbrios, denominada por Hobsbawn (2001) de *Era do capital*, período em que se

conheceu, de um lado, o maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial e, de outro, os profundos conflitos sociais.

Com a derrota da revolução trabalhista de 1848, o capital industrial se mundializa:

O triunfo global do capitalismo é o lema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro. (HOBSBAWN, 1977, p. 21).

Os anos que compreendem de 1849 até o início da década de 1870 foram marcados por uma grande expansão do capital, sem precedentes na história. O mundo se tornou capitalista. Essa expansão – *boom* – ocorreu devido à combinação de capital barato com um rápido aumento dos preços. Esse ambiente se tornou bastante favorável aos homens de negócios, pois fez com que a taxa de lucro do capital chegasse a 50%.

Nesta era, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali em diante, passava a ser a história mundial. (HOBSBAWN, 1977, p. 66).

A primeira das razões para essa tamanha expansão do capital deve-se à pressão da busca de lucro para acumulação do capital; em segundo lugar, essa expansão foi impulsionada pela estrada de ferro, pelo vapor e pelo telégrafo. Esse ambiente de desenvolvimento criou condições necessárias para a expansão das exportações de mercadorias, de capital e de homens. O capitalismo se mundializa, levando o comércio mundial, entre 1850 e 1870, a um crescimento de 260%. Outra grande razão para a expansão do capital pode ser verificada no liberalismo econômico, que criou uma série de tratados de livre comércio.

Marx também foi contemporâneo dos momentos de crise do capital. Viu o triunfo burguês ser afetado em 1873 pela *grande depressão*:

daí em diante começou o que um observador contemporâneo chamou – uma curiosa perturbação e depressão sem precedentes do comércio e indústria que os contemporâneos chamaram a Grande Depressão e que usualmente é datada 1873-96. (HOBSBAWN, 1977, p. 26).

O período de expansão do capital chegou ao fim com a depressão na década de 1870, ocasião esta em que ficaram visíveis os limites do capital e seu defeito estrutural:

Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam *booms* estratosféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas. (HOBSBAWN, 1977, p. 65).

Era o fim de uma era de expansão do capital: mais de 21.000 milhas de estradas de ferro americanas entraram em colapso e falência; as ações na bolsa alemã caíram 60% entre a alta e 1877; o dilúvio de imigrantes para o Novo Mundo foi reduzido para um modesto rio, conforme Hobsbawn (1977). Tratava-se da Grande Depressão que se alastrou no mundo entre os anos de 1873 a 1896.

O contexto no qual Marx vive é caracterizado não somente por transformações econômicas, mas também por profundas transformações no mundo da filosofia. O iluminismo, enquanto movimento filosófico e científico, delega à razão humana a força motriz da emancipação humana. Ela é a precursora do ideário de que o homem é detentor de seu próprio destino. A influência iluminista marca a forma de pensar daquele contexto.

3.2 Karl Marx: vida e obra

Há três movimentos na trajetória da vida intelectual de Karl Marx que se constituíram nos pilares de sua formação teórica: a filosofia hegeliana na Alemanha, o movimento socialista utópico na França e a economia política na Inglaterra. Esses movimentos influenciaram decisivamente na construção do *sistema econômico marxiano*. Denominamos *movimento* por se tratar de momentos de vivacidade, evolução, ruptura e superação que marcaram a vida e obra de Karl Marx.

A trajetória teórica que iremos apresentar demonstra o percurso dinâmico e fortemente enriquecedor da vida e da obra de Karl Marx: seus estudos nos círculos hegelianos lhe forjaram radical espírito democrático; sua forte relação com o movimento socialista dos operários franceses que lhe deu as condições necessárias para a construção do materialismo histórico; e, por fim, o contato com a economia política burguesa contribuiu significativamente na construção de seu sistema econômico.

A formação do pensamento econômico de Marx, em particular, a investigação que ele faz da anatomia da sociedade burguesa, através da teoria do *valor*, é resultado desses três movimentos presentes em sua trajetória de vida e de obra.

Karl Heinrich Marx nasceu em 05 de maio de 1818, em Tréves, no sul da Prússia. Morreu em Londres, em 14 de março de 1883, na Inglaterra.

A trajetória de vida de Marx começa pelo movimento que denominamos **Democratismo radical**, marcado profundamente pela filosofia hegeliana. Esse movimento

compreende o período que vai de 1837 a 1843. Sob a influência do pai, estuda Direito, História, Filosofia, Arte e Literatura na Universidade de Bonn. Mais tarde, na Universidade de Berlim, ingressa nos círculos hegelianos.

Em outubro de 1836, o Dr. Heinrich mandou o filho estudar em Berlim, que era uma grande cidade e contava, já na ocasião, com mais de trezentos mil habitantes. A Universidade de Berlim, por sua vez, na qual Karl se matriculou, se caracterizava por um ambiente mais sério do que o da de Bonn. Sobre ela se projetava a sombra espiritual do maior pensador que o mundo tivera nas décadas precedentes, que ali lecionara e morrera em 1831: Georg Wilhelm Friedrich Hegel. (KONDER, 1999, p. 18).

Em Berlim, Marx inicia-se no idealismo hegeliano e conclui seus estudos na Universidade de Iena com a tese de doutoramento *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*.

Com a tese, entretanto, Marx não conseguiu resolver o seu problema pessoal, econômico. Não pôde obter a cátedra que pretendia, pois o governo não queria hegelianos de esquerda pontificando nas universidades. E, em lugar de Marx alcançar o posto de professor universitário, como seu amigo Bruno Bauer, foi este quem perdeu o emprego: em outubro de 1841, Bruno Bauer foi proibido de continuar lecionando na Universidade de Bonn. (KONDER, 1999, p. 18).

Diante das dificuldades financeiras, mas impossibilitado de assumir a função de professor, Marx passa a escrever para o jornal *Gazeta Renana*, assumindo sua direção em 1842.

A colaboração de Marx na *Gazeta Renana* teve tanto sucesso que, em 11 de outubro de 1842, ele se mudou para Colônia e assumiu a direção do jornal! Sob a direção de Marx, a *Gazeta Renana* aumentou rapidamente sua circulação. Mas a alegria durou pouco. Após um violento artigo contra o absolutismo russo, publicado em janeiro de 1843, o czar Nicolau I pressionou o governo prussiano e este fechou o jornal. (KONDER, 1999, p. 24).

Esse primeiro movimento de Marx, influenciado pelos círculos de esquerda hegelianos, demonstra seu radical espírito democrático. Para Chasin (2000), é nesse período que ele está profundamente ligado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à determinação ontopositiva da política.

Nos artigos de *A Gazeta Renana*, Marx é um adepto vibrante da linha de pensamento que identifica na política e no Estado a própria realização do humano e de sua racionalidade. Em outros termos, estado e liberdade ou universalidade e civilização ou hominização se manifestam em determinações recíprocas, de tal forma que a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social.(...)Em suma, à época de *A Gazeta Renana*, Marx está vinculado às estruturas tradicionais da política, ou seja, à determinação ontopositiva da politicidade, e enquanto tal, formalmente, a

uma das inclinações mais fortes e características do neo-hegelianismo. (CHASIN, 2000, p. 132).

Os escritos de Marx, nesse período, são marcados pela filosofia hegeliana, logo, pelo idealismo, segundo o qual o mundo das ideias funda e determina o mundo material.

A transição desse primeiro movimento ao segundo dar-se-ia motivado por dois problemas: 1) ainda quando Marx trabalhava na Gazeta Renana se deparou com problemas de *interesse material* ligados à relação dos camponeses com a terra. Essas situações materiais já não encontravam os devidos encaminhamentos e solução nas estruturas tradicionais da filosofia política hegeliana; 2) Marx havia se deparado com as ideias socialistas e comunistas, mas não as conhecia profundamente. Esses dois problemas motivaram Marx a uma investigação que implicou numa forte crítica à filosofia de Hegel:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de sociedade civil, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política. (MARX, *apud* CHASIN, 2000, p. 136).

Essa investigação de Marx marca a transição da democracia radical para a democracia revolucionária.

O segundo movimento, que denominamos de **Fundação do materialismo histórico**, é marcado pela influência que sofreu do movimento socialista dos operários franceses, que dividimos em dois períodos.

O primeiro período compreende os anos de 1843 a 1845. Ocorre, a partir daí, a emergência do pensamento propriamente marxiano. Dar-se, então, uma inversão ontológica no pensamento de Marx:

Ora, a inversão ontológica alcançada e retida é precisamente uma configuração que impulsiona em direção oposta a tudo isso. [...] Ou, para usar os termos verdadeiros e muito incisivos de Maximilien Rubel, quando refere *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: é neste volumoso manuscrito que Marx rompe definitivamente com a ideia de Estado como instituição racional. (CHASIN, 2000, p. 138).

Como já foi dito, essa inversão ontológica teve forte influência do movimento socialista francês. Ao transferir-se para Paris, Marx entra em contato com o movimento socialista dos operários franceses:

Foi em Paris que Marx teve oportunidade de entrar em contato com o movimento socialista dos operários franceses. E esse contato com trabalhadores coletivamente dedicados à luta política pela transformação da sociedade impressionou-o profundamente. (KONDER, 1999, p. 28).

Alguns nomes foram importantes na sua formação, como os dos socialistas utópicos Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc, Mikhail Bakunin e Pierre Joseph Proudhon.

A partir desse momento, Marx passa a compreender o proletariado como uma massa capaz de promover a mudança da ordem social, econômica e jurídica, afirmando que o poder material só pode ser derrotado pelo poder material. (MARX & ENGELS, 2009). É o embrião do materialismo histórico.

Os textos produzidos por Marx nesse período dão testemunho dessa inversão ontológica. As obras *A questão Judaica*, *Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Manuscritos econômico-filosóficos* apontam para o caráter da determinação negativa da politicidade. *Manuscritos econômico-filosóficos* representa uma ruptura com o caráter ontopositivo da politicidade, mas não se constitui em uma obra econômica da maturidade teórica de Marx, tendo em vista que, nesse momento, ainda não tinha resolvido o problema do valor e da *mais-valia*.

Esse segundo movimento compreende também o período que vai de 1845 a 1847. Exilado na Bélgica, Marx constrói os fundamentos do materialismo histórico. Esse período marca o início da amizade com Friederich Engels. O primeiro texto publicado por eles, em 1845, *A Sagrada Família*, revela um rompimento com a esquerda hegeliana.

Trata-se de obra caracteristicamente polêmica, que assinala o rompimento com a esquerda hegeliana. O título sarcástico identifica os irmãos Bruno, Edgar e Egbert Bauer e dá o tom do texto. Enquanto a esquerda hegeliana depositava as esperanças de renovação da Alemanha nas camadas cultas, aptas a alcançar uma consciência crítica, o que negava os trabalhadores, Marx e Engels enfatizavam a impotência da consciência crítica que não se tornasse a consciência dos trabalhadores. E, nesse caso, só poderia ser uma consciência socialista. (GORENDER, 1985 *apud* MARX, 1985, p. 12).

Ainda conforme Gorender (1985 *apud* MARX, 1985), *A Sagrada Família*, enquanto revelava um rompimento com a esquerda hegeliana, mostrava-se um tanto alinhada com o pensamento do socialismo utópico, já que ambos nutriam um profundo respeito por Owen, Saint-Simon e Forier, nesse período.

Entre 1845-1846, Marx e Engels elaboram a *Ideologia Alemã*. Nessa obra, Marx e Engels fundam, explicitamente, a teoria do *materialismo histórico*, opondo-se ao caráter contemplativo do materialismo feuerbachiano.

A Ideologia Alemã encerra a primeira formulação da concepção histórico-sociológica que receberia denominação de materialismo histórico [...] A formulação do materialismo histórico desenvolve-se no corpo da crítica às várias manifestações ideológicas de maior consistência que disputavam, então, a consciência da sociedade germânica, às vésperas de uma revolução democrático-burguesa. A parte mais importante é a inicial, dedicada a Feuerbach. O rompimento com este se dá sob o argumento do caráter abstrato de sua antropologia filosófica. (GORENDER, 1985 *apud* MARX, 1985, p. 13).

Na *Ideologia Alemã*, fica evidente que é a relação entre as forças produtivas e as relações de produção que move a sociedade, e não o mundo das ideias, conceitos basilares para o conceito de modo de produção.

De acordo com Mandel (1980), as contribuições que concorreram para o progresso do pensamento econômico de Marx, na *Ideologia Alemã*, referem-se a uma visão mais dialética do capitalismo e do comércio mundial, bem como das necessidades humanas decorrentes da expansão industrial. Essas necessidades não poderiam ser atendidas nas condições da produção mercantil, senão, dentro de uma sociedade comunista: “a partir da Ideologia Alemã, Marx e Engels estabelecem claramente os laços que unem abolição da produção mercantil e o advento de uma sociedade comunista”. (MENDEL, 1980, p. 41).

Depois da influência da filosofia hegeliana e de entrar em contato com as ideias socialistas e comunistas na França, Marx vive o terceiro movimento decisivo em sua vida e obra. Esse terceiro movimento é decorrente do seu encontro com a economia política inglesa. Chamaremos esse movimento de **Construção do sistema econômico de Karl Marx ou marxismo científico**.

Estava claro para Marx que o movimento dos trabalhadores carecia de maturidade ideológica e política. A derrota das revoluções dos trabalhadores em 1848 denunciava a falta de organização, maturidade e cientificidade do movimento proletário.

O sistema econômico marxiano, distinto e oposto ao sistema dos clássicos burgueses, tem sua primeira redação em 1858-1859, na obra que denominamos de *Grundrisse*. Essa obra representa o laboratório do pensamento marxiano, pois nela encontramos os elementos fundamentais que iriam compor o desenvolvimento de *O Capital*.

Uma redação mais definitiva acerca do sistema econômico vem ao público em 1859: a *Crítica da Economia Política*. Nessa obra, há dois documentos doutrinários do marxismo: o *Prefácio* e a *Introdução*. O livro é composto apenas de dois capítulos: um sobre a mercadoria e outro sobre o dinheiro.

Em 1867, finalmente, vem ao público o primeiro livro de *O Capital* como resultado das investigações de Marx acerca da Economia Política Clássica.

Esses três movimentos apontam para o lugar do sujeito na obra de Karl Marx. O primeiro movimento representa a supremacia do mundo das ideias; o sujeito é a ideia, o predicado é o homem ou as condições materiais. Há, nesse primeiro movimento, uma inversão do lugar do sujeito, já que a ideologia se constitui uma consciência falsa da realidade:

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico. (GORENDER, 1985 *apud* MARX, 1985, p. 14).

No segundo movimento, Marx opera uma alteração quanto ao lugar do sujeito. Coloca o predicado, ou seja, a ideia em seu devido lugar: não é o Estado que cria a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade civil, engendrada sob a relação entre as forças produtivas e as relações de produção, que cria o Estado ou a ideia.

Não são, portanto, a Ideia Absoluta, o Espírito, a Ciência Crítica, os conceitos de liberdade e justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário é a sociedade civil que cria o Estado. (GORENDER, 1985 *apud* MARX, 1985, p. 14)

O terceiro movimento caracteriza-se pelo esforço de Marx em examinar a sociedade capitalista, através da *forma valor* e de identificar que na base material há uma inversão. Nas relações de produção sob a *forma capital*, as mercadorias, as coisas, são personalizadas e o homem coisificado. É o que denominamos de *fetichismo do capital*. Trata-se de uma inversão ontológica, pois se dá a partir da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

No terceiro movimento de sua vida e obra, Marx vai *desinverter* essa relação na medida em que efetua a crítica à Economia Política, desvendando seu caráter essencialmente histórico e determinado, como uma ciência até então constituída e desenvolvida a partir da ideologia burguesa. A inversão é decorrente da relação entre as forças produtivas e as relações de produção que se dá no contexto da propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho; uma vez superada essa relação se finda tal inversão.

No próximo capítulo, iremos tratar de como Marx apresentou essa inversão e de que forma, através da crítica à Economia Política, desvendou-a como uma ciência burguesa.

3.3 Materialismo onto-histórico

O *materialismo histórico* é a teoria marxista da história; a teoria que explica os diferentes modos de produção. Seu objeto consiste no estudo dos modos de produção, da origem e da processualidade, que ocorreram na história.

Detalhando um pouco mais podemos dizer que o materialismo histórico tem por objeto os *modos de produção* que surgiram e que surgirão na história. Estuda sua estrutura, sua constituição e as *formas de transição* que permitem a passagem de um modo de produção para outro. (ALTHUSSER & BADIOU, 1969, p. 34).

É no período entre 1845-1847 que Karl Marx e Engels fundam explicitamente a teoria do *materialismo histórico*, em particular na obra *A Ideologia Alemã*:

Se os Manuscritos Econômico-Filosóficos constituem um primeiro esforço de Marx para criticar os dados clássicos da Economia Política à luz da realidade da sociedade burguesa, *A Ideologia Alemã*, a obra filosófica principal que Marx e Engels terminam em Bruxelas em 1846, funda a teoria do materialismo histórico sobre uma superação sistemática da Filosofia pós-hegeliana alemã. Pela primeira vez, Marx e Engels passam de uma análise que se poderia chamar de fenomenológica do desenvolvimento histórico-social para uma análise genética. (MANDEL, 1980, p. 38).

Nessa obra, Marx e Engels estabelecem os fundamentos do *materialismo histórico*. Superando a concepção idealista da história, afirmam que o mundo material precede o conhecimento, a razão, o espírito, isto é, o mundo material existe independentemente do conhecimento e é pressuposto da própria existência do sujeito cognitivo.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels fundamentaram a concepção a respeito do homem e da natureza a partir de premissas empíricas.

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de modo puramente empírico. (MARX & ENGELS, 2009, p. 23).

Essas premissas estão relacionadas com o sujeito, enquanto indivíduo natural e historicamente determinado, e aparecem na *Ideologia Alemã* da seguinte forma:

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea (*körperliche*) desses indivíduos e a relação por isso existente (*gegebenes*) com o resto da natureza. (MARX & ENGELS, 2009, p. 24).

Destarte, a existência humana é um fato social, ou seja, a organização corpórea dos indivíduos evolui como decorrência das condições materiais de vida. O homem evolui a partir das condições dadas pelo mundo material, assim como pelo domínio que passa a ter desse mundo material:

Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a *produzir* os seus meios de subsistência (*lebensmittel*), passo esse que é requerido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX & ENGELS, 2009, p. 24).

Ao transformar a natureza, através do trabalho, o homem transforma a si mesmo. A natureza humana transforma-se com a transformação do mundo material. Dessa forma, há uma dependência direta dos indivíduos nas condições materiais de suas produções:

O modo como os homens produzem os seus meios de subsistência depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada de exteriorizarem [*zu äußern*] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [*äußern*] a sua vida, assim os indivíduos os são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX & ENGELS, 2009, p. 24.).

É da relação entre o homem e a natureza mediada pelo trabalho que surgem os modos de produção historicamente distintos. Cada um desses modos de produção cria sua própria representação ideológica. De forma que, para conhecermos um modo de produção e sua representação ideológica, precisamos nos deslocar à base material sobre a qual esse modo de produção foi construído.

Na concepção materialista da história, o movimento científico que devemos fazer para nos apropriar de um modo de produção deve partir das condições materiais que constituem tal modo de produção. O materialismo, fundado por Marx e Engels, diferenciou-se do materialismo utópico de Feuerbach na medida em que permitia situar a verdade na história, como produto de um ente histórico, social e naturalmente determinado.

A falha fundamental de todo o materialismo precedente (inclusive o de Feuerbach) reside no fato de que ele somente capta a coisa, a realidade, o sensível, sob a forma do objeto ou da contemplação, mas não como atividade humana sensorial, como prática; não de um modo subjetivo. Segue daí que o lado ativo foi sendo desenvolvido de um modo abstrato – e em contraposição ao materialismo – pelo idealismo, o qual, naturalmente, não conhece a atividade do real e sensorial, como tal. Feuerbach aspira a objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos conceituais, mas não concebe a atividade humana, em si mesma, como uma atividade objetiva. Por isso, na essência do cristianismo, somente o comportamento teórico é considerado como autenticamente humano; por outro lado, a prática somente é concebida e plasmada sob a sua sórdida forma judia de se manifestar. Por isso Feuerbach não compreendeu a importância da atividade revolucionária, da atividade crítico-prática. (MARX & ENGELS, *apud* SANTOS, 1986, p.15).

Pelas razões descritas acima, o *materialismo histórico* representa uma ruptura com o idealismo hegeliano, na medida em que este último prioriza a ideia em detrimento do ser material; opõe-se, também, ao materialismo utópico de Feuerbach na medida em que reconhece a atividade real como uma atividade revolucionária.

Em seguida iremos expor alguns elementos fundamentais do *materialismo histórico*: a produção, as forças produtivas e as relações de produção. Começemos pela definição e aspectos da produção.

3.3.1 A produção de riqueza

A base do pensamento de Marx é a produção material, enquanto produção da própria vida: “O homem, ao produzir, só pode atuar com a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais”. (MARX, 1996, p. 50).

A produção material, o primeiro ato histórico dos homens, é a base objetiva da atividade vital dos homens.

La producción de bienes materiales es la base de la vida de la sociedad. Marx y Engels señalaban que el primer hecho histórico era la producción de medios

indispensables para satisfacer las demandas de los hombres, es decir, la producción de la vida material misma.⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4).

Na tradição marxista, a produção diz respeito à relação do homem com a natureza, existindo entre eles uma unidade dialética, estabelecida através do trabalho:

La producción social comprende el proceso de interacción del hombre con la naturaleza (lo que caracteriza el estado de las fuerzas productivas) y el conjunto de las relaciones económicas que surgen aquí (el aspecto social del proceso de producción).El proceso de interacción del hombre con la naturaleza es el *proceso de trabajo*, que se produce siempre bajo una determinada forma social.⁸ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4).

O trabalho consiste, em geral, num processo de transformação de um objeto determinado em um produto determinado pela ação humana; transformação esta efetivada por uma atividade humana.

O trabalho ocupa centralidade na obra de Marx, constituindo-se numa eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, p. 50).

Esse processo de transformação da natureza consiste na condição básica e fundamental dos homens. “El trabajo es la condición básica y fundamental de toda vida humana. Y lo es en tal grado que, hasta cierto punto, debemos decir que el trabajo ha creado al propio hombre”.⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4).

Conforme Marx, o trabalho, enquanto processo, dá-se a partir de determinadas relações de produção. Isso significa que a forma como os homens modificam a natureza através do trabalho está determinada pelos tipos de relações que estabelecem nesse processo, enquanto desenvolvimento das forças produtivas que se compõe dos seguintes elementos: o objeto do trabalho humano; os meios do trabalho e o próprio trabalho humano.

⁷A produção de bens materiais é a base da vida da sociedade. Marx e Engels assinalavam que o primeiro ato histórico era a produção dos meios indispensáveis para satisfazer as demandas dos homens, ou seja, a produção da vida material mesma. (Tradução livre do autor)

⁸ A produção social compreende o processo de interação do homem com a natureza (o que caracteriza o estado das forças produtivas) e o conjunto das relações econômicas que surgem aqui (o aspecto social do processo de produção). O processo de interação do homem com a natureza é o processo de trabalho, que se produz sempre a partir de uma determinada forma social. (Tradução livre do autor)

⁹ O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E o é de tal forma que, em certo ponto, devemos dizer que o trabalho criou o homem. (Tradução livre do autor)

O objeto do trabalho se refere à matéria bruta e à matéria-prima. A matéria bruta, originada diretamente da natureza e da matéria-prima, é uma substância que já sofreu uma modificação qualquer efetuada pelo trabalho: “La materia de la naturaleza sobre la que ejerce su efecto el hombre en el proceso de trabajo es el *objeto del trabajo*”.¹⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4).

Os meios com os quais o homem trabalha, denominados de meios de trabalho, compõe outro elemento do processo do trabalho.

Los *medios de trabajo* son lo que emplea el hombre para ejercer su efecto en el objeto del trabajo. Entre ellos corresponde el papel decisivo a los instrumentos de trabajo, cuyas propiedades mecánicas, físicas o químicas el hombre aprovecha de conformidad con el fin que se propone. El que cada cosa sea instrumento u objeto del trabajo depende en cada caso concreto de cómo la utiliza el hombre. *Con la confección de instrumentos de trabajo comienza precisamente el trabajo humano propiamente dicho*.¹¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 5).

Em sentido restrito, são as coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (matéria-prima ou bruta); em sentido amplo, compreendem todas as condições materiais que são indispensáveis à realização do trabalho. Conforme Marx (1985, p. 132), “o que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz”. Os meios de trabalho são sempre produtos do trabalho humano passado, portanto, produtos do trabalho pretérito.

Denominamos trabalho humano a atividade humana realizada no processo de produção de bens materiais, o que implica o emprego de certa quantidade de energia humana. No desenvolvimento de seu sistema econômico, Karl Marx faz uma distinção entre trabalho e força de trabalho. Essa distinção é iniciada a partir dos *Grundrisse*. A força de trabalho é a energia humana, e o trabalho é o rendimento dessa força. É nessa diferença entre força de trabalho e trabalho que Karl Marx vai apontar a origem do processo de exploração no modo de produção capitalista.

¹⁰ A matéria da natureza sobre a qual o homem exerce seu efeito no processo de trabalho é o objeto de trabalho. (Tradução livre do autor).

¹¹ O homem utiliza os meios de trabalho para exercer seu efeito no objeto do trabalho. Entre eles corresponde o papel decisivo aos instrumentos de trabalho, cujas propriedades mecânicas, físicas ou químicas o homem aproveita de acordo com o fim que se propõe. O que cada coisa seja instrumento ou objeto do trabalho depende de cada caso concreto de como o homem a utiliza. Com a confecção de instrumentos de trabalho começa precisamente o trabalho humano propriamente dito. (Tradução livre do autor).

Outros dois conceitos preciosos para o materialismo histórico são o de Forças produtivas e o de Relações de produção.

3.3.2 As forças produtivas

Toda produção é social no sentido de que é a sociedade a premissa incondicional para o processo de trabalho. Da produção social, Karl Marx aponta dois aspectos inseparáveis: as *forças produtivas* e as *relações de produção*.

Depois de definirmos o conceito de produção e apresentar os elementos que lhe são relacionados, iremos tratar das *forças produtivas*, conceito precioso na tradição marxista:

[...] na produção social de suas existências, os homens entram em relações específicas, necessárias e independentes de suas vontades; estas relações de produção correspondem a um determinado grau do desenvolvimento das forças produtivas materiais. [...] A um certo grau de seu desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. (MARX & ENGELS, *apud* SANTOS, 1986, p. 27)

Denominamos *forças produtivas* as forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho, portanto, constituem-se nos elementos do processo de trabalho, em particular: na força de trabalho e nos meios de trabalho. Elas são o aspecto principal da produção social.

Marx descubrió dos aspectos de la producción social unidos inseparablemente: las *fuerzas productivas* y las *relaciones de producción*. Pertenecen a las primeras los médios de producción e los hombres que poseen determinada experiencia de producción y hábitos de trabajo e ponen en acción estos medios de producción. Los hombres son el elemento fundamental de las fuerzas productivas da la sociedad. Las fuerzas productivas vienen a ser el aspecto rector de la producción social. El nivel de desarrollo de las fuerzas productivas se distingue por el grado de division social del trabajo y el correspondiente desarrollo de los medios de trabajo, em primer término, la técnica, como asimismo por el grado de desarrollo de los hábitos y los conocimientos científicos de los hombres. Esta es la razón de que no sea justo identificar las fuerzas productivas nada más que con la técnica o nada más que con los elementos de la naturaleza.¹² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 7).

¹² Marx descobriu dois aspectos da produção social que são unidos inseparavelmente: as forças produtivas e as relações de produção. Pertencem às primeiras os meios de produção e os homens que possuem determinada experiência de produção e hábitos de trabalho que põem em ação esses meios de produção. Os homens são o elemento fundamental das forças produtivas da sociedade. As forças produtivas vêm a ser o aspecto direto da produção social. O nível de desenvolvimento das forças produtivas se distingue pelo grau da divisão social do trabalho e o correspondente desenvolvimento dos meios de trabalho, em primeiro caso a técnica, como assim mesmo pelo grau de desenvolvimento dos hábitos e dos conhecimentos científicos dos homens. Esta é razão pela qual não é justo identificar as forças produtivas como nada além da técnica ou dos elementos da natureza. (Tradução livre do autor).

O desenvolvimento das *forças produtivas*, no entanto, não ocorre de forma linear; trata-se de um desenvolvimento que depende da estrutura do processo de produção. Existe, portanto, uma relação de correspondência entre as *relações de produção* e as *forças produtivas*, em que o grau de desenvolvimento destas é medido pelo grau de produtividade daquelas. Todavia, as *forças produtivas* são a base, a raiz, das *relações de produção*, por isso diz-se que há uma relação de dependência entre elas.

Há três categorias presentes no interior das forças produtivas: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de produção.

Falaremos, em seguida, do conceito de relações de produção e de sua essência constitutiva.

3.3.3 As relações de produção

As *relações de produção* são as relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos, em um processo de produção determinado.

Las fuerzas productivas existen únicamente como fuerzas productivas sociales. Como hemos señalado ya, la producción es siempre social. Al entrar en activa interacción con la naturaleza, los hombres contraen, a la vez, relaciones sociales entre sí, mediante las que sólo es posible dicha interacción. Las relaciones que los hombres contraen independientemente de la voluntad y la conciencia en el proceso de la producción de bienes materiales se denominan *relaciones sociales de producción o relaciones económicas*.¹³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 7).

A humanidade começa a se diferenciar do reino animal, produzindo seus víveres. O que são os homens depende, em última análise, das condições materiais de sua produção, que pressupõe relações sociais entre eles. O grau de desenvolvimento das forças produtivas se reflete da maneira mais manifesta pelo desenvolvimento das relações de produção.

Na história da humanidade, podemos distinguir dois tipos de relações de produção: as relações de explorador-explorado, que consiste nas relações de escravidão, nas relações de servidão e nas relações capitalistas; e as relações de produção, que são baseadas na colaboração recíproca.

¹³ As forças produtivas existem unicamente como forças produtivas sociais. Como já temos dito, a produção é sempre social ao entrar em ativa interação com a natureza, os homens contraem, por sua vez, relações sociais entre si mediante as quais só é possível pela dita interação. As relações que os homens contraem independientemente da vontade e da consciência no processo de produção de bens materiais se denominam relações sociais de produção ou relações econômicas. (Tradução livre do autor).

As relações de produção, em essência, são *relações de propriedade*:

La apropiación de medios de producción engendra relaciones sociales especiales entre los hombres. Dichas relaciones, a tono con las que guardan los hombres con los medios de producción y los resultados del trabajo (suyos y ajenos) se denominan relaciones de propiedad. Constituyen una condición indispensable para la participación de los hombres en la producción conjunta de medios de subsistencia y en la utilización de los mismos. Por eso se llaman relaciones económicas, de producción.¹⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 8).

Assim, as relações de propriedade constituem a essência das relações de produção. A propriedade tem um caráter social na medida em que os meios de produção, objetos e resultados do trabalho pertencem a toda a comunidade; mas, se pertencem a apenas uma pequena parcela desta, então, a propriedade é privada, e o restante da sociedade fica alienada ou estranhada, em relação ao processo e ao resultado da produção (MARX, 2004).

As formas de propriedade privada somente surgiram quando o modo de produção pôde gerar um excedente econômico suficiente para justificar a exploração do homem pelo homem e a organização de uma estrutura de poder autônoma, encarregada da defesa de um sistema de relações sociais que conciliava interesses contraditórios. (SANTOS, 1986, p. 56).

No contexto das formas de propriedade privada, há três elementos que constituem as relações de produção: as relações de trabalho, as formas de propriedades e as relações de distribuição e de troca.

2.3.4 A relação entre as forças produtivas e as relações de produção

Falaremos em seguida da relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção:

Na produção social de suas existências, os homens entram em relações específicas, necessárias e independentes de suas vontades; essas relações de produção correspondem a um determinado grau do desenvolvimento das forças produtivas. (GORENDER, 1985 *apud* MARX, 1985, p. 12).

Dessa afirmação, decorrem duas premissas: as relações estabelecidas entre os homens não são casuais, ou fortuitas, mas nascem das determinações as quais estão sujeitos. Fica posto, a partir dessa afirmação, que há uma relação de correspondência entre as *forças*

¹⁴ A apropriação de meios de produção engendra relações sociais especiais entre os homens. Tais relações, a intensidade com o que os homens guardam os meios de produção e os resultados do trabalho se denominam relações de propriedade. Constituem uma condição indispensável para a participação dos homens na produção conjunta de meios de subsistência e na utilização dos mesmos. Por isso se chamam relações econômicas de produção. (Tradução livre do autor).

produtivas e as *relações de produção*. Tal correspondência é estabelecida a partir da determinação exercida pelas *forças produtivas* sobre as *relações de produção* e, ao mesmo tempo, a partir do condicionamento que as estas exercem sobre aquelas.

A relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* constitui-se na base material, na qual se apoia toda a sociedade. Decorre daí que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social. Ou seja, a consciência do homem é sempre uma consciência material. A realidade social é que determina a consciência do homem.

4 KARL MARX E A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

No capítulo anterior, registramos as três grandes estruturas conceituais que marcaram profundamente a vida e a obra de Karl Marx: a tradição crítico-filosófico alemã, a tradição do socialismo utópico francês e a tradição da economia política britânica. A Economia Política Marxiana (HARVEY, 2013) é decorrente dessas três tradições, a partir das quais ele elabora sua crítica à Economia Política Clássica, como uma crítica científica ao capitalismo.

Ele tinha que recriar e reconfigurar o próprio método científico. Em linhas gerais, podemos dizer que esse novo método científico se funda na interrogação da tradição britânica da economia política clássica, usa as ferramentas da tradição alemã francesa crítica e aplica tudo isso para iluminar o impulso utópico francês e responder às seguintes perguntas: o que é o comunismo e como os comunistas deveriam pensar? Como podemos entender e criticar cientificamente o capitalismo, de modo a preparar de maneira mais efetiva o caminho para a revolução comunista? (HARVEY, 2013, p. 16).

A Economia Política Marxiana, diferentemente da Economia Política Clássica, investiga o valor em suas duas dimensões: *conteúdo e forma*. Trata do *valor* como uma categoria historicamente determinada. Tomando como ponto de partida, para análise do valor, a relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil. Dessa forma, o ponto de partida da Economia Política Marxiana é o trabalho.

Na economia mercantil-capitalista as relações de produção entre os homens em seu trabalho necessariamente adquirem a forma de valor das coisas, e só podem aparecer nessa forma material; o trabalho social só pode expressar-se no valor. Aqui, o ponto de partida para investigação não é o valor, mas o trabalho; não as transações de troca no mercado enquanto tais, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações de produção entre as pessoas. (RUBIN, 1985, p. 77).

A teoria de Marx assume um caráter histórico-social quando “analisa as relações de produção da sociedade capitalista, enquanto provocado por modificações das forças produtivas, e o crescimento das contradições, que geralmente se expressam nas crises”. (RUBIN, 1980, p. 15).

Neste capítulo, apresentaremos de forma introdutória o caminho científico percorrido por Karl Marx para elaborar e efetivar sua crítica à Economia Política. Para tanto, situaremos a categoria *valor* a partir da crítica à Economia Política Clássica efetuada por Karl Marx. Em particular, descreveremos a gênese e a processualidade do *valor*, ou seja, o processo de desenvolvimento do *valor*, como o próprio centro do desenvolvimento da sociedade

mercantil. Assim, partiremos do percurso científico que Karl Marx fez, tomando o *fetichismo da mercadoria*, como a base de sua *teoria do valor*.

4.1 Karl Marx e o fetichismo da mercadoria

A partir do pensamento de Karl Marx, apresentaremos o lugar, o conceito e alguns elementos fundamentais do *fetichismo da mercadoria* em sua obra *O Capital*.

Marx faz uma análise do *fetichismo da mercadoria*, partindo das condições objetivas da sociedade mercantil. A origem e o desdobramento dessa categoria correspondem à origem e ao desenvolvimento da sociedade mercantil.

Como um produto da sociedade mercantil, o *fetichismo da mercadoria* deriva da forma que o *trabalho* assume, a partir da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção*, na sociedade mercantil: “a estrutura da sociedade mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas”. (RUBIN, 1980, p. 20).

O *fetichismo da mercadoria* é derivado e regido pelas bases econômicas objetivas da sociedade mercantil. Essa constatação é fundamental para compreendermos a diferença do caminho científico assumido por Karl Marx em relação ao assumido pela Economia Política Clássica.

Os clássicos da Economia Política, por não considerarem a mercadoria um produto da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil-capitalista, apreenderam-na como uma *coisa* que possuía qualidades extrassensoriais misteriosas:

Características que pareciam misteriosas, pois não eram explicadas com base nas relações dos produtores entre si, eram atribuídas à essência natural das mercadorias. Assim como um fetichista atribui a seu fetiche características que não decorrem da natureza desse fetiche, os economistas burgueses consideram a mercadoria uma coisa sensorial que possui propriedades extra-sensoriais. (RUBIN, 1980, p. 19).

A Economia Política Clássica analisou incompletamente a relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil-capitalista, limitando-se à análise do valor, enquanto *conteúdo*. Revelou que o trabalho é a fonte de toda a riqueza, mas

se deteve à análise do valor como um fato da natureza e não como algo originado da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil-capitalista.

A Economia Política Clássica naturalizou a forma que o trabalho assume na sociedade mercantil. Essa atitude a impediu de perceber as relações sociais de produção por trás das mercadorias como relações historicamente construídas.

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho. Fórmulas que não deixam lugar a dúvidas de que pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. (MARX, 1985, p. 76).

Dessa forma, a compreensão do *fetichismo da mercadoria* como um produto originado da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil é pressuposto para entendermos a teoria do *valor* em Karl Marx: “A categoria do fetichismo da mercadoria de Marx e sua teoria do valor se acham indissolúvelmente ligadas. Ambas põem em evidência a forma peculiar assumida pelo trabalho na sociedade burguesa”. (MENDES SEGUNDO & RABELO, 2004, p. 42).

Marx trata do *fetichismo da mercadoria* explicitamente no capítulo primeiro do livro I de *O Capital*, no entanto, a categoria se encontra presente em todo conjunto de suas ideias no correr de todo o livro e é facilmente verificável em todo o sistema econômico de Karl Marx: “A teoria do fetichismo é, per se, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor”. (RUBIN, 1980, p. 19).

No restante de *O Capital*, como veremos, o conceito de fetichismo aparece várias vezes (em geral, mais implícita do que explicitamente) como uma ferramenta essencial para desvendar os mistérios da economia política capitalista. Por essa razão, considero o conceito de fetichismo fundamental tanto para a economia política como para o argumento de Marx em seu conjunto. De fato, ele se une indissolúvelmente a ambos. (HARVEY, 2013, p. 46).

Em *O Capital*, Marx se debruça na análise do caráter fetichista da mercadoria e em seu segredo, inferindo que a mercadoria é “uma coisa fisicamente metafísica”. (MARX, 1985, p. 70).

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.(...)Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantém relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p. 71).

O fetichismo para Marx consiste em uma relação disfarçada que ocorre na sociedade mercantil com o objetivo de velar o caráter social do capital, com os trabalhadores privados, e, em consequência, as relações sociais de produção entre eles.

Consiste em Marx ter visto relações humanas por trás das relações entre as coisas, revelando a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção. (RUBIN, 1980, p. 19).

Marx afirma ainda que essa ilusão tem uma base objetiva, portanto, material. A forma que a relação entre as forças produtivas e as relações de trabalho assume na sociedade mercantil é a base material na qual se origina essa ilusão. Em particular, essa ilusão nasce da forma que o trabalho dos produtores de mercadorias está organizado na sociedade mercantil. Assim, a relação disfarçada é decorrente do trabalho: “Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias”. (MARX, 1985, p. 71).

Incapaz de compreender que a associação das pessoas que trabalham, em sua luta com a natureza – isto é, as relações sociais de produção – expressam-se na troca, o fetichismo da mercadoria considera a intercambialidade das mercadorias como uma propriedade interna, natural, das próprias mercadorias. Em outras palavras, o que na realidade é uma relação entre pessoas aparece como uma relação entre as coisas, no contexto do fetichismo da mercadoria. (RUBIN, 1980, p. 19).

Depois de expor em que consiste o fetichismo, Marx expõe dois aspectos do misterioso caráter da mercadoria. O primeiro refere-se à origem do fetichismo que advém da *forma que o trabalho* assume na sociedade mercantil e o segundo, ao *processo de troca*.

Na sociedade mercantil, as relações humanas de produção são encobertas por relações entre as coisas. Como as relações não se dão diretamente, elas são mediadas pelas mercadorias. Assim, as mercadorias refletem as características sociais dos seus produtores como se essas características fossem naturais das mercadorias.

Como os produtores são independentes e, portanto, não há uma regulação direta da produção, os produtos resultados do trabalho desses produtores, isolados entre si, assumem a forma de mercadoria com vida própria. Todavia, esse caráter misterioso da mercadoria advém “do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria”. (MARX, 1985, p. 71). O fetichismo da mercadoria tem origem na forma que o trabalho assume na sociedade mercantil: *o trabalho privado*.

O segundo aspecto do fetichismo da mercadoria consiste no fato de que, na sociedade mercantil, a única forma de vinculação entre os produtores privados, isolados entre si, é por meio do *processo de troca*. Nas condições mercantis, não há outra forma de vinculação dos produtores de mercadorias que não seja a mediação pela troca. A troca é a única forma de manifestação das características sociais dos trabalhos privados.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características específicas sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. (MARX, 1985, p. 71).

O *processo de troca* é uma condição *sin ne qua non* da sociedade mercantilista. O fetichismo em Marx consiste não somente que há relações humanas de produção por trás das trocas entre as coisas, mas também na de que o *processo de troca* é a forma de relação entre os produtores, na sociedade mercantil:

Marx não mostrou apenas que as relações eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisa e não podem expressar senão através de coisas. (RUBIN, 1980, p. 20).

As bases objetivas sobre as quais o fetichismo da mercadoria se efetiva estão relacionadas com os elementos presentes na sociedade mercantil:

Células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas isoladas, formalmente independentes umas das outras; elas estão materialmente relacionadas umas com as outras, como resultado da divisão social do trabalho; a vinculação direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na troca, e isto, indiretamente, influencia sua atividade produtiva. Em sua empresa, cada produtor de mercadorias é formalmente livre para produzir, se quiser, qualquer produto que lhe agrade e de maneira que escolher. (RUBIN, 1980, p. 23).

O *processo de troca* se apresenta como indispensável entre esses elementos, uma vez que permite a vinculação das diversas atividades produtivas.

Esse papel da troca, como elemento indispensável do processo de reprodução, significa que a atividade produtiva de um membro da sociedade pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através das coisas. Na sociedade mercantil, a independência de uma pessoa em relação às outras vem a combiná-la com um sistema de dependência mútua em relação às coisas. (RUBIN, 1980, p. 24).

Decorre da troca a “reificação” das relações de produção, pois é através das coisas, ou das mercadorias, que ocorrem as relações de produção entre os produtores independentes. A mercadoria assume características sociais e específicas, servindo de ligação entre os produtores.

Na sociedade mercantil, a coisa ou a mercadoria adquire características específicas. Elas não somente ocultam as relações sociais de produção entre as pessoas, como também criam, organizam e intermediam as relações sociais de produção.

Uma coisa é um intermediário das relações sociais, e a circulação das coisas está indissolúvelmente vinculada ao estabelecimento e realização das relações de produção entre as pessoas. [...] A coisa adquire características sociais específicas, graças às quais a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. (RUBIN, 1980, p. 24).

Esse processo de “reificação”, caracterizado pela função social que a mercadoria adquire, é decorrente da estrutura da sociedade mercantil onde os produtores de mercadorias são independentes e isolados. Nessas circunstâncias, as *relações de produção* somente se efetivam sob a forma de relações entre as coisas.

Na sociedade mercantil, em particular a capitalista, os produtores de mercadorias, os pequenos proprietários ou grandes empresários atuam de forma isolada, independente, sem uma regulação direta da sociedade: “A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto” (RUBIN, 1980, p. 21).

A igualação e troca de mercadorias é um mecanismo que permite a vinculação social entre os produtores de mercadorias. Esse é um processo realizado a todo instante na sociedade mercantil, embora inconsciente:

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho

humano. Não o sabem, mas o fazem. Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. (MARX, 1985, p. 72).

A igualação e a troca ocultam as relações de produção entre os produtores independentes. Ocorre nesse processo não somente a “reificação” das relações sociais de produção como também a personificação das coisas, tema que iremos abordar em seguida.

Na sociedade mercantil, os produtores independentes de mercadorias se relacionam entre si não como pessoas, mas como proprietários de mercadorias, como representantes sociais dos diferentes elementos da produção.

Por exemplo, na sociedade mercantil-capitalista a relação entre o operário e o capitalista é estabelecida através dos elementos de produção que ambos representam: a força de trabalho e o capital, respectivamente. No operário se personifica a força de trabalho e no capitalista, o capital:

Portanto, na sociedade mercantil-capitalista as pessoas mantêm relações de produção diretas unicamente enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas. Por outro lado, as coisas em razão disso, adquirem características sociais particulares, uma forma social particular. (RUBIN, 1980, p. 35).

Nessa relação entre o capitalista e o operário, as qualidades sociais do trabalho assumem um caráter material enquanto materialização das relações sociais de produção e as mercadorias, características sociais enquanto personificação de coisas.

Por “materialização das relações de produção” entre as pessoas, Marx entendia o processo através do qual determinadas relações de produção entre as pessoas conferem uma determinada forma social, ou características sociais, às coisas através das quais as pessoas se relacionam umas com as outras. Por personificação das coisas, Marx entendia o processo através do qual a existência de coisas com uma determinada forma social, capital, por exemplo, capacita seu proprietário a aparecer na forma de um capitalista e manter relações de produção concretas com outras pessoas. (RUBIN, 1980, p. 35).

A materialização das relações sociais de produção e a personificação das coisas são uma condição essencial para a efetivação da sociedade mercantil. E não poderia ser de outra forma. São características intrínsecas da sociedade mercantil.

A personificação das coisas é um fenômeno mais fácil de ser observado na sociedade mercantil, uma vez que se trata de um fenômeno que se manifesta na superfície da sociedade. A “reificação” das relações sociais de produção, no entanto, estabelece-se na essência da sociedade mercantil. É um processo mais complexo de ser observado.

As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo reflete-se diretamente na psique dos indivíduos e pode ser diretamente observado. É muito mais difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações de produção entre as pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a “reificação” das relações de produção entre as pessoas, é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É um resultado de um processo social que se realiza “às suas costas”. (RUBIN, 1980, p. 39).

Marx analisou a conexão entre esses dois processos: personificação das coisas e “reificação” das relações sociais de produção e, assim, identificou a aparência e a essência do fetichismo na sociedade mercantil.

A postura crítica de Marx, em relação ao fetichismo da mercadoria, abriu-lhe as possibilidades revolucionárias para se pensar numa sociedade para além do *valor*, eliminando, assim, a ilusão criada na mente dos homens decorrente da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil-capitalista:

A teoria do fetichismo elimina da mente dos homens a ilusão, o grandioso engano originado pela aparência dos fenômenos, na economia mercantil, e a aceitação dessa aparência (o movimento das coisas, das mercadorias e seus preços de mercado) como essência dos fenômenos econômicos. (RUBIN, 1980, p. 19).

4.2 Karl Marx e a teoria do *valor*

Na história do pensamento da Economia Política, Marx se destaca: “Marx fue el primero en proceder a la investigación del desarrollo de la forma del valor”¹⁵. (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 118).

A seguir, apresentaremos como Marx entra em contato com a teoria do *valor*; descreveremos, brevemente, as cinco versões que representam o momento de construção da sua teoria do *valor*, demonstrando suas características básicas e a concepção marxiana do *valor*.

É no contato com os economistas clássicos que Marx passa a ter conhecimento e, posteriormente, maior consideração pela teoria do *valor*, especialmente através da leitura de Adam Smith:

Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que possuem e que

¹⁵ Marx foi o primeiro a proceder na investigação do desenvolvimento da forma do valor. (Tradução livre do autor).

desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar. (SMITH, 1983, p.63).

Apesar da atitude de respeito de Marx à teoria do *valor*, ele a censura, mantendo certa objeção: “Essa objeção é tanto mais válida aos olhos de Marx que ele censura precisamente a Economia Política de *velar uma relação de exploração*, contida na instituição da propriedade privada, por trás de considerações jurídicas abstratas”. (MANDEL, 1980, p. 44, grifo do autor).

A aceitação da teoria do *valor* por Marx ocorre na primavera de 1846: “[...] foi depois de julho de 1845, e antes de acabar a redação de *A Ideologia Alemã*, na primavera de 1846, que Marx e Engels foram definitivamente tomados pela teoria do valor-trabalho”. (MANDEL, 1980, p. 48).

Apesar da aceitação da teoria do valor, Marx se afasta da concepção dos economistas clássicos, afirmando que eles veem nas categorias econômicas leis eternas quando estas são produtos de um determinado desenvolvimento das *forças produtivas*.

Marx, ao contrário dos clássicos, não toma o valor como a essência da *naturalidade* da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. (RUBIN, 1980, p. 11).

Embora tenha se debruçado na leitura imanente dos clássicos da Economia Política, em particular de David Ricardo e de Adam Smith, Marx os supera na compreensão da teoria do *valor*, atribuindo como fundamento estruturante do *valor* o trabalho humano e seu duplo caráter, trabalho concreto e trabalho abstrato.

O trabalho é o elemento articulador tanto do materialismo histórico quanto do sistema econômico marxiano. A evolução do pensamento marxiano, em especial, sua concepção de *valor*, é inseparável da teoria do materialismo histórico.

Existe uma relação conceitual entre a teoria econômica de Marx e a sua teoria sociológica, a teoria do materialismo histórico. Há alguns anos, Hilferding mostrou que a teoria do materialismo histórico e a teoria do valor-trabalho têm o mesmo ponto de partida: especificamente, o trabalho como elemento básico da sociedade humana, elemento cujo desenvolvimento determina, em última instância, todo o desenvolvimento da sociedade. (RUBIM, 1980, p. 13).

A crítica à Economia Política burguesa é feita de acordo com o princípio ontológico do materialismo histórico, tendo em vista a fundamentação científica do socialismo: “A

evolução do pensamento econômico marxiano é inseparável da elaboração da teoria do materialismo histórico”. (GORENDER, 1982, *apud* MARX, 1982, p. 7)

No conjunto das obras de maturidade de Marx, em particular, em *Grundrisse*, em *Crítica à Economia Política* e *O Capital*, podemos identificar cinco versões da *teoria marxiana do valor* (JAPP, 2006).

A primeira versão de sua teoria do *valor* se encontra no manuscrito conhecido como *Grundrisse*, produzido em 1858. Nesse texto, ele inicia sua análise a partir da produção em geral, seguindo-se à análise do dinheiro que já contém o núcleo da teoria do *valor*. *Grundrisse* termina com o tema sobre o *valor*. “Neles, Marx descobre pela primeira vez explicitamente a essência do seu pensar teórico: a questão do valor como fundamento do conceito de mais valia.” (DUSSEL, 2012).

A segunda versão da teoria do *valor* se encontra no texto dirigido a Engels que ele denominou de *Short Outline*. Trata-se de um resumo dos resultados que Marx desenvolveu a propósito da teoria do *valor*. Esse texto foi dirigido a Engels no dia 2 de abril de 1858, pouco antes de Marx concluir os *Grundrisse*.

A terceira versão da teoria do *valor* se verifica na primeira versão da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, escrita no final de 1858. Essa versão começava pela categoria *valor*. O texto final, escrito em 1859, contém dois capítulos a respeito da análise da mercadoria e do dinheiro.

A quarta versão da teoria do valor marxiana se apresenta no texto *As Teorias Sobre a Mais-Valia* que tratam, na prática, de uma versão primitiva dos três volumes de *O Capital*. Esse texto foi escrito na primeira metade dos anos 1860 do século XIX e trata, entre outras coisas, da questão da *mais-valia*:

Os três volumes das Teorias da mais-valia, nos quais aborda um a um os vários erros e confusões dos economistas, de James Steuart ou Adam Smith, sintetizam-se na questão da mais-valia. (DUSSEL, 2012, p. 14).

A quinta versão da teoria do valor se encontra em *O Capital*, escrito em 1867. Considerado a exposição do método de pesquisa de Marx, *O Capital* se inicia com a análise da estrutura da mercadoria, afirmando-a como a célula base de todo o modo de produção capitalista. É nessa obra que apresenta a teoria do *valor* na sua forma mais desenvolvida.

Todas essas versões apontam para uma relação direta da teoria do *valor* de Marx com as características objetivas da sociedade mercantil. As características da teoria do *valor* estão estritamente relacionadas com a sociedade mercantil, em particular com a forma social que o trabalho assume nessa sociedade, ou seja, como trabalho abstrato.

Mas, na economia mercantil, o processo de socialização, de igualação e distribuição do trabalho, se realiza de maneira diversa. O trabalho dos indivíduos não aparece diretamente como trabalho social. Só se converte em social porque é igualado a algum outro trabalho, e esta igualação do trabalho é realizada através da troca. Na troca, os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídos. Assim, o trabalho, que consideramos anteriormente como trabalho *social*, como socialmente *igualado* e quantitativamente distribuído, adquire agora uma característica qualitativa e quantitativa particular, a qual só é inerente a uma economia mercantil: o trabalho aparece como trabalho *abstrato e socialmente necessário*. (RUBIN, 1985, p. 81).

Esse é um dos aspectos do *valor* na sociedade mercantil: *conteúdo* ou *substância* do *valor*. O *conteúdo* ou *substância* do *valor* é o trabalho. Mas, não é um trabalho qualquer. É o trabalho socialmente necessário para a reprodução de uma mercadoria. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um produto. Outro aspecto do *valor* se refere à sua magnitude, ou seja, ao seu aspecto quantitativo, que permite a regulação do trabalho social.

O terceiro e mais significativo aspecto do valor diz respeito à forma do valor: “[...] o valor não é apenas um regulador da distribuição do trabalho social, mas também expressão das *relações* sociais de produção *entre as pessoas*”. (RUBIN, 1985, p. 83). Trata-se do aspecto qualitativo do *valor*. O *valor*, ou qualidade, dado às mercadorias é decorrente da forma que o trabalho assume na sociedade mercantil. O que confere *valor* aos produtos enquanto mercadorias é o trabalho, de modo específico, o trabalho organizado na forma de uma economia mercantil.

Isto significa que o “valor” (stoimost) não caracteriza coisas, mas relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Não é uma propriedade das coisas, mas uma forma social adquiridas pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção umas com as outras através de coisas. O valor é uma “relação social tomada como uma coisa”, uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade das coisas. (RUBIN, 1985, p. 85).

É a forma de trabalho, individual e isolada da sociedade mercantil que dá origem à forma do valor plenamente desenvolvida.

O valor é uma relação de produção entre produtores mercantis independentes: assume a forma de ser de propriedade das coisas e está vinculado à distribuição do trabalho. Ou, observando o mesmo fenômeno sob outro aspecto, o valor é a propriedade do produto do trabalho de cada produtor mercantil, que torna esse produto trocável pelos produtos de trabalho de qualquer outro produtor mercantil numa razão determinada correspondente a um dado nível de produtividade do trabalho nos diferentes ramos de produção. (RUBIN, 1985, p. 88).

Os produtos do trabalho na sociedade mercantil assumem essa qualidade como resultado de uma forma de trabalho determinada. A especificidade da teoria de Marx sobre o *valor* consistiu em analisar esse tipo de trabalho.

O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor consiste no fato de que ela explicou precisamente *o tipo* de trabalho que cria valor. Marx analisou a propriedade de o trabalho produzir valor, e foi o primeiro a mostrar qual trabalho produzia valor, e por que e como o fazia. Ele descobriu que o valor nada mais é que este tipo de trabalho cristalizado. (RUBIN, 1985, p. 87, grifo do autor).

Após essa breve descrição dos aspectos da teoria do valor, passaremos, então, à apresentação da concepção marxiana do *valor*. Já registramos que Marx se diferenciou dos economistas clássicos na medida em que toma o valor enquanto *conteúdo e forma*. Marx não somente analisa o *conteúdo* ou *substância do valor*, ou seja, o *valor* enquanto trabalho socialmente necessário para reprodução da mercadoria, mas analisa também a *forma do valor*, ou seja, a *natureza do valor* como decorrente do desenvolvimento da relação entre as *forças produtivas* e as *relações sociais* de produção na sociedade mercantil, já que é fundado por elas.

Trata-se, portanto, de algo que está em permanente processo de desenvolvimento. Esse processo é, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das relações sociais mercantis no seio da humanidade.

Marx analisou o valor, priorizando, inicialmente, a sua *forma* em detrimento do seu *conteúdo*. Desse modo, procurou entender o *valor* em sua profundidade como um processo de desenvolvimento da sociedade mercantil.

A quantidade de trabalho socialmente necessário determina a magnitude do valor, refere-se à sua dimensão quantitativa, à sua grandeza, mas não à sua natureza. [...] no entanto, entender com profundidade o valor em sua natureza mais íntima (como processo de desenvolvimento e mais do que simples propriedade dos produtos do trabalho, como expressão objetivada das relações sociais mercantis) é fundamental para que se entenda o conceito de capital e, como consequência, o capitalismo contemporâneo [...] o valor capital, ou simplesmente capital como normalmente o chamamos, é, na verdade, um valor; só que um valor desenvolvido e que deixa de

ser propriedade da mercadoria e passa a ter existência em si mesmo, algo como um fantasma desmaterializado. (CARCANHOLO, 2011, p. 18).

A Economia Política Clássica percebeu a existência do trabalho por trás do valor, identificando que o conteúdo do valor é o trabalho. No entanto, não especificou que tipo de trabalho era esse. Marx mostrou que esse conteúdo adquire uma forma social e fez da forma valor o objeto de sua investigação, ou seja, o valor enquanto forma social do produto do trabalho.

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto do trabalho. (MARX, 1985, p. 76).

Marx investigou a forma que o trabalho assume na sociedade mercantil e descobriu que a forma de valor está intimamente ligada à *forma-mercadoria*. Em função dos produtores de mercadorias serem autônomos e isolados, a única forma de garantir as relações sociais de produção entre eles é através da igualação e troca de mercadorias.

Nessa forma “mercantil” de economia, o trabalho social necessário para a produção de um determinado produto não é expresso diretamente em unidades de trabalho, mas indiretamente, na “forma-valor”, na forma de outros produtos que são trocados por esse determinado produto. O produto do trabalho transforma-se numa mercadoria; possui valor de uso e a “forma-valor” social. (RUBIN, 1980, p. 129).

A *forma do valor* é equivalente à *forma social* de mercadorias, ou seja, à forma de intercambialidade.

[...] a forma valor é chamada uma forma de intercambialidade ou uma forma social do produto do trabalho, consistente no fato de que ele pode ser trocado por qualquer outra mercadoria se esta intercambialidade está determinada pela quantidade de trabalho necessário para a produção dessa determinada mercadoria. (RUBIN, 1980, p. 129).

Analisar a *forma do valor* foi o maior feito de Karl Marx. Isso foi possível porque ele tomou o *valor* numa perspectiva histórica. Analisou o *valor* a partir das condições objetivas da sociedade mercantil, como decorrente do desenvolvimento da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil.

Marx parte da *forma-mercadoria* para analisar a forma do *valor*. Identifica que, com o desenvolvimento da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção*, o *valor*

deixa a forma de adjetivo, uma característica social que é emprestada à mercadoria pela sociedade e passa a ter a função de substantivo. Ou seja, o *valor* deixa de ser uma propriedade da mercadoria e torna-se, ele mesmo, o substantivo, o sujeito das relações de produção.

É verdade que o valor, durante certo período pode ser descrito como uma característica, um adjetivo, uma qualidade social. Trata-se de algo que existe no interior da mercadoria e não pode desprender-se dela; a destruição da mercadoria é sua destruição. Mas tudo isso é correto na etapa de seu desenvolvimento anterior à sua maturidade. E essa maturidade é alcançada quando o valor se transforma em capital, com o surgimento do capitalismo [...] ele (o valor) já não é mais uma simples propriedade social ou um simples adjetivo da mercadoria. [...] Ele adquiriu vida própria, transformou-se em ser com vida própria. (CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Esse estágio de desenvolvimento no qual o valor deixa de ser adjetivo e torna-se substantivo, passando a ter vida própria, a ser capital, é descrito por Marx como *substantivação do valor*.

A *forma-mercadoria*, ou a *forma de intercambialidade*, foi um conceito fundamental para Marx avançar na sua investigação da *teoria do valor*. A seguir, iremos apresentar a categoria mercadoria e alguns elementos a ela relacionados.

4.3 A mercadoria

Marx inicia a análise da sociedade burguesa a partir da categoria mercadoria: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. (MARX, 1985, p. 45).

Marx define a mercadoria da seguinte forma:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1985, p. 45).

Para Marx, a mercadoria é a forma elementar da riqueza da sociedade, na qual reina o modo de produção capitalista, no sentido de que ela já encerra os traços essenciais do modo

de produção capitalista. Essa compreensão é essencial para entender a totalidade do modo de produção capitalista.

Conforme Marx, a mercadoria é produto do trabalho que tem valor de uso e de troca.

La mercancía es el producto del trabajo que se destina al cambio mediante la compraventa. La mercancía posee dos cualidades: en primer lugar, satisface alguna necesidad humana y, en segundo lugar, es una cosa que se puede cambiar por otra cosa. Dicho em otros términos, la mercancía posee valor de uso y valor de cambio.¹⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 108).

A análise da mercadoria se constitui na parte mais fundamental e revolucionária da obra de Marx. Toda a sua crítica à Economia Política representa uma demonstração, um desenvolvimento, daquilo que está contido na análise da mercadoria.

A respeito do caráter revolucionário dessa análise da estrutura da mercadoria, o próprio Marx, em conversa com Engels, por correspondência datada de 22 de junho de 1867, diz-nos o seguinte:

Os Senhores economistas não viram até agora essa coisa simples, a saber, a equação: 20 varas de tecido = 1 fato mais não é do que a base não desenvolvida de 20 varas de tecido = 2 libras esterlinas, que, portanto, a forma mais simples da mercadoria, na qual o seu valor não é ainda expresso enquanto relação com todas as outras mercadorias, mas somente como forma diferenciada da sua própria forma natural, contém todo o segredo da forma dinheiro e, por essa via, *in nuce* (em germe) o de todas as formas burguesas de produto de trabalho. (MARX, 1867 *apud* JAPPE, 2006, p. 65)

No ano seguinte, no dia 08 de janeiro de 1868, Marx escreve a Engels referindo-se à sua análise da mercadoria, distinguindo-a da análise feita pelos clássicos da Economia Política, entre eles Smith e Ricardo.

Uma coisa muito simples escapou a todos os economistas, sem exceção: é o facto de que, se a mercadoria tem o duplo carácter de valor de uso e valor de troca, então o trabalho representado nessa mercadoria tem que possuir também esse duplo carácter, enquanto que a simples análise do trabalho *sem qualificativos*, tal como a encontramos em Smith e Ricardo, etc., tropeça forçosamente por toda a parte em problemas que não se consegue explicar. Eis, com efeito, todo o segredo da concepção crítica. (MARX, 1868 *apud* JAPPE, 2006, p. 65)

Marx registra a relevância de sua descoberta n*O Capital*:

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o

¹⁶ A mercadoria é o produto do trabalho que se destina à troca mediante a compra e venda. A mercadoria possui duas qualidades: em primeiro lugar é uma coisa que se pode trocar por outra coisa. Dito em outros termos, a mercadoria possui valor de uso e valor de troca. (Tradução livre do autor).

desenvolvimento do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro. (MARX, 1985, p. 54).

4.3.1 Valor de uso e valor de troca da mercadoria

Marx começa a investigação acerca da riqueza no modo de produção capitalista a partir da mercadoria, em função das seguintes razões:

En primer lugar, históricamente, el capitalismo brota de la economía mercantil simple. En segundo lugar, el conjunto de mercancías constituye la riqueza de la sociedad capitalista, y la mercancía viene a ser la célula inicial del complejo organismo de la economía capitalista, célula que encierra en germen todas sus peculiaridades y contradicciones y de la brotan constantemente relaciones capitalistas. En tercer lugar, bajo capitalismo, es también mercancía la fuerza de trabajo, lo que imprime a las relaciones mercantiles un carácter universal. Las relaciones mercantiles son el punto de partida y el rasgo más común del capitalismo.¹⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 108).

Para investigar o capitalismo enquanto sociabilidade, Marx inicia sua investigação pela mercadoria porque ela apresenta-se como a forma mais fenomênica da riqueza nessa sociabilidade. Dela, Marx chega à essência da sociabilidade capitalista: o duplo caráter do trabalho.

Para ir além da aparência, ele se aproxima do seu objeto e descobre sua dupla face de valor de uso e valor de troca. Assim, investiga, mais profundamente, essas propriedades da mercadoria imediatamente observáveis. [...] Nessa sociabilidade, uma mercadoria aparece como unidade de dois aspectos: valor de uso e valor de troca, conseqüentemente, o trabalho aparece como unidade entre trabalho útil (concreto) e trabalho como valor (abstrato). (MENDES SEGUNDO & RABELO, 2004, p.33).

Em sua obra, *O capital*, Marx começa com uma análise pormenorizada da estrutura da mercadoria, a qual apresenta duas características, valor de uso e valor de troca.

A mercadoria tem valor de uso:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Esta utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante, etc., é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. (MARX, 1985, p. 45).

¹⁷Em primeiro lugar, historicamente, o capitalismo nasce da economia mercantil simples. Em segundo lugar, o conjunto de mercadorias constitui a riqueza da sociedade capitalista, e a mercadoria vem a ser a célula inicial do organismo complexo da economia capitalista, célula que encerra em seu germe todas as suas peculiaridades e contradições e dela brotam constantemente relações capitalistas. Em terceiro lugar, a partir do capitalismo, a mercadoria é também força de trabalho. O que imprime nas relações mercantis um caráter universal. As relações mercantis são o ponto de partida e a característica mais comum do capitalismo. (Tradução livre do autor).

A mercadoria também tem valor de troca:

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente. O valor de troca parece algo casual e puramente relativo; um valor de troca intrínseco à mercadoria. (MARX, 1985, p. 56)

Ao analisar a estrutura da mercadoria, Marx conclui que a mercadoria é a unidade de valor de uso e valor de troca: “A mercadoria é um valor de uso pela sua capacidade de satisfazer necessidades, e é um valor de troca (ou tem valor de troca) devido a sua capacidade de comprar outras mercadorias”. (CARCANHOLO, 2011, p. 30).

O valor de uso da teoria de Karl Marx não tem sido devidamente entendido, principalmente pelos teóricos neoclássicos. Para eles, o conceito de utilidade se esgota na relação subjetiva entre indivíduo e objeto. Para Marx, o conceito de utilidade em sua essência, refere-se mais às necessidades do capital, do que às necessidades dos seres humanos: no capitalismo, o sujeito social sofre uma inversão em suas necessidades na medida em que o capital se torna o sujeito econômico e social.

Rosdolsky (2001) faz um estudo relevante sobre o lugar do *valor* de uso na obra de Karl Marx.

Antes de passar à exposição do conteúdo dos Grundrisse, queremos considerar um problema metodológico que até hoje a literatura marxista tratou de forma negligente e para cuja solução o conhecimento dos Grundrisse contribui de forma decisiva. Refiro-me ao papel do valor de uso na economia de Marx. (ROSDOLSKY, 2001, p. 75).

Tanto David Ricardo quanto numerosos marxistas consideraram o valor de uso apenas como reflexo de um objeto natural, desprovido de força econômica, fora portanto do circuito de produção do capital. Para esses autores, a economia burguesa se ocupa apenas do valor de troca e só de forma obscura se refere ao valor de uso.

A afirmação de que a mercadoria é unidade de valor de uso e de valor comporta dois aspectos: como objeto natural, é objeto das ciências naturais; como objeto social, está na esfera de uma ciência social, a econômica política. Portanto, o aspecto social da mercadoria, do bem, é objeto da economia na medida em que representa uma relação social; mas seu aspecto natural, seu valor de uso, está situado mais além da esfera de observações da economia política. (HILFERDING, *apud* ROSDOLSKY 2001, p. 75).

Rosdolsky (2001) infere que na obra de Marx, principalmente em *O Capital*, o valor de uso tem um caráter extremamente econômico.

No intercâmbio entre capital e trabalho, ao contrário, o valor de uso da mercadoria adquirida pelo capitalista (a força de trabalho) é a premissa do processo de produção capitalista. Nesta transação, o capitalista troca uma mercadoria cujo consumo coincide de maneira imediata com a objetivação do trabalho, e portanto, com a criação do valor de troca. Se na circulação simples, o conteúdo do valor de uso é indiferente, aqui, ao contrário o valor de uso da mercadoria que foi trocado pelo dinheiro aparece como relação econômica particular, pertence à determinada forma da economia, pois neste caso o valor de uso está determinado pelo valor de troca. (ROSDOLSKY, 2001, p.83).

O valor de uso aparece como um fator econômico em todo o circuito do modo de produção capitalista: produção, distribuição, circulação e consumo.

Nas categorias de capital fixo e capital circulante (circulação), o valor de uso volta a penetrar, como um fator econômico:

O capital fixo só circula como valor na medida em que se desgasta ou é consumido no processo de produção. Mas o tempo para que ele seja consumido dessa maneira, tornando-se necessário substituí-lo como valor de uso, depende de sua durabilidade relativa. (ROSDOLSKY, 2001, p. 84).

No processo de reprodução do capital social global (distribuição), o valor de uso se manifesta de forma clara e decisiva:

Esta maneira puramente formal da exposição já não é suficiente quando se considera o capital social global, em cuja reprodução está em jogo não só a reposição do valor, mas também a reposição do material; por isso, é essencial levar em conta a forma material, o valor de uso do produto. (MARX, *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 84).

No seu texto *As Teorias*, Marx esclarece como o valor de uso adquire importância econômica, na medida em que a forma natural está presente na produção, distribuição, circulação e consumo:

Na consideração da mais-valia, é indiferente a forma natural do produto, e conseqüentemente, a do mais-produto. Mas quando se considera o processo real de reprodução, ela(a forma natural) retoma importância, seja para compreender suas próprias formas, seja pela influência que a produção de artigos supérfluos exerce sobre a reprodução. (MARX, *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 84).

A influência do valor de uso sobre a acumulação de capital fica evidente na análise de Marx: “O processo de reprodução não é apenas um processo de valorização, mas também um

processo de trabalho, que produz não só valores, mas também valores de uso”. (MARX, 1982, p. 635).

Os exemplos citados nos parágrafos anteriores mostram como o valor de uso influi nas relações sociais da economia burguesa e como se converte em uma categoria econômica, além da sua manifestação fenomênica puramente natural.

O valor de uso é um elemento econômico que faz parte, assim, da riqueza capitalista. Constitui-se na riqueza material da sociedade mercantil, é o conteúdo material da riqueza, assim como também o era em outros modos de produção. Em *O Capital*, Marx expõe essa ideia, dizendo que “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. (MARX, 1985, p. 46).

O valor de uso é uma dimensão da riqueza capitalista comum à riqueza em qualquer época histórica, em qualquer tipo de sociedade. Em outras palavras, a riqueza, em qualquer tipo de sociedade, sempre está constituída de valores de uso. Por isso o valor de uso é o conteúdo material da riqueza. (CARCANHOLO, 2011, p. 41).

Após essas considerações a respeito do lugar do valor de uso na obra de Marx, convém tratar do valor de troca de uma mercadoria. Para tanto, é mister diferenciar *valor* e valor de troca.

O *valor* é uma forma social e histórica da riqueza na sociabilidade capitalista. Como expressão nas mercadorias, é gerado pela forma de produção da sociabilidade capitalista. Na sociabilidade capitalista, a mercadoria é constituída de dois polos, que entram em contradição constantemente: o valor de uso e o *valor*.

Como o *valor* não é facilmente observável na sociabilidade capitalista, necessita do valor de troca para se expressar. Assim, o valor de troca de uma mercadoria é uma manifestação fenomênica do *valor*: “Portanto o valor de troca é uma categoria aparential, da *aparência*, enquanto que o valor é uma categoria relativa à *essência*”. (CARCANHOLO, 2011, p. 41, grifo do autor).

Assim sendo, pode-se dizer que o valor de troca é a aparência do *valor*, sua forma de manifestação. Quando se fala de forma de manifestação de expressão, está referindo-se ao valor de troca e, quando se fala de forma social e histórica, está referindo-se ao *valor*.

Disto isso, conclui-se que, quando a mercadoria é imediatamente observada, isto é, em sua aparência, a mercadoria é a unidade contraditória de duas faces: valor de uso e valor de troca. Quando se tem a mercadoria a partir de sua essência, ela é a unidade contraditória de dois polos: valor de uso e *valor*.

Marx afirma que o que caracteriza um objeto como mercadoria é a sua duplicidade. O fato de ela ter valor de uso e *valor*:

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objeto de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor. (MARX, 1985, p. 53).

Para Marx, valor de troca é a “relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. (MARX, 1982, p. 46). Desse modo, de acordo com o conceito de Marx, uma mercadoria não tem um valor de troca, mas vários valores de troca. A proporção ou a relação quantitativa, que é valor de troca, altera-se constantemente.

Ao analisar o metabolismo do modo de produção capitalista, Marx afirma que os valores de uso constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca. Na aparência, os valores de troca parecem ser algo casual, um valor intrínseco à mercadoria.

A troca, todavia, ocorre não pelas propriedades da mercadoria, pelo seu valor de uso, mas por uma grandeza comum que iguala as mercadorias: o trabalho contido nelas.

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Deixando então de lado o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. (MARX, 1985, p. 47).

É essa propriedade imanente à mercadoria que permite a troca, a igualação de diferentes mercadorias, o *valor*. O valor de troca é apenas uma expressão fenomênica do *valor*. O valor de troca é uma forma de se manifestar, uma maneira especial de aparecer o *valor* contido na mercadoria.

Assim, o valor de troca de uma mercadoria é a maneira de expressar-se, a forma de manifestação, a expressão, a forma fenomênica de um conteúdo da (algo imanente à)

mercadoria. Essa substância que se pode distinguir do valor de troca tem um nome dado por Marx: valor. (CARCANHOLO, 2011, p. 34).

Na seção **Marx e o valor**, já foi destacado que o *valor* é uma quantidade, um atributo, portanto, uma propriedade da mercadoria. Foi dito também que o *valor* é um processo em desenvolvimento, pois, de atributo, adjetivo, o *valor* transforma-se em substantivo:

O valor não será uma simples propriedade da mercadoria para sempre. Como qualquer outro conceito da teoria de Marx, ele se refere não a algo dado, mas a um processo de desenvolvimento. Ele chegará a transformar-se de simples propriedade adjetiva em realidade substantiva, em ser com vida própria. É o que se chama substantivação do valor. (CARCANHOLO, 2011, p. 35).

Esse atributo ou propriedade que uma mercadoria assume na sociedade mercantil não é algo que lhe é natural. As mercadorias não têm valor por serem coisas. Esse *valor* presente nas mercadorias é resultado da produção e da reprodução da vida nas condições de uma sociedade mercantil.

Então, o valor é uma qualidade entregue às coisas pela sociedade, mas não por qualquer sociedade, exclusivamente pela sociedade mercantil. Logo, o valor é uma qualidade social e histórica das coisas. (CARCANHOLO, 2011, p. 36).

Dito de outra forma, o *valor* é a expressão, nas coisas, das particulares relações sociais de produção existentes na sociedade mercantil. As relações mercantis de produção expressam-se nas coisas como uma qualidade social, como *valor*, resultante de um processo histórico.

O valor é, na realidade, a relação social mercantil expressa nas coisas produzidas pelo trabalho como uma propriedade (ou qualidade específica delas), propriedade que consiste num determinado poder de compra sobre as demais coisas. Portanto, o valor não tem materialidade física, mas, ao mesmo tempo, não é uma simples ideia, um simples pensamento. O valor é real e tem materialidade, só que materialidade social e histórica. (CARCANHOLO, 2011, p. 36).

4.3.2 As formas do valor

A mercadoria não se refere a uma coisa, mas a um processo de desenvolvimento histórico da sociedade mercantil. Foi através desse processo de desenvolvimento que a mercadoria se generalizou, passando a se impor na sociedade. Esse processo de generalização da mercadoria, de fato, é o processo de generalização da produção mercantil. A sociabilidade do modo de produção capitalista passa a se organizar e a se articular a partir desse tipo de produção generalizada de mercadoria.

Iremos agora analisar como o processo de desenvolvimento da mercadoria é, simultaneamente, o processo de desenvolvimento da sociedade mercantil. Apresentaremos como a contradição interna da mercadoria, existente em seus polos opostos (valor de uso e *valor*) provoca o desenvolvimento dela. Pois, é a partir de sua contradição interna, entre seu conteúdo material e sua forma social histórica, que o desenvolvimento da mercadoria acontece.

Como já foi dito, o *valor* enquanto qualidade das coisas só pode se revelar através da relação social de uma mercadoria com outras, ou seja, através de seu valor de troca. O valor de troca é a forma do valor, a forma necessária do *valor*:

Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. (MARX, 1985, p. 53).

O processo de generalização da mercadoria é, ao mesmo tempo, o processo de desenvolvimento da forma *valor*. A partir da forma simples, o *valor* passa por um processo histórico de desenvolvimento, chegando à sua forma atual de *valor-capital*.

4.3.2.1 A forma simples do valor

Marx parte da forma mais simples do *valor*, ou seja, da etapa mais primitiva do desenvolvimento das relações mercantis de produção.

En el régimen de la comunidad primitiva, cada comunidad producía todo lo necesario para su consumo con sus propias fuerzas. Los productos del trabajo se intercambiaban entre las comunidades sólo en casos excepcionales. El valor de unas mercancías se expresaba sólo fortuitamente en alguna otra mercancía. Por eso dicha forma, simple o fortuita, es la forma más elemental del valor¹⁸. (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 118).

¹⁸ O regime da comunidade primitiva, cada comunidade produzia tudo que era necessário para seu consumo com suas próprias forças. Os produtos do trabalho se intercambiavam entre as comunidades somente em casos excepcionais. O valor de umas mercadorias se expressava apenas fortuitamente em alguma outra mercadoria desta forma, simples ou fortuita, é a forma mais elementar do valor. (Tradução livre do autor).

Nessa etapa objetiva, a produção de valores de uso e a troca ocorrem apenas fortuitamente, casualmente. Pode-se representar essa etapa do desenvolvimento do valor da seguinte forma:

$$\boxed{xA=yB}, \text{ onde } xA \text{ “vale” } yB$$

A mercadoria *A* expressa seu valor na mercadoria *B*. A mercadoria *B* é expressão do valor da mercadoria *A*. A mercadoria que expressa seu valor em outra é chamada de forma relativa do valor. A mercadoria que expressa o valor de outra mercadoria é chamada de forma equivalente do valor. A *forma relativa* e a *forma equivalente*, nessa igualdade, são ligadas inseparavelmente e já demonstram que são produtos do trabalho humano em geral, trabalho igualado.

Las formas relativa y equivalente del valor van ligadas la una a la otra inseparablemente y son los aspectos opuestos de una misma expresión del valor. La forma relativa del valor desempeña el papel activo, y la equivalente, el pasivo, ya que la mercancía equivalente sirve para expresar el valor de otra mercancía. La forma relativa del valor expresa, ante todo, la homogeneidad cualitativa de las mercancías que se intercambian, que son productos del trabajo humano en general¹⁹. (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 119).

Trata-se do momento mais primitivo das relações mercantis, ou seja, do momento mais primitivo da forma do valor. Momento este em que a troca ocorre eventualmente.

Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor. (MARX, 1985, p. 63).

Mesmo nessa forma do valor já se encontra o germe, o segredo de todas as formas mais desenvolvidas do valor: “O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa *forma simples do valor*. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade”. (MARX, 1985, p. 63).

Na *forma simples do valor*, já estão embutidos os elementos e os pressupostos básicos da forma mais desenvolvida do *valor*, o *valor-capital*, nela já se observa: produtores isolados e privados, mediação por meio da troca, trabalho concreto e abstrato, *valor* e valor de uso.

¹⁹As formas relativa e equivalente do valor são ligadas inseparavelmente uma a outra e são o aspecto opostos de uma mesma expressão do valor. A forma relativa do valor desempenha o papel ativo, e a equivalente o passivo, já que a mercadoria equivalente serve para expressar o valor de outra mercadoria. A forma relativa do valor expressa, antes de tudo, a homogeneidade qualitativa das mercadorias que se trocam, que são produtos do trabalho humano em geral. (Tradução livre do autor).

Yael análisis de la forma simple del valor, típica del cambio fortuito, muestra que los nexos entre los distintos propietarios, los productores aislados, se manifiestan sólo en el proceso del cambio. Su trabajo no puede ser expresado de otra manera, sólo por vía de la equiparación de una mercancía a otra. El trabajo concreto se convierte en el proceso del cambio en una forma de manifestación del trabajo abstracto.²⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 120).

Como a *forma simples do valor* contém todo o segredo da forma mais desenvolvida do valor, podemos dizer que a crise estrutural da *forma valor capital*, tem sua origem na forma mais simples do valor. As contradições e crise da *forma valor simples* tem sua expressão exterior na troca, na medida em que é através do processo de troca que se manifesta o desequilíbrio do mercado.

Así, las contradicciones internas que encierran la mercancía y el trabajo que la produce hallan en el proceso del cambio su expresión exterior. En este proceso, dos cualidades distintas de la mercancía y del trabajo que la produce se separan la una de la otra y se sitúan en distintos polos. La mercancía en la forma relativa del valor actúa como valor de uso, producto del trabajo privado y concreto, y la mercancía que desempeña el papel de equivalente, como expresión del valor, del trabajo abstracto, como encarnación de trabajo social.²¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 120).

Nessa forma do *valor* da mercadoria, a materialidade de *B* funciona como a forma fenomênica de manifestação do *valor* da mercadoria *A*:

É precisamente a relação de valor que transforma o valor de uso B em representante de valor; ela que lhe confere a magia da representação do seu contrário: do valor. [...] aquilo que é na verdade a expressão de uma relação social aparece como uma propriedade natural. (CARCANHOLO, 2011, p. 36).

Já nessa forma simples, o embrião da mercadoria mostra aos homens que o valor e valor de uso não se confundem. No entanto, a forma simples apresenta grande insuficiência na “comunicação” de sua essência, pois o intercâmbio é fortuito, pontual. Sua linguagem é a forma simples do valor: o *valor* de *A* é igual ao *valor de uso* de *B*.

Um primeiro olhar mostra logo a insuficiência da forma-valor simples, esse germe que só através de uma série de metamorfoses amadurece até a forma-preço. A

²⁰ Já a análise da forma simples do valor, típica da forma fortuita, mostra que as relações entre os proprietários diferentes, os produtores isolados, se manifestam apenas no processo de troca. Seu trabalho não pode ser expressado de outra maneira. Só por meio da igualação de uma mercadoria com outra. O trabalho concreto se converte no processo de troca em uma forma de manifestação do trabalho abstrato. (Tradução livre do autor).

²¹ Assim as contradições internas presentes na mercadoria e no trabalho que a produz encontram no processo de troca sua expressão exterior. Neste processo duas qualidades diferentes da mercadoria e do trabalho que a produz se separam de uma e de outra e se situam em polos diferentes. A mercadoria na forma relativa do valor atua como valor de uso, produto do trabalho privado e concreto, e a mercadoria que desempenha o papel de equivalente, como expressão do valor, do trabalho abstrato, como encarnação do trabalho social. (Tradução livre do autor).

expressão do valor da mercadoria *A* em qualquer mercadoria *B* apenas distingue o valor da mercadoria *A* do seu próprio valor de uso[...]À forma-valor relativa simples de uma mercadoria corresponde a forma equivalente, singular, de uma mercadoria. Assim, o casaco, na expressão de valor de relativa do tecido de linho, apenas possui forma equivalente ou forma de trocabilidade imediata em relação a essa espécie singular de mercadorias, o tecido de linho. (MARX, 1985, p. 64).

4.3.2.2 *A forma desdobrada do valor*

A necessidade de estabelecer trocas com mais intensidade conduz os homens de uma fase primitiva a uma mais complexa da troca, ou seja, da *forma simples do valor*, para a forma total ou desdobrada do valor. Nesse estágio de desenvolvimento da *forma valor*, o *valor* de uma determinada mercadoria *A* é expresso através de um conjunto de relações de intercâmbio, que a vincula a todas as outras mercadorias da sociedade.

A forma desdobrada do valor é resultado da intensificação e do avanço da troca, motivada pelo aumento da produtividade, divisão social do trabalho e incorporação de novos produtos:

El progreso de la división social del trabajo e el continuo crecimiento de la producción condicionaron el avance del cambio. Cada vez más productos se fueron incorporados al proceso del cambio. Este se hizo más regular. Como resultado de la primera gran división social del trabajo, el ganado pasó a cambiarse ya sistemáticamente, y no de tarde en tarde, por otras mercancías.²² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 118).

Nessa fase de desenvolvimento da *forma valor*, o intercâmbio mercantil torna-se sistemático. Nesse caso, há uma maior dependência da mercadoria *A* com o mercado. Aumenta-se o número de mercadorias que são equivalentes a *A* no mercado. A forma total ou desdobrada da mercadoria comunica que o valor de *A* não se confunde com o seu valor de uso nem muito menos com os valores de uso das diferentes mercadorias.

A segunda forma distingue o valor de uma mercadoria de seu próprio valor de uso de maneira mais completa, pois o valor do casaco, por exemplo, confronta agora sua forma natural em todas as formas possíveis, como algo igual ao linho, ao ferro, ao chá, etc., como tudo mais, exceto algo igual ao casaco. (MARX, 1985, p. 66).

Marx chega a afirmar que nessa fase a relação de uma mercadoria *A* amplia-se no mercado, tornando-se *cidadã do mundo*.

²² O progresso da divisão social do trabalho e o contínuo crescimento da produção condicionaram o avanço da troca cada vez mais produtos foram incorporados ao processo de troca. Isto se tornou mais regular. Como resultado da primeira grande divisão social do trabalho, o gado já sistematicamente passou a ser trocado e logo depois por outras mercadorias. (Tradução livre do autor).

Por meio de sua forma valor, o linho se encontra, portanto, agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta. (MARX, 1985, p. 64).

4.3.2.3 *A forma geral do valor*

Para a mercadoria continuar seu percurso de desenvolvimento, ou melhor, para que haja uma maior expansão das relações mercantis, é necessário abolir a contradição que existe entre a forma relativa de *A* e a forma equivalente de *B*.

A solução do problema consiste em fazer desaparecer de *B* o seu valor de uso. Para o produtor de *A* não lhe interessa o valor de uso de *B*, mas talvez simplesmente aceite *B* pelo fato de que *B* seja o representante social do valor. [...] A solução consiste no aparecimento histórico do equivalente geral, isto é, a forma III do valor. (CARCANHOLO, 2011, p. 58).

A forma geral “comunica” que o intercâmbio de mercadoria na sociedade generalizou-se. Tornou-se sistemático.

A forma obtida por último expressa os valores do mundo das mercadorias numa e mesma espécie de mercadoria, isolada das outras, por exemplo, no linho, e representa assim os valores de todas as mercadorias por meio de sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem comum com todas as mercadorias. (MARX, 1985, p. 66).

A forma geral do valor implica em dizer que a sociedade escolheu uma mercadoria e esta se torna equivalente geral:

Ser equivalente geral é um poder que a sociedade mercantil entrega à mercadoria *A*. O equivalente geral é a expressão das relações mercantis de produção, numa determinada fase de seu desenvolvimento. (CARCANHOLO, 2011, p. 61).

Até aqui fica evidente que a metamorfose pela qual a mercadoria passa deve ser analisada como um processo exclusivamente histórico e social e não algo ligado às características materiais ou naturais do valor de uso da mercadoria.

4.3.2.4 *A forma dinheiro do valor*

Nas quatro formas do valor que descrevemos acima, registramos que a categoria mercadoria se refere ao processo de desenvolvimento da sociedade mercantil. O dinheiro, enquanto mercadoria, representa um estágio mais avançado dessa sociedade, que se generaliza e se impõe como equivalente geral de todas as demais mercadorias.

El análisis del desarrollo del cambio y la forma del valor permite poner en claro la esencia del dinero. La sucesión lógica de las fases del desarrollo de la forma del valor corresponde al proceso histórico del desarrollo del cambio. Refleja el desarrollo de las contradicciones reales del cambio y la producción mercantil.²³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 123).

Esse estágio é decorrente da sequência de contradições superadas pelo processo de troca. Esse processo histórico de superação de contradições elegeu o ouro e a prata como dinheiro em função de suas propriedades, passando a funcionar como um equivalente geral, pois

apresentam identidade e uniformidade na qualidade, divisibilidade e reversibilidade dessa divisão e, ainda, são de fácil mobilidade por guardarem elevado tempo de trabalho em pequenos volumes, bem como possuem alto valor específico, durabilidade e relativa indestruibilidade. (CARCANHOLO, 2011, p. 106).

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro distingue-se a forma IV da forma III, ou a forma geral se transforma em forma dinheiro. (MARX, 1985, p. 69).

Como se pode ver, foi a partir da intensificação do movimento das trocas que o ouro, enquanto dinheiro, foi eleito como equivalente geral, graças a seu monopólio no mundo das mercadorias.

Apesar de o ouro ser excelente como medida de *valor* ele se mostrou limitado diante da intensificação do processo de troca, principalmente no processo de circulação de

²³ A análise do desenvolvimento da troca e a forma do valor permitem visualizar a essência do dinheiro. A sucessão lógica das fases do desenvolvimento da fase do valor corresponde ao processo histórico do desenvolvimento da troca. Reflexo do desenvolvimento das contradições reais da troca e da produção mercantil. (Tradução livre do autor).

mercadorias: “o ouro é um meio ineficiente de circulação, apesar de ser uma excelente medida de valor”. (HARVEY, 2013, p. 62).

É da ineficiência do ouro como meio de circulação que surge o dinheiro moeda como meio de facilitar o movimento de troca das mercadorias. A fórmula do dinheiro é representada assim:

M – D - M

O movimento MDM é diferente do movimento M – M; enquanto este representa troca de mercadoria por mercadoria, aquele indica que todas as trocas passam a ser mediadas pelo dinheiro. Ocorre nesse movimento MDM uma dupla metamorfose do valor: de *M* em *D* e de *D* em *M*. A primeira metamorfose da mercadoria ou venda é representada:

M-D. Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O salto do valor da mercadoria, do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, é como designei em outro lugar, o salto mortal da mercadoria. Caso ele falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela. A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades. [...] A um dos possuidores de mercadoria o ouro substitui sua mercadoria e ao outro a mercadoria substitui seu ouro, o fenômeno evidente é a mudança de mãos ou de lugar de mercadoria e dinheiro, de 20 varas de linho a 2 libras esterlinas, isto é, seu intercâmbio. Mas por que se troca a mercadoria? Por sua própria figura geral do valor. [...] A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua transformação da forma mercadoria em dinheiro, é sempre, simultaneamente, a segunda metamorfose inversa de outra mercadoria, sua transformação da forma dinheiro em mercadoria. (MARX, 1985, p. 95).

O movimento MD caracterizado por um *salto mortal* consiste na mudança de forma de uma mercadoria particular em seu equivalente geral, a mercadoria-dinheiro. Esse salto mortal revela as condições de incerteza crônica sob as quais a troca é efetivada. O mercado é anárquico, não admite regulação. Toda troca é feita sob um processo de insegurança na forma de um salto mortal.

A segunda metamorfose da mercadoria, a compra, representada pelo movimento DM, é a transição do dinheiro para mercadoria. Ao contrario do MD, realiza-se, aqui, um movimento do equivalente geral para o particular, DM.

D-M. Mercadoria segunda ou final da mercadoria: compra. Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral, é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável. Ele lê todos os preços ao revês se reflete, em todos os corpos das mercadorias como o material ofertado à sua própria conversão em mercadoria. D-M, a compra, é ao mesmo tempo venda, M-D; a ultima

metamorfose de uma mercadoria, é, por isso, simultaneamente, a primeira metamorfose de outra mercadoria. (MARX, 1985, p. 97).

O valor se move de um estado, o de dinheiro, para o estado, o de mercadoria. Olhando para o conjunto MDM, percebemos que o processo se inicia e se conclui com a mercadoria. Esse processo consiste, segundo Marx, em dois movimentos antitéticos e complementares.

As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias forma um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. Aqui, no entanto, a própria mercadoria, é determinada antiteticamente. Ela é não-valor de uso no ponto de partida, valor de uso no ponto final para seu possuidor. Assim o dinheiro, aparece primeiro como sólido cristal de valor, no qual a mercadoria se transforma, para diluir-se como simples forma equivalente dela. (MARX, 1985, p. 99).

O processo de circulação de mercadorias, com o desenvolvimento da sociedade mercantil, passa a depender cada vez mais do dinheiro, tornando-se, assim, elemento fundamental no processo de expansão das relações de troca.

A *forma dinheiro-mercadoria* é mais do que um símbolo das relações sociais de produção ela é, também, a forma como as relações sociais de produção se realizam.

O dinheiro não é apenas um símbolo. Em alguns casos, particularmente na metamorfose da mercadoria MDM, o dinheiro representa apenas um reflexo transitório e objetivo dos preços das mercadorias. A transferência do dinheiro das mãos de uns para as de outros é apenas um meio para a transferência de bens. Neste caso, sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material e pode ser substituído por um simples símbolo do papel-moeda. Mas, embora formalmente separado da substância metálica, o papel-moeda, apesar disso, representa uma objetivação das relações de produção entre as pessoas. (RUBIN, 1980, p. 26).

A forma capital é a mais desenvolvida forma do valor, iremos tratar dela na secção **O processo do trabalho**.

4.4 Trabalho

A seguir, desenvolveremos a categoria *trabalho* em três aspectos: o processo do trabalho, o trabalho concreto e abstrato e, por fim, a teoria do valor-trabalho no contexto da composição orgânica do capital.

4.4.1 O Processo do trabalho

O trabalho, no modo de produção capitalista, pressupõe a propriedade privada e o trabalho assalariado; assim, o processo de trabalho é constituído pelos meios de produção e pela força de trabalho. É constituído por trabalho constante e por trabalho variado.

É através da força de trabalho que o processo do trabalho se torna uma vitalidade frutífera, conforme a tradição marxista.

A força de trabalho é o momento que atua enquanto vitalidade frutífera sobre a objetividade existente e, assim, morta dos meios de produção; ela é vida que ressuscita o valor morto, pretérito, destes meios, transferindo-o para o produto, de forma que este valor não muda sua grandeza, sendo capital constante. Por outro lado ela também é o momento que altera seu valor no processo de produção, que cria a mais-valia para além do valor da força de trabalho, sendo por isso capital variável. Mesmo o valor da parte constante do capital só é transferido ao produto pela atuação da vitalidade frutífera do trabalho vivo, que também reproduz seu próprio equivalente no valor do produto, mas que ainda produz sobre isso um excedente, a mais valia. (GRESPLAN, 2012, p. 104).

Através da afirmação acima, pode-se dizer que o processo do trabalho é o processo de consumir o valor de uso da força de trabalho para produzir mais *valor*.

O processo do trabalho pode ser representado pela fórmula desenvolvida do *valor*: $D - M - D'$: D (dinheiro) – M (mercadoria) – D' (Dinheiro acrescido de valor); que pode ser assim desdobrada:

$$D - M \dots p \dots M' - D'$$

Essa forma $D - M - D'$ pressupõe um processo de produção. Na forma simples do *valor*, é a circulação que predomina. Para que haja um processo de valorização do *valor*, é necessário entrar em cena a produção, pois é através dela que o *valor* é gerado.

Na forma desenvolvida do valor ($D - M \dots p \dots M' - D'$), “p” representa o processo produtivo. É no processo produtivo, através da força de trabalho, que o valor é gerado.

Na forma simples do valor, ou na circulação simples, o valor é uma característica da mercadoria, um atributo. Enquanto que na forma desenvolvida do valor, ele se transforma em capital. Ela não é propriedade nem de D , nem de M ou de M' .

O processo de trabalho, no capitalismo, sobretudo na forma desenvolvida do valor, é um processo de exploração da força de trabalho. Um processo de expropriação do trabalhador pelo capitalista.

4.4.2 Trabalho concreto e abstrato

Se a mercadoria tem um duplo caráter, valor de uso e valor de troca, o trabalho, também, na sociedade mercantil, é, ao mesmo tempo, trabalho concreto e trabalho abstrato.

O trabalho concreto se caracteriza por ser voltado para a produção de bens concretos, por gerar valor de uso, que contrapõe a uma forma genérica (abstrata) de valor. Nele, a personalidade, a subjetividade não se dilui na mercadoria. No trabalho abstrato, ocorre uma inversão dialética. O trabalho coletivo (complexo de trabalhos privados) é realizado para a valorização do capital, ou seja, para a produção de valores de troca, em que o próprio trabalho humano se torna uma mercadoria que pode ser permutável, além de ser uma generalização criada socialmente. (MENDES SEGUNDO & RABELO, 2004, p. 39).

Nesses termos, a dimensão do trabalho concreto é própria do trabalho em qualquer forma de sociabilidade, assim como o valor de uso de uma mercadoria é o conteúdo material de qualquer sociabilidade. Trabalho concreto é o conteúdo do trabalho mercantil e do trabalho, seja na sociabilidade primitiva, escravagista, feudal ou capitalista.

Ele é trabalho concreto na medida em que é possível distinguir, entre um e outro tipo de trabalho, suas propriedades específicas. Ele é trabalho abstrato no sentido de o considerarmos como simples trabalho humano.

Se agora olharmos ao valor de uso do corpo das mercadorias, apenas lhes resta uma propriedade, a de produtos de trabalho. No entanto, também o produto de trabalho se nos transformou já na mão. Se abstrairmos do seu valor de uso, abstraímos também das formas e componentes corpóreas que fazem dele (produto do trabalho) um valor de uso. Ela já não é mesa, casaco ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis se apagaram. Ele também já não é o produto de trabalho do marceneiro ou de trabalho de construção ou de trabalho de fiação ou que qualquer outro trabalho produtivo determinado. Juntamente como o caráter útil dos produtos de trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles expostos e desaparecem, portanto, também as diversas formas concretas desse trabalho, que já não se diferenciam, antes se encontram reduzidas, no seu conjunto, a trabalho humano igual, trabalho humano em abstrato. (MARX, 1985, p. 47).

Portanto, o trabalho assume, nas condições do modo de produção capitalista, duas faces: trabalho concreto e trabalho abstrato. É essa dupla face do trabalho que permite que ele produza valor de uso e *valor*, ao mesmo tempo.

O trabalho útil ou concreto é facilmente identificado:

O casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-la, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meio e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil. (MARX, 1985, p. 50).

O trabalho abstrato, enquanto trabalho igualado, foi criado pelo próprio mercado. É a sociedade mercantil que produz a indiferenciação dos trabalhos. O trabalho abstrato é uma outra face do trabalho.

Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores - valores mercantis.[...] Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. (MARX, 1985, p. 47).

O trabalho abstrato é uma ação feita pelos homens nas condições objetivas da sociedade mercantil. É importante ressaltar que a abstração é fundamental para que se efetive a igualação e a conseqüente troca dos produtos dos trabalhadores individuais.

Podemos olhá-lo, também, do outro ponto de vista: observando apenas o que ele tem em comum com o trabalho de todos os demais tipos. Assim, estaremos vendo o trabalho abstrato; estaremos fazendo a abstração do trabalho. (CARCANHOLO, 2011, p. 38).

Essa abstração é uma ação feita por nossos pensamentos. A abstração é uma ideia. Todavia, uma ideia não arbitrária, pois é o próprio mercado que iguala os diferentes trabalhos numa relação social que expresse essa equivalência. “A indiferenciação do trabalho, a dimensão abstrata do trabalho mercantil, é produto da realidade capitalista. Então, o trabalho abstrato é a forma social e histórica do trabalho na sociedade capitalista.” (CARCANHOLO, 2011, p. 42).

O trabalho abstrato é a substância comum das mercadorias e dos trabalhos concretos, a única coisa que há de semelhante entre eles; o que há de resto é incomensurável. O trabalho tem a sua medida na respectiva quantidade: o valor de cada mercadoria depende da quantidade de trabalho que foi necessária para produzi-la. Nessa perspectiva, pouco importa qual o valor de uso em que esse trabalho se realiza.

É pelo trabalho abstrato que as mercadorias são igualadas: “portanto um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. (MARX, 1985, p. 47).

A grandeza do valor de uma mercadoria é medida pelo trabalho, pelo tempo de trabalho socialmente necessário:

É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. (MARX, 1985, p. 48).

A substância comum que permite a igualação das mercadorias é o trabalho. Esta substância comum das mercadorias não pode ser se não o trabalho que as criou: é ele a única coisa que há de idêntico em mercadorias, pois o que há de resto é incomensurável. (JAPPE, 2006).

Dessa forma, pode-se dizer que o trabalho tem sua medida na respectiva quantidade: o valor de cada mercadoria depende da quantidade de trabalho que foi necessária para produzi-la. Ao mesmo tempo, assume uma qualidade em comum, a relação que os torna equivalentes, o trabalho abstrato enquanto tempo de trabalho socialmente necessário.

O trabalho assume a forma de trabalho mercantil (de trabalho abstrato) e o produto dele aparece como valor. O valor de uso da mercadoria, sua materialidade, segue devendo sua existência ao trabalho e à natureza, sem nenhuma modificação. O valor é o resultado do trabalho mercantil, do trabalho abstrato. (CARCANHOLO, 2011, p. 77).

Portanto, o resultado do trabalho abstrato assume na sociedade mercantil a forma de *valor*.

4.4.3 Teoria do valor e a composição orgânica do capital

A teoria do *valor-trabalho* afirma que a riqueza de uma sociedade é produzida pelo trabalho, qualquer que seja a forma de sociedade: escravagista, feudalista, capitalista.

Adam Smith e David Ricardo, representantes da Economia Política Clássica, descobriram o trabalho por trás das mercadorias, afirmaram que toda riqueza da humanidade foi comprada por trabalho, não por ouro ou por prata.

Marx desenvolveu a teoria do *valor*, descrevendo sua origem e sua processualidade, até chegar à forma Capital.

Essa análise conduziu Marx ao duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato, como forma fundamental e necessária da sociedade mercantil. Identificou também que a igualação e a troca são a única forma de mediação entre os produtores independentes. Descobriu que o processo de troca cria e organiza as relações de produção na sociedade mercantil. Esse processo é, sobretudo, um processo fetichista, pois oculta as relações sociais de produção que, na sociedade mercantil, não poderiam ser outra senão relações de exploração em que a força de trabalho atua como mercadoria.

Na análise do valor de Marx a força de trabalho ocupa lugar central.

O papel central que o trabalho assume na obra de Marx é resultado de ser ao mesmo tempo determinante de valor e medida de valor. Explicando melhor, as mercadorias só possuem valor por terem trabalho incorporado em suas produções, e também por ser o trabalho o instrumento que possibilita a troca entre dois objetos de natureza e quantidades diferentes. (CARCANHOLO, 2011, p. 151).

O trabalho ocupa a centralidade na medida em que a riqueza é produzida pelo trabalho, ou seja, é o trabalho que gera valor.

Marx ao desenvolver a forma valor, conclui que o capital é a forma mais desenvolvida do valor.

Em sua análise, Marx descreve a composição orgânica do capital como segue:

$$\begin{array}{ccc} c_c & C_c & C_c \\ c_c + c_v & C_c + c_v & C_c + c_v \end{array}$$

Como se pode ver, a tendência do capital é aumentar o capital constante em detrimento do capital variado, ou seja, a tendência do capital é aumentar o trabalho morto em detrimento do fim do trabalho vivo. Isso consiste em uma contradição do capital, uma vez que a riqueza é gerada pelo trabalho vivo, ou seja, pela força de trabalho.

O desenvolvimento do capital aponta não para o fim do trabalho, mas para um processo de super-exploração do trabalho pelo capital.

A discussão em torno do fim do trabalho, na verdade, trata-se da discussão em torno do fim da teoria do *valor-trabalho*. Na aparência da forma *capital-valor*, o trabalho vivo está desaparecendo, mas, na essência, o trabalho vivo apenas metamorfoseou-se.

O fim da teoria do *valor-trabalho* implica o fim da centralidade do trabalho. Os principais autores que defendem o fim da centralidade do trabalho são: Gorz (1987), Schaff (1993), Aznar (1995), Offe (1989), afirmando que a centralidade está no conhecimento.

Todavia, os dados fornecidos pela (OIT) apontam que o trabalho continua central: no Brasil, no ano de 1976, havia 38 milhões de trabalhadores. Em 1999, o número de trabalhadores chegou a 70 milhões. No mesmo período, nos Estados Unidos, essa proporção foi de 88 milhões de trabalhadores para 134 milhões de trabalhadores.

A classe trabalhadora tem crescido, sobretudo, entre mulheres e crianças:

A OIT acredita que atualmente, em todo o mundo, mais de 70 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola primária, a maioria devido à necessidade de trabalhar. Segundo o mesmo órgão, no Brasil, 5 milhões de crianças e adolescente trabalham no setor informal. Quanto ao trabalho feminino, ainda nos dias atuais ele encontra-se em plena expansão, no entanto, em condições mais desfavoráveis que o trabalho dos homens. Segundo Nogueira (2003), a ampliação do trabalho feminino no mundo todo tem se dado predominantemente em atividades precarizadas ou de menores salários. Na União Européia a taxa de feminização do trabalho em tempo parcial é de 81% e as mulheres recebem em média entre 10% e 32% a menos que os homens. Já na América Latina este dado se amplia [...] em 1998 os salários das mulheres representavam 64% do valor pago aos homens sendo que em muitas atividades chegavam se de apenas 52%. (CARCANHOLO, 2011, p. 155).

Esses dados apontam, não para o fim da centralidade do trabalho, mas para um processo de super-exploração do trabalho, ao lado de um forte processo de precarização deste. Segundo Antunes (2005), o que de fato ocorreu no mundo do trabalho foi uma metamorfose do trabalho, implicando o aumento da cadeia produtiva e da consequente precarização do trabalho. Desse modo, os dados apontam, sim, para a centralidade da teoria do *valor*.

4.5 Desmaterialização do valor

Esta seção do trabalho consiste em descrever o processo de desenvolvimento do valor, que incide na desmaterialização da riqueza ou do valor.

A mercadoria enquanto riqueza da sociabilidade capitalista não se trata de um objeto, mas de um processo de desenvolvimento ao longo da história.

A riqueza capitalista consiste na unidade dialética, contraditória, entre o valor de uso e o valor [...] a mercadoria é o processo de desenvolvimento da contradição entre seu valor de uso (como conteúdo material) e o seu valor (forma social e histórica). (CARCANHOLO, 2011, p. 69).

O desenvolvimento da sociedade mercantil explica-se pelo desenvolvimento da mercadoria, ou seja, pela contradição entre valor e valor de uso. Trata-se, portanto, do desenvolvimento do valor, processo no qual ele deixa de ser dominado pelo valor de uso e constitui-se em polo dominador.

O desenvolvimento da sociedade mercantil é resultado das fases ou das formas de desenvolvimento do valor: a forma simples, a desdobrada ou total, a geral e a forma-dinheiro.

A mercadoria é uma unidade dialética entre valor de uso e valor. Dessa contradição, progressivamente o valor vai assumindo a posição de dominador, ganhando maior importância dentro da unidade contraditória dialética.

No estágio em que o valor se apresenta na forma simples, a sociedade mercantil estabelece a troca de forma fortuita. Nessa fase, o *valor* quase não tem significado, prevalecendo o valor de uso da mercadoria. Todavia, nessa fase, a mercadoria já encerra todos os elementos necessários de seu desenvolvimento: “O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade”. (MARX, 1985, p. 63).

Na forma simples do desenvolvimento da mercadoria, o seu valor de uso equivalente se confunde diretamente com o valor de uso relativo da mercadoria.

Na sua forma total, o valor vai se desenvolver ao ponto de parecer igual ao valor de uso de qualquer mercadoria da sociedade mercantil. A forma equivalente é indiferente ao tipo de valor de uso sob o qual se encarna. O processo de desmaterialização do valor fica mais evidente no equivalente geral:

É justamente no equivalente geral que fica mais claro o processo de desmaterialização. Ele consiste em que uma mercadoria seja eleita como a representante do valor, e é justamente sua materialidade, sem dúvida, que serve de material de expressão. (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

O equivalente torna-se aceitável universalmente:

Na relação de troca, o equivalente não se apresenta como seu valor de uso, mas como puro representante do valor. Embora o valor de uso ali esteja, não está mais; o valor de uso, dialeticamente, está e não está ali. É a sua desmaterialização. (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

Veja-se que esse progressivo desenvolvimento do valor implica a desmaterialização progressiva da riqueza capitalista; movimento progressivo este que tende a “destruir” o valor de uso. Inicialmente, o valor se expressa claramente nos objetos; progressivamente, através da forma desdobrada, torna-se abstrato e, cada vez menos, necessita da matéria constituída para manifestar-se:

A forma recém-adquirida exprime os valores do mundo das mercadorias numa única espécie de mercadoria destacada desse mundo [...] o valor de cada mercadoria não é agora diferente apenas do seu próprio valor de uso, mas de todo o valor de uso. (MARX, 1985, p. 63).

É no capital que o valor vai manifestar mais claramente seu processo de desmaterialização. A desmaterialização revela que a história da sociedade mercantil é uma história de dominação do valor sob o valor de uso.

O valor passa da condição de adjetivo, enquanto qualidade presente nas mercadorias, para a condição de substantivo. É a substantivação do valor. O valor se torna um ente. Um ser. Os homens já não são mais produtores, sujeitos, mas meros acessórios do substantivo valor.

É no processo de substantivação do valor que se dá o processo de fetichização. O fetiche da mercadoria, para Marx, já está presente na forma simples do valor, embora nesse estágio seja difícil de ser observado, em função de o valor ser pouco desenvolvido.

Rosdolsky (2001, p. 116) afirma que é na forma geral do valor que o fetiche é visivelmente observado: “ainda é muito difícil captar a reificação das relações sociais de produção. Só com o dinheiro essa reificação adquire uma forma bem definida [...] consolida-se assim a falsa aparência”.

O processo de reificação consiste no fato de que o que é humano reifica-se, coisifica-se:

O movimento social das coisas, que mascara as relações sociais dos homens e dos seus produtos, é uma determinada forma da economia historicamente transitória. Enquanto existe tal forma transitória da economia, ou seja, enquanto a forma social

do trabalho, cria o valor de troca, existe também a mistificação real, prosaica pela qual a determinadas relações – nas quais entram os indivíduos no curso do processo produtivo de sua vida social – se mostram sob um aspecto subvertido, como qualidades sócias das coisas. (KOSIK, 1995, p. 192).

Esse processo de inversão ocorre nas condições materiais de produção. O fetiche reflete uma relação social. As mercadorias, como forma de valor, relacionam-se entre si e com os seres humanos. Esse poder de se relacionar é dado pela sociedade mercantil:

Elas adquirem o poder de relacionar-se, poder este que, fora da relação mercantil, não possuíam. É justamente o fato de os seres humanos terem se organizado socialmente de maneira mercantil que permite que seus produtores passem a relacionar-se entre si e com os homens por meio do mercado. A mercadoria já é, então, um fetiche, e os homens estão subordinados a ela por meio do mercado. Essa subordinação é cada vez maior: quanto mais desenvolvido for o mercado, quanto mais dependentes forem os produtores da existência das relações mercantis. (CARCANHOLO, 2011, p. 93).

A coisificação é uma manifestação da inversão social: “Os seres humanos deixam de relacionar diretamente entre si e entregam essa tarefa ao fetiche. [...] Assim passa a ser objeto ele mesmo”. (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

Rosdolsky discute em que consiste essa inversão:

Onde reside a fonte dessa curiosa inversão? Por que na sociedade produtora de mercadorias, as relações dos homens entre si devem estar sempre ligadas a coisas e aparecer como coisas? Simplesmente porque, nessa sociedade, os produtores não podem se relacionar com seu trabalho como um trabalho diretamente social, pois perderam o controle de suas próprias relações de produção. O caráter social do trabalho aparece na existência monetária da mercadoria e, por conseguinte, como algo situado fora da produção. Se os objetos destinados ao uso se convertem em mercadorias, isso decorre do fato de que são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. Como os produtores não entram em contato social até trocarem os produtos de seus trabalhos, os atributos especificamente sociais desses trabalhos privados só se manifestam nos marcos desse intercâmbio. E se manifestam como o que são: não como relações diretamente sociais estabelecidas pelas pessoas em seus trabalhos, mas, ao contrário, como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas. (ROSDOLSKY, 2001, p. 117).

Esse processo de inversão ou fetiche é decorrente da condição de substantivação do valor. O valor se tornou um ser, um sujeito, um mecanismo capaz de regular as relações sociais na sociedade mercantil.

O capital representa a forma mais desenvolvida do valor. É o *valor-ser*, passando a ter uma existência não somente autônoma, mas hostil e contrária ao homem, conforme Marx (2004).

A *forma do valor capital* é a seguinte: $D - M \dots P \dots M' - D$. Essa forma desenvolvida do valor se constitui na substantivação do valor. O valor deixa de ser um adjetivo, como se apresentava na forma simples do valor $yA = Xb$, e passa a ter vida própria. Deixa de ser uma característica inerente à mercadoria.

Na circulação do Capital, o valor não é propriedade nem de D, nem de M ou M'. Deixou de estar em uma mercadoria e se transformou em um ser que existe independentemente da materialidade que tenha: seja dinheiro ou mercadoria. O valor agora como valor-capital, ganhou vida própria, deixou de ser mero adjetivo de uma mercadoria para transformar-se em um substantivo. É a substantivação do valor. [...] A substantivação corresponde a um momento do longo processo histórico do desenvolvimento dialético do valor. (CARCANHOLO, 2011, p. 129).

A substantivação é o momento auge de desenvolvimento do valor na sociedade mercantil. É a fase adulta do valor. Nesse estágio, o valor encontra-se substantivado.

Neste estágio substantivado, o valor-capital, ou simplesmente capital, não tem materialidade própria. Ele se desmaterializou! É ser desmaterializado! No entanto, necessita “incorporar-se” em materialidade alheia; necessita de uma materialidade emprestada para existir; mas logo que se materializa, quer se metamorfosear, mudar sua materialidade. Essas materialidades, por meio das quais existe, não são propriamente suas; são materialidades emprestadas, formas por meio das quais consegue existir. (CARCANHOLO, 2011, p.130).

4.6 O valor capital em crise estrutural e a educação

De acordo com Mészáros (2002), a forma valor-capital é, por natureza, contraditória e autodestrutiva e vem, desde 1970, passando por uma crise que ele denomina *estrutural*: “a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795). Essa crise se diferencia de todas as crises cíclicas, pontuais, conjunturais e periódicas (MÉSZÁROS, 2007) que o capital já enfrentou, porque as anteriores atingiam apenas limites imediatos da forma *valor-capital*, já essa crise estrutural atinge os limites últimos do capital, pois “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as suas partes constituintes”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 797, grifo do autor), assumindo a forma de uma “crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 12).

Mészáros (2002) afirma que a novidade histórica da atual crise, manifesta-se em quatro aspectos: seu caráter é universal, afetando todas as esferas do capital; seu “alcance é global”, atingindo todos os países; sua “escala de tempo” é extensa, permanente; e seu “modo de desdobrar” é rastejante.

Embora a crise estrutural relacione-se com a queda da taxa de lucros, sua origem é mais complexa, conforme afirma Mészáros:

Certamente, a crise estrutural não se origina por si em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas. Significa que a tripla dimensão interna da autoexpansão exibe perturbações cada vez maiores, pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. A situação muda radicalmente quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir desse momento, as perturbações e disfunções antagônicas, ao invés de serem absorvidas/ dissipadas/ desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas, portanto, estruturais trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismos de deslocamento das contradições. (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

As dimensões internas – produção, consumo e circulação/ distribuição/ realização – e as condições inerentes à autoexpansão do capital constituíram desde o início uma unidade contraditória, conforme Marx. Essas dimensões quando atingiam apenas os limites imediatos do capital, eram absorvidas e dissipadas pela própria dinâmica do capital.

A educação dentro das condições do valor capital em estado de crise estrutural não promove a formação do trabalhador enquanto homem livre, mas intensifica o processo de exploração do capital sobre o homem, transformando a educação em mercadoria.

Isso implica afirmar que dentro dos limites do valor capital não há possibilidade de se construir uma educação integral que permita ao trabalhador a apropriação do patrimônio material e espiritual que a humanidade já produziu, com vista à emancipação humana. “Uma formação integral do ser humano é uma impossibilidade absoluta nessa forma de sociabilidade regida pelo capital”. (TONET, 2007, p. 78).

Para Mészáros, o trabalho livre e associado é condição necessária para a efetivação de uma educação emancipadora.

Nas condições do valor capital, a educação se torna exteriorizada, estranha, com uma existência independente e hostil ao trabalhador na medida em que “arruína seu espírito” (MARX, 2004, p. 83).

A atual situação de crise estrutural nos coloca diante do desafio de uma tarefa urgente de superar as condições objetivas da sociedade mercantil: “o quadro atual, portanto, potencializa a urgência histórica de um enfrentamento decisivo e real contra o poder da alienação” (MÉSZÁROS, 2006, p. 9). Certamente, o trabalho livre e associado é condição para a devida superação do estado de alienação do homem: “pelo trabalho é possível superar a alienação comum a reestruturação radical das nossas condições de existência” (MÉSZÁROS, 2007, p. 214).

De acordo com Mészáros (2007, p. 218), “não pode haver solução efetiva para a auto-alienação do trabalho sem que se promova, conscientemente, a universalização conjunta do trabalho e da educação”.

A sustentabilidade de uma sociedade fundada no trabalho livre e associado depende da educação, pois tal sustentabilidade representa

O controle consciente do processo de reprodução metabólica social por parte dos produtores livremente associado em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida conflitualidade/adversidade e a destrutividade fundamental da ordem reprodutiva do capital. (MÉSZÁROS, 2007, p. 220).

A automediação pressupõe o fim da alienação de mediações de segunda ordem geradas pelo capital: Estado, a relação de troca orientada para o mercado, a educação, etc. Essas mediações representam graves defeitos do metabolismo do capital, os quais não podem ser corrigidos, se não superados pela automediação e autorrealização, condições próprias de uma ordem social produtiva baseada no trabalho livre.

A alternativa concreta a esta forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a *automediação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *autorrealização através da liberdade e igualdade substantiva*, numa ordem social reprodutiva conscientemente regulada pelos indivíduos associados (MÉSZÁROS, 2007, p. 221, grifo do autor).

Nas condições da automediação e autorrealização, a autoeducação se dará como um processo de apropriação dos conhecimentos necessários para que as condições objetivas de uma ordem social, baseada no trabalho livre, aconteçam. Nisto consiste a natureza da educação:

“a natureza essencial da atividade educativa consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e de cantado ao longo da história da humanidade. Deste modo, contribui para que o indivíduo se construa com o membro do gênero humano”. (TONET, 2005, p. 142).

Somente para além do capital, superada as condições de alienação do trabalho estranho, sob a regência do trabalho livre e associado, a educação será integral: “Uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma autêntica comunidade humana e esta pressupõe, necessariamente a supressão do capital”. (TONET, 2007, p. 78).

4.7 Valor e Emancipação Humana

Nesta seção, trataremos da emancipação humana a partir das condições da sociedade mercantil. A história do desenvolvimento do valor é o processo histórico de desumanização e de alienação da existência humana. (MARX, 2004).

O estágio de amadurecimento do valor, sua substantivação, consiste, ao mesmo tempo, no empobrecimento da existência humana e na redução do homem à condição de mero meio de produção da riqueza.

O homem, como sujeito produtor, converte-se através do desenvolvimento das relações de produção da sociedade mercantil, em predicado, acessório da produção:

O homem, o produtor real, se transforma num meio de produção da riqueza, que, ademais só satisfaz suas necessidades na medida em que esta satisfação é necessária à produção da riqueza. Isto significa que nas sociedades de classe em geral, e no capitalismo em particular, a realidade humana se encontra invertida. Não é o homem que domina seus objetos, mas os objetos que dominam o homem. (PINHO, 2013, p. 17-18).

Trata-se de uma inversão que se efetiva na materialidade, na produção e na reprodução da vida nas condições da sociedade mercantil. A inversão consiste no fato do valor elevar-se da condição de adjetivo à condição de substantivo e, ao mesmo tempo, no fato do homem ser reduzido de sua condição de sujeito à condição de predicado, de atributo do sujeito valor.

Trata-se de uma inversão histórico-social. Efetiva-se com o desenvolvimento das relações produtivas da sociedade mercantil. Essa inversão, todavia, é resultado da atividade humana, na medida em que são os homens que emprestam ao valor adjetividade e substantividade. Assim, a inversão é de caráter ontológico. Ela se dá na produção e na reprodução da vida material.

Assim sendo, a emancipação humana consiste na emancipação do homem enquanto mercadoria. Deve ser iniciada pela raiz material, pelo próprio homem: “O poder material tem que ser derrotado pelo poder material”. (MARX, 1979, p. 8).

A emancipação é uma questão ontológica. Trata-se da emancipação do ser social. A emancipação deve ocorrer na base material. Portanto, o retorno da inversão deve ocorrer fundamentalmente na base material.

A transformação da realidade, para que seja efetiva, deve passar por uma revolução social nas condições materiais de produção. Para tal revolução, a teoria é necessária, mas insuficiente, sendo necessárias forças materiais. (PINHO, 2013, p. 100).

Ou seja: “Nenhuma jogada ideológica poderia pôr as coisas no lugar, enquanto a base material ficasse intacta”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 435).

A emancipação, ou o processo de retorno da inversão, consiste no fato do homem colocar-se no centro da produção e da reprodução da vida, como sujeito regulador da produção. Trata-se de um processo que brota da raiz.

Nessa perspectiva ontológica, o trabalho assume lugar central, como uma atividade exclusivamente humana, não mais sob a lógica do valor, mas caracterizado

Pela regulação consciente da produção social de acordo com as necessidades autênticas dos seres humanos. Neste novo modelo de produção, o homem deve dominar o processo de produção e satisfazer um leque ampliado e sempre crescente de necessidades humanas autênticas. (PINHO, 2013, p. 36).

O trabalho torna-se, a partir da produção livre e consciente, o sujeito emancipador, a classe revolucionária. (MÉSZÁROS, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaremos algumas considerações como resultado de nossa pesquisa em torno da *categoria valor*.

Relacionado com o contexto de nascimento da Economia Política Clássica, a *categoria valor* deve ser compreendida a partir dos resultados históricos da *dupla revolução*. Como percebemos, a dupla revolução foi um *movimento de expansão e contradição*, ao mesmo tempo.

Os clássicos da Economia Política analisaram a *categoria valor* a partir da *expansão* provocada pela *dupla revolução*, ou seja, a partir do mundo burguês e de seus interesses. Fizeram uma análise da *substância do valor*, descobrindo por trás da riqueza da humanidade, trabalho humano. Mas, limitaram-se na medida em que elaboraram a análise a partir de uma perspectiva da *lei natural*.

Ao sustentarem que o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as classes de bens, estão afirmando que o trabalho é, na verdade, o *conteúdo natural* das relações sociais fundadas na troca. E que estas relações só podem explicadas a partir de uma equivalência estabelecida em termos de quantidades de trabalho. Assim, a teoria do valor trabalho, proposta por Smith e Ricardo, ao dar a solução para o problema da determinação do valor relativo das mercadorias, cumpre simultaneamente o papel de assegurar o caráter *natural* da troca e da sociedade que se desenvolve a partir dela. (RUBIN, 1980, p. 11).

Essa atitude dos clássicos da Economia Política lhes impediu de perceber o mundo burguês como um fato histórico determinado.

A economia política clássica convergiu pouco a pouco para uma ideia de valor por trás das flutuações do mercado e reconheceu que o trabalho humano tem a ver com isso. Mas a economia política clássica não conseguiu captar o hiato entre a imaterialidade dos valores como tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado e sua representação como dinheiro; portanto, também não conseguiu entender o papel que proliferação da troca tem na consolidação da forma-valor como algo historicamente específico do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 50).

Marx analisou a *categoria valor* considerando a expansão do mundo burguês e as contradições dele decorrentes e, desta forma, investigou a *substância* e a *forma do valor*.

Percebemos que, para descrever o caminho científico que Marx fez para analisar o *valor*, enquanto *conteúdo e forma*, teríamos que, primeiramente, situar o seu contexto

histórico, apresentar as rupturas e a evolução de seu pensamento e, finalmente, destacar a importância do materialismo histórico em sua vida.

Conhecer o contexto histórico no qual Marx viveu foi fundamental para entendermos como os resultados da *dupla revolução* influenciaram na construção de sua *teoria do valor*. O mundo burguês e a classe dos trabalhadores permitiu-lhe perceber que o capital é a forma mais desenvolvida do valor, caracterizado por profundas contradições e, como consequência, por lutas de classes. Seu contato com o movimento dos trabalhadores, nucleado pelo proletariado, impulsionou-lhe na busca por uma investigação mais rigorosa com o propósito de lançar as bases de um socialismo científico. Ele observou que as revoluções de 1848, encabeçadas pelos trabalhadores, careciam de maturidade e cientificidade. As condições objetivas da sociedade mercantil-capitalista, ou seja, a relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* imprimiu em sua *teoria do valor* um caráter extremamente histórico.

Para nos apropriarmos do caminho percorrido por Marx em sua *teoria do valor*, percebemos a necessidade de conhecer a evolução de seu pensamento, identificando rupturas e superação. A *teoria do valor* é resultado de um longo processo que se iniciou no seu contato com os hegelianos de esquerda, passou pelo contato com os movimentos operário francês e, finalmente, seu contato com a Economia Política Clássica. A processualidade de sua teoria segue o percurso de sua vida e sua obra. Percebemos, nos *movimentos* de sua vida, um paralelo com o lugar que o *sujeito* ocupa em suas obras. A inversão ontológica que ele opera em sua vida, optando pelo materialismo histórico, em detrimento do hegelianismo, mostra-nos o momento de recusa e de aceitação da *teoria do valor*. No entanto, é o terceiro movimento em sua vida, que se dá com o contato dele com a Economia Política, que efetivamente lhe dará as devidas condições de elaborar seu próprio sistema econômico. Percebemos que foram movimentos dialéticos, pois no processo de superação conservou-se o que era essencial em cada um deles. A superação do idealismo não implicou em seu rompimento com a dialética hegeliana. Investigar o valor como *conteúdo e forma* foi uma análise operada por Marx graças à Filosofia, ao movimento operário francês e à Economia Política Clássica.

Registramos também o lugar do Materialismo histórico em sua *teoria do valor*. Marx analisou o *valor* a partir das condições objetivas da sociedade mercantil na medida em que partiu do desenvolvimento da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* nessa forma de sociabilidade. Ele foi o primeiro a operar essa análise da *forma valor*. Através

do materialismo histórico, descobriu a *forma-mercadoria* ou a *intercambialidade* como a *forma do valor*.

De posse desses elementos, conseguimos identificar o ponto de partida, a processualidade e os desdobramentos da sua análise. O seu ponto de partida foram as condições objetivas da sociedade mercantil, tendo em vista a relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil, identificando o duplo caráter que o trabalho assume nessas circunstâncias: *trabalho concreto e trabalho abstrato*. Essa *forma de trabalho* é pressuposto de sua análise.

É mais exato expressar inversamente a teoria do valor: na economia mercantil-capitalista, as relações de produção entre os homens em seu trabalho necessariamente adquirem a forma de valor das mercadorias e, só podem aparecer nesta forma material; o trabalho social só pode expressar no valor. Aqui, o ponto de partida para investigação não é o valor, mas o trabalho, não as transações de troca no mercado enquanto tais, mas a estrutura de produção da sociedade mercantil, a totalidade das relações de produção entre as pessoas. (RUBIN, 1980, p. 77).

Nossos estudos apontaram que Marx, partindo da sociedade mercantil, analisou o *fetichismo da mercadoria* como elemento fundamental de sua *teoria do valor*.

Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas. Marx descobriu as bases econômicas reificadas em formas objetivas das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil. (RUBIN, 1980, p. 20).

Sua análise tem início pela mercadoria por ela conter os fundamentos necessários para a compreensão da riqueza capitalista. “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. (MARX, 1985, p. 45).

Dessa análise, Marx identifica a *forma-mercadoria* ou *intercambialidade*, como a *forma do valor*.

A partir da *forma-mercadoria* ou *intercambialidade*, Marx processualiza sua investigação da *forma valor*, apresentando o *valor de uso e de troca* da mercadoria e o *duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato*. Na processualidade de sua análise, resgatamos as diferentes formas que o valor assumiu no desenvolvimento da sociedade mercantil: forma simples, forma desdobrada, forma geral, forma dinheiro e forma capital. Marx nos mostrou

que *o capital* é a forma mais desenvolvida da mercadoria, nela o valor alcança o estatuto de substantivo:

O valor-capital agora existe em si e para si. Utiliza-se das formas corpóreas das mercadorias e do dinheiro, mas não se confunde com elas. Ele se transforma não só em ser com vida própria: passa a ser sujeito da sociedade e da história e transforma o ser humano em mero aspecto seu. (CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Essa perspectiva histórica do valor tornou sua análise específica e peculiar: Marx foi o primeiro a efetivar a investigação do desenvolvimento da *forma do valor*, fazendo a devida relação entre produção, distribuição, consumo e circulação.

Antes de Marx, los economistas no conocían la categoría “relaciones de producción”. Los economistas burgueses separaban los unos de los otros tales procesos económicos reales como la producción de bienes materiales, su distribución, su cambio e su consumo. Estimaban que todos esos procesos sociales son independientes y que no los unen más que vínculos exteriores y el movimiento consecutivo del producto. Entendían el consumo solo como destrucción del producto y lo contraponían a la producción como proceso de creación del producto, proceso invariable, a juicio de dichos economistas, sujeto a las leyes generales de la naturaleza. De ello sacaban la conclusión de que ni la producción ni el consumo pueden ser objeto de estudio de la Economía Política, la cual debe ocuparse ya bien de la distribución, ya bien de la circulación de los productos. De esta manera convertían la distribución en proceso de finalidad propia, lo separaban de su base, con lo cual adquirían campo libre para la apología más descarada del capitalismo. Marx puso el descubierto la falsedad científica de las afirmaciones de los economistas burgueses y mostró que todos ellos, a la vez veían las diferencias entre la producción, la distribución, el cambio e el consumo, no veían y no querían ver su unidad y concatenación, su interpretación y, lo que es más importante, el papel determinante de la producción.²⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 13).

Decorre de sua análise que o capitalismo, como a forma mais desenvolvida do valor, é uma sociedade historicamente determinada fundada sob a propriedade privada dos meios de produção.

El capitalismo es un régimen socioeconómico que se basa en el continuo desarrollo de la propiedad privada sobre la base de un nivel nuevo e más elevado (em comparación com el feudalismo) de las fuerzas productivas. La esencia de las

²⁴ Antes de Marx, os economistas não conheciam a categoria “relações de produção”. Os economistas burgueses separavam uns dos outros tais processos econômicos como a produção de bens materiais, sua distribuição, sua troca e seu consumo. Entendiam que todos esses processos sociais são independentes e que os que os unem são vínculos exteriores e o movimento consecutivo dos produtos. Entendiam o consumo apenas como destruição do produto e o contraponham à produção como processo de criação do produto, processo invariável, de acordo com estes economistas, sujeito a leis gerais da natureza. Dele tiraram a conclusão de que nem a produção nem o consumo podem ser objeto de estudo da Economia Política a qual deve ocupar-se apenas da distribuição, apenas da circulação dos produtos. Desta maneira convertiam a distribuição em processo de finalidade própria, separavam-no de sua base, com o qual adquiriam campo livre para a apologia mais descarada do capitalismo. Marx descobriu a falsidade científica das afirmações dos economistas burgueses e mostrou que todos eles uma vez que viam diferenças entre a produção, a distribuição, a troca e o consumo, não viam e não queriam ver sua unidade e conexão, sua interpretação e, o que é mais importante, o papel determinante da produção. (Tradução livre do autor).

relaciones capitalistas consiste em que los medios decisivos de producción pertenecen a los capitalistas, mientras los obreros están privados de los medios de producción y son libres jurídicamente²⁵. (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 102).

Além de caracterizar o capitalismo, desvelou a Economia Política Clássica como a ideologia da sociedade burguesa: da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento sem limite. Esses são os principais desdobramentos de sua análise do *valor*.

A história do desenvolvimento do *valor* corresponde à história do desenvolvimento da relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil. Para conhecermos a natureza do valor, temos que recorrer à natureza do trabalho.

O capital é a forma mais desenvolvida do valor. É, portanto, o momento de maior sofisticação da exploração do trabalhador. Esse é um dos grandes feitos de Marx: desvelar a forma valor ou a intercambialidade oculta, que cria e organiza a relação entre as *forças produtivas* e as *relações de produção* na sociedade mercantil-capitalista.

A análise da *teoria do valor* de Karl Marx deu conta de explicar o funcionamento da sociedade mercantil-capitalista, adquirindo o caráter de cientificidade, daí podemos denominá-la Economia Política Marxiana.

A História do desenvolvimento do *valor* deriva da história do desenvolvimento das relações mercantis. O desenvolvimento do *valor* até a sua atual fase de substantivação consiste num processo histórico-social; é resultado, portanto, da atividade humana.

A substantivação do valor implica a desmaterialização do valor, elevando-o a seu estágio de maior desenvolvimento: *a forma capital*. O amadurecimento da *forma valor* implicou ao mesmo tempo na redução do homem a mero meio de produção de riqueza.

O trabalho nas condições da sociedade mercantil é reduzido à condição de mercadoria. Sob a lógica do valor, ele existe em função de contribuir com a valorização do valor.

Na substantivação do valor, o sujeito valor reduz todas as atividades humanas a trabalho indiferenciado. O trabalho abstrato é a forma do valor. É pelo trabalho abstrato que todos os trabalhos são igualados a trabalho humano. O valor é resultado do trabalho.

²⁵ O capitalismo é um regime socioeconômico que baseado no contínuo desenvolvimento da propriedade privada sobre a base de um nível novo e mais elevado (em comparação com o feudalismo) das forças produtivas. A essência das relações capitalistas consiste em que os meios decisivos de produção pertencem aos capitalistas, enquanto os trabalhadores estão privados dos meios de produção e são livres juridicamente. (Tradução livre do autor).

A substantivação do valor implicou num processo de inversão, no qual o valor assume a condição de sujeito autômato, colocando o homem na condição de meio da produção da riqueza.

O processo de retorno da inversão deve se dar numa perspectiva ontológica que toma o trabalho como categoria central. O trabalho é a classe revolucionária em condições de alterar a sua base material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BELCHIOR, A. C. G. Alucinação. In: BELCHIOR, A. C. G. **Auto-retrato**. [S.I.]: BMG, 1999. CD 2. Faixa 1.

BELLUZZO, L. de M. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Dialética de la mercancia y teoría del valor**. San José: Educa, 1982.

CHASIN, J. **A determinação ontonegariva da politicidade**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DAVID, R. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

DOBB, M. **Introducción a la Economía**. México: Fondo de cultura económica, 1959.

DUSSEL, E. **A produção Teórica de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GORZ, A. **Adeus ao trabalho – para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRESPLAN, J. L. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global Editora, 1978.

HARVEY, D. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HOBBSBAWN, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria; para uma nova crítica do valor.** Portugal: Antígona, 2006.

KOFLER, L. **História e dialética.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LESSA, S. **Para Compreender a Ontologia de Lukács.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. In: **Revista Temas de Ciências Humanas.** Vol. II. São Paulo: Grijalbo, 1979.

_____. **O Capital, v.1: Crítica da economia política.** São Paulo: Cultural, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **A Miséria da Filosofia.** Lisboa, Portugal: Editora Estampa, 1978b.

_____. **Manifesto comunista.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

_____. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES SEGUNDO, M. das D. & RABELO, J. Marx e o fetichismo da mercadoria: notas a respeito do primeiro capítulo do livro I d'O Capital. In: JIMENEZ, S. & RABELO, J. (Orgs). **Trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história.** Fortaleza: Brasil Tropical, 2004. P.31-47.

_____. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo: Boitempo, 2008

MONTELLA, M. **Os grandes mestres do valor: de Smith a Marx, de Jevons a Marshall.** Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 2010.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PETTY, W. **Obras econômicas.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

PINHO, M. T. B. **Ideologia e Formação humana em Marx, Lukács e Mészáros.** Tese de doutorado. Fortaleza: UFC, 2013.

QUESNAY, C. F. **Tableau Economique.** Londres: Macmillan, 1972.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura do capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ-Contraponto, 2001.

RUBIN, I. **A teoria do valor em Marx.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUMIÁNTSEV, A. **Economia Política: capitalismo.** Traducción al español. Editora Progresso, 1980.

SANTOS, T. dos. **Forças produtivas & relações de produção.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SCHAFF, A. **A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** São Paulo: Editora Abril, 1983.

SHAKESPEARE, William. Timão de Atenas. In: **Obra Completa, v. 1: Tragédias.** Tradução de F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988.

TEIXEIRA, F. J. S. **Repensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de *O Capital*.** São Paulo: Ensaio, 1995.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Educação contra o capital.** Maceió: Edufal, 2007

_____. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Unijuí, 2005

ZAMORA. F. **Tradado da teoria econômica.** México: fondo de cultura economica, 1984.